



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO – CMA

CLAUDYVANNE DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA

**ANÁLISE DOS ATORES INSTITUCIONAIS EM INICIATIVAS DE ECONOMIA
CRIATIVA DE ARTESANATO EM JOÃO PESSOA (PB)**

JOÃO PESSOA – PB

2023

CLAUDYVANNE DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA

**ANÁLISE DOS ATORES INSTITUCIONAIS EM INICIATIVAS DE ECONOMIA
CRIATIVA DE ARTESANATO EM JOÃO PESSOA (PB)**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na Linha de Organizações e Sociedade com ênfase em 'Inovação e Conhecimento', para cumprimento das exigências à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Samir Adamoglu de Oliveira

JOÃO PESSOA – PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Claudyvanne dos Santos Nascimento.
Análise dos atores institucionais em iniciativas de
economia criativa de artesanato em João Pessoa (PB) /
Claudyvanne dos Santos Nascimento Silva. - João Pessoa,
2023.
104 f. : il.

Orientação: Samir Adamoglu de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Economia criativa - Artesanato. 2. Artesanato -
Empreendedorismo. 3. Artesãos - Empreendedores. 4.
Trabalho institucional. I. Oliveira, Samir Adamoglu de.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 33:745(043)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 693

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação do(a) Mestrando(a) **Claudyvanne dos Santos Nascimento Silva** como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração, Área de Concentração em 'Administração e Sociedade' e com Linha de Pesquisa em 'Organizações e Sociedade'.

No dia 24 de outubro de 2023, às 09:00 horas, na sala virtual *Google Meet* através do link <http://meet.google.com/rek-uuai-nuk>, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Administração, composta pelos membros Prof.^(a) Dr.^(a) Samir Adamoglu de Oliveira (Orientador(a) – PPGA/UFPB), Prof.^(a) Dr.^(a) Lúcia Santana de Freitas (Examinador(a) Externo(a) – UFCG) e Prof.^(a) Dr.^(a) Nelson da Cruz Monteiro Fernandes (Examinador(a) Externo(a) – UFPE) com a finalidade de julgar a dissertação do(a) aluno(a) **Claudyvanne dos Santos Nascimento Silva** intitulada "**DESENVOLVIMENTO DOS ARTESÃOS-EMPREENDEDORES EM INICIATIVAS DE ECONOMIA CRIATIVA DE ARTESANATO EM JOÃO PESSOA (PB): UMA ANÁLISE SOBRE ATORES INSTITUCIONAIS**", para obtenção do grau de Mestre em Administração. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa realizados pelo(a) presidente Prof.^(a) Dr.^(a) Samir Adamoglu de Oliveira. Após haver analisado o referido trabalho e arguido o(a) candidato(a), os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito (X) aprovado, () insuficiente, () reprovado.

Observações da Banca:

A mestranda obteve aprovação na defesa de seu trabalho de dissertação de mestrado, se comprometendo a realizar desenvolvimentos/ampliações, ajustes e melhorias, levando em conta as considerações da banca, sobretudo as de seguinte ordem: (1) ajustar o título, reposicionando-o de forma fidedigna ao que o trabalho de fato executou, alinhando, por conseguinte, Problema de Pesquisa e Objetivo Geral; (2) definir mais claramente o recorte temporal e a estratégia de

investigação (estudo de caso); (3) investir em imagens/figuras que sintetizem os conteúdos do trabalho, especialmente aqueles pertinentes a discussão e conclusão do trabalho; (4) revisar o conteúdo da discussão, das conclusões e das contribuições do trabalho (ex: contribuições práticas/aplicadas) em termos de ater-se ao seu efetivo escopo, pois há elementos que sua pesquisa não trabalhou/alcançou; e, (5) realizar a revisão ortográfica e gramatical do documento como um todo.

Proclamados os resultados, o(a) Presidente da Banca Examinadora encerrou os trabalhos, e para constar eu, Prof.^(a) Dr.^(a) Samir Adamoglu de Oliveira, confiro e assino a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora e o(a) aluno(a).

Documento assinado digitalmente
gov.br SAMIR ADAMOGLU DE OLIVEIRA
Data: 24/10/2023 10:54:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

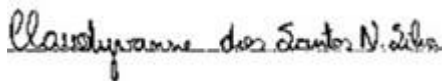
Prof.^(a) Dr.^(a) Samir Adamoglu de Oliveira
Orientador(a) – PPGA/UFPB



Prof.^(a) Dr.^(a) Lúcia Santana de Freitas
Examinador(a) Externo(a) – UFCG

Documento assinado digitalmente
gov.br NELSON DA CRUZ MONTEIRO FERNANDES
Data: 24/10/2023 22:43:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) Nelson da Cruz Monteiro Fernandes
Examinador(a) Externo(a) – UFPE



Claudyvanne dos Santos Nascimento Silva
Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e para sempre a Deus, que não coloca no coração um desejo que Ele não possa realizar. Nesses anos de mestrado, os quais tantas coisas aconteceram, mas que tudo sempre cooperava para o bem, pois Deus estava à frente.

Aos meus pais, pela cooperação, principalmente no cuidado com Caio, que me fazia ter um tempinho a mais durante o dia para me dedicar à dissertação.

Ao meu irmão, pelo apoio incondicional, pelas contribuições, discussões e reflexões, por não ter deixado de acreditar em nenhum momento, muito obrigada por ter sido meu pilar de sustentação para a conclusão deste trabalho.

Ao meu esposo, Rafael, pelo amor e incentivo diário, pela compreensão, pelo carinho, por cada café da manhã feito que me dava a oportunidade de dormir mais um pouco depois da noite de escrita ou de começar a escrever mais cedo para aproveitar cada minuto, enfim, muito obrigada por ter suportado todos os sacrifícios ao meu lado, mais um que superamos, juntos e com amor.

Ao meu filho, Caio Rafael, toda a dedicação, paciência e entrega para o cuidado com sua vida, me fizeram desenvolver mais profundamente aptidões que eu nem sabia que possuía e aplicá-las em todos os âmbitos da minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Samir, o seu voto de confiança de que esse trabalho seria realizado, me deu a energia necessária para continuar. Todas as experiências que vivenciei – como sua orientanda, estagiária e aluna – foram engrandecedoras para a minha formação. O seu modo de conduzir todo o processo, com profissionalismo e organização, serviu de exemplo para todo o meu crescimento.

Aos professores Lúcia Freitas e Nelson Cruz por fazerem parte da minha banca, tanto da qualificação quanto da defesa, e terem enriquecido esta dissertação com sugestões e críticas construtivas nas duas etapas.

Ao Grupo de Pesquisa LIOrg (Linguagem, Instituições e Organizações) pelas valiosas observações e por terem me recebido com muito carinho desde o ingresso no mestrado. A Daisy, Jessica Nascimento, Jéssica Valverde, João, Lourdes, Luciene, Lúcio, Mariene e Thais, meu muito obrigada. Aos colegas da turma 46, agradeço pela parceria e pelo companheirismo. Aos meus professores do PPGA, por todo o conhecimento construído. A equipe técnica do PPGA por toda a atenção e presteza.

Aos professores Marcelo Bispo e Ana Lúcia Coelho pelo apoio na caminhada acadêmica, sem eles eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

O tema da economia criativa e o desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES tem sido cada vez mais debatido, pois trata de questões fundamentais para o crescimento econômico e social. Ao promover políticas públicas e ações voltadas para o fortalecimento do setor artesanal, é possível impulsionar a geração de renda, o empreendedorismo local, a valorização cultural e a redução da pobreza, contribuindo para o crescimento local sustentável. Nesse contexto, este estudo visou relacionar Economia Criativa, Empreendedorismo Cultural e Estudos sobre Artesanato (*Crafts Studies*) a partir do Institucionalismo Organizacional de base sociológica, pois, mediante essa articulação é possível debruçar-se sobre as interações entre cultura e economia na responsabilidade (e no compromisso) dos atores institucionais no desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES. O objetivo desta pesquisa foi compreender a atuação dos atores institucionais envolvidos no contexto de desenvolvimento de iniciativas de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB). Para atingir tal objetivo foi necessário, inicialmente, identificar o contexto de criação e o histórico de desenvolvimento de iniciativas de economia criativa de artesanato da cidade de João Pessoa (PB). Em um segundo momento, buscou-se caracterizar as ações dos atores institucionais voltadas ao processo de desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES. Por fim, foi analisada a atuação dos atores institucionais envolvidos no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB). Essa pesquisa adotou uma abordagem metodológica qualitativa, realizando uma pesquisa empírica amparada por fontes de dados primários e secundários, como entrevistas, observações, pesquisa documental e conversas informais, avaliando o material empírico por meio de análise de conteúdo qualitativa. Os resultados apontam que a Gestão Pública, o SEBRAE e a UFPB, cada um à sua especificidade, favoreceram o contexto de surgimento e fortalecimento da economia criativa de João Pessoa (PB), mediante trabalhos institucionais praticados das seguintes maneiras: (i) a Gestão Pública realizando trabalho institucional político, através da negociação política, tomada de decisão, criação de políticas públicas e estabelecimento de instrumentos legais; (ii) o SEBRAE exercendo o trabalho institucional técnico por meio do apoio técnico e dos incentivos para a adoção de boas práticas gerenciais e comerciais; e, (iii) a UFPB também realizando trabalho institucional técnico a partir dos esforços de teorização de práticas existentes. Disso, destaca-se o Poder Público, por ser este o ator institucional que sustenta a regulação dessa atividade produtiva, possibilitando compreender quais elementos do contexto político repercutem sobre a orientação normativa do setor. Ademais, as políticas públicas implementadas desempenharam um papel significativo nesse cenário, embora a análise aponte que as mudanças de gestão influenciam no interesse em promover o artesanato em João Pessoa (PB). Assim, foi possível concluir que a prática dos atores institucionais influencia no desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES, seja por meio de políticas públicas, seja por meio de outras medidas econômicas e educacionais, sendo importante destacar que a implementação dessas medidas requer o engajamento e colaboração de todos os atores envolvidos, incluindo o poder público, instituições acadêmicas, entidades do setor privado e a sociedade civil.

Palavras-chave: Economia Criativa. Artesanato. Atores Institucionais. Trabalho Institucional.

ABSTRACT

The topic of the creative economy and the development of artisan-entrepreneurs has been increasingly debated, as it addresses fundamental issues for economic and social growth. By promoting public policies and actions aimed at strengthening the artisanal sector, it is possible to boost income generation, local entrepreneurship, cultural recognition, and poverty reduction, contributing to sustainable local growth. In this context, this study intended to associate Creative Economy, Cultural Entrepreneurship and Crafts Studies from an Organizational Institutionalism perspective, since, through this articulation it is possible to investigate the interactions between culture and economy in institutional actors' responsibilities and commitments in the development of artisan-entrepreneurs. The goal of this research was to understand the performance of institutional actors involved in the context of developing initiatives by artisan-entrepreneurs in João Pessoa (PB). To achieve this goal, it was initially necessary to identify the context of creation and the history of development of creative craft economy initiatives in the city of João Pessoa (PB). Secondly, we sought to characterize the actions of institutional actors focused on the artisan-entrepreneurs development process. Finally, the performance of institutional actors involved in the development of artisan-entrepreneurs in João Pessoa (PB) was analyzed. This research adopted a qualitative methodological approach, carrying out empirical research supported by primary and secondary data, such as interviews, observations, documentary research and informal conversations, applying qualitative content analysis to the empirical material. Results indicate that Public Management, SEBRAE and UFPB, each in its own specificity, favored the context of emergence and strengthening of the creative economy of João Pessoa (PB), through institutional work carried out in the following ways: (i) Public Management carrying out political institutional work, through political negotiation, decision-making, creation of public policies and establishment of legal instruments; (ii) SEBRAE carrying out technical institutional work through technical support and incentives for the adoption of good management and commercial practices; and, (iii) UFPB also carrying out technical institutional work based on efforts to theorize existing practices. Particularly, the Public Power stands out, as it is the institutional actor that supports the regulation of this productive activity, making it possible to understand which elements of the political context impact the normative orientation of the sector. Furthermore, the public policies implemented played a significant role in this scenario, although the analysis showed that management changes influence the interest in promoting craftsmanship in João Pessoa (PB). Thus, it was possible to conclude that the practice of institutional actors influences the development of artisan-entrepreneurs, whether through public policies or through other economic and educational measures, highlighting that the implementation of these measures requires the engagement and collaboration of all actors involved, including public authorities, academic institutions, private sector entities and civil society.

Keywords: Creative Economy. Craftsmanship. Institutional Actors. Institutional Work.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Identidade Visual de João Pessoa (PB) como Cidade Criativa da UNESCO.....	12
FIGURA 2 – Síntese dos temas abordados na pesquisa	33
FIGURA 3 – Etapas das atividades da pesquisa	34
FIGURA 4 – Exposição no Salão de Artesanato Paraibano.....	50
FIGURA 5 – Apresentação visual dos atores institucionais	55
FIGURA 6 – Organograma do Programa EU POSSO CRIAR	58
FIGURA 7 – Atores e seus tipos de trabalho institucional	74
FIGURA 8 – Linha do tempo das legislações entre 2003 e 2016	75
FIGURA 9 – Linha do tempo das legislações entre 2017 e 2023.....	76
FIGURA 10 – Exemplo de trabalho artesanal	86

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Síntese do percurso metodológico.....	36
QUADRO 2 – Sujeitos da Pesquisa.....	38
QUADRO 3 – Objetivos específicos relacionados às perguntas do instrumento.....	41
QUADRO 4 – Instrumentos legais e normativos.....	42
QUADRO 5 – Cartilhas SEBRAE.....	43
QUADRO 6 – Relatórios UNESCO.....	44
QUADRO 7 – Categorias de análise, Dimensões Teóricas e Códigos.....	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Participação do PIB criativo no PIB total brasileiro	52
---	----

LISTA DE SIGLAS

CAT – Centro de Artesanato de Tambaú Júlio Rafael
CRAP – Centro de Referência do Artesanato Paraibano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEP – Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
LABIMEC – Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional
LABIN – Laboratório de Inovação Cultural
MAP – Mercado do Artesanato Paraibano
MEI – Microempreendedor Individual
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU – Organização das Nações Unidas
PAB – Programa do Artesanato Brasileiro
PAP – Programa do Artesanato Paraibano
PIB – Produto Interno Bruto
PMJP – Prefeitura Municipal de João Pessoa
PRAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEST – Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SEPLAG – Secretaria de Planejamento
SETRAB – Secretaria do Trabalho, Produção e Renda
SETUR – Secretaria de Turismo
UCCN – *UNESCO Creative Cities Network* (Rede de Cidades Criativas da UNESCO)
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização da pesquisa	11
1.2 Objetivos.....	16
1.2.1 Objetivo geral	16
1.2.2 Objetivos específicos.....	16
1.3 Justificativas	16
1.4 Estrutura da dissertação	19
2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA	20
2.1 Economia Criativa	20
2.1.1 Artesanato	22
2.2 Empreendedorismo Cultural.....	25
2.2.1 Empreendedorismo Institucional.....	27
2.2.2 Trabalho Institucional.....	29
2.3 Articulação temática da pesquisa	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
3.1 Caracterização da pesquisa	34
3.2 Lócus e sujeitos da pesquisa.....	36
3.3 Apreensão do material empírico.....	39
3.4 Análise do material empírico.....	45
3.5 Questões Éticas e Limitações da pesquisa.....	47
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.1 Contexto histórico da economia criativa em João Pessoa (PB)	48
4.2 Caracterização das ações dos atores institucionais.....	54
4.2.1 Gestão Pública	56
4.2.2 Entidade de Apoio Profissional	62
4.2.3 Comunidade Científica	65
4.3 Análise da atuação dos atores institucionais.....	70
4.4 Discussão	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICES	101

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização da pesquisa

O ressurgimento do modo de produção artesanal foi acompanhado por um crescente discurso cultural sobre a redescoberta do significado e do valor de trabalhar com as mãos (SUDDABY; GANZIN; MINKUS, 2017). Nesse processo, as artes passaram a ter outra conotação, se desvencilhando da ideia de uma atividade ocupacional primitiva e obsoleta concretizada pela impossibilidade de realizar outra profissão científica, e reaparecendo a partir de um novo modo de produção, no qual a tecnologia também está envolvida como parte integrante. Ao incentivar a arte como atividade profissional, demonstrando-a como uma possibilidade de crescimento social e de renda, surgiu a necessidade de criar uma imagem que fomentasse o interesse dos cidadãos em se envolver (NASSIF, 2013). Com isso, percebeu-se a necessidade de idealizar uma iniciativa que estimulasse a cooperação, direcionasse a visão, e valorizasse a criatividade.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), enquanto agência da Organização das Nações Unidas (ONU), promove a interação entre os países, através de diversas ações científicas, culturais e artísticas que cooperam com a segurança e a paz mundial. Um de seus projetos, concebido em 2004, é denominado 'Rede Mundial de Cidades Criativas', o qual busca ser um ponto integrador composto pelas cidades que buscam preservar a tradição cultural e promover novas ações para o desenvolvimento da indústria criativa.

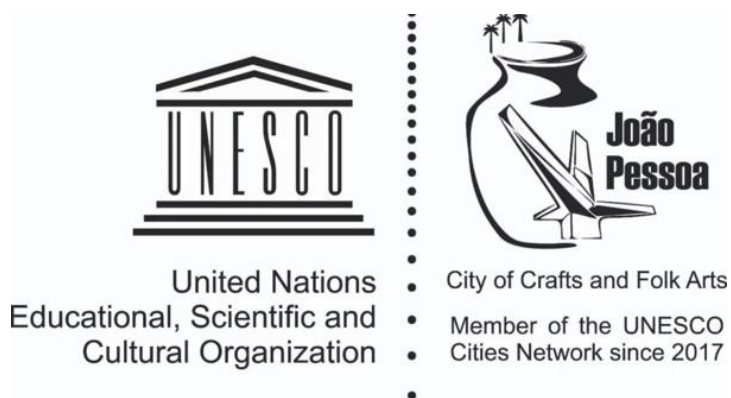
A Rede Mundial de Cidades Criativas da UNESCO, em inglês denominada como *UNESCO Creative Cities Network (UCCN)*, a partir de sua concepção estrutural, contribui para a iniciativa de construção coletiva de conhecimento, proporciona inclusão e possibilita aprendizado colaborativo, através da troca de experiências de realização de processos criativos em cidades em diversos patamares de desenvolvimento econômico, cultural e social. Dessa forma, a cidade, por meio da valorização de atividades criativas, pode gerar inovação e desenvolvimento para os indivíduos, tendo como base práticas consideradas comuns.

A racionalidade coletiva se caracteriza pelas trocas sociais, que geram uma compreensão geral semelhante entre as organizações do que é referência a ser seguida. A interpretação é o processo de acolher o conhecimento individual para criar modelos

conclusivos a partir do significado. O significado corresponde a maneira como cada ser social experimenta algo e, assim, com o compartilhamento de cada situação em conjunto, se torna coletivo (PUTNAM; BANGHART, 2017). Uma vez que essa racionalidade se dissemina no campo organizacional, uma das consequências disso é a influência de uma cidade frente a outra. O campo organizacional é constituído pelas interações sociais, pelo ambiente e pelas organizações envolvidas que possuem objetivos relacionais (WOOTEN; HOFFMAN, 2017). A partir do campo é que se configuram regras, valores e crenças que permeiam as decisões das organizações interligadas ao campo, conectadas umas com as outras, criando uma rede (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006).

A articulação entre as cidades contém, em seu patrimônio cultural, características relacionadas aos seguintes domínios criativos: Artes Digitais, Artesanato e Arte Popular, Cinema, Design, Gastronomia, Literatura e Música. Essas áreas impulsionam, por meio da cooperação, a oportunidade de diálogo em um ambiente de referência, possibilitando um movimento de compartilhamento de informações. Em 2017, João Pessoa (PB) foi reconhecida pela UNESCO como Cidade Criativa ao atender os critérios exigidos para integrar a Rede no segmento Artesanato e Arte Popular. Dessa forma, enxergando o artesanato e a arte popular como um ativo criativo, respeitando a cultura da área e o conhecimento das pessoas, passa-se a refletir sobre a economia criativa e a viabilidade de monetização como uma alternativa para redução da pobreza. Inclusive, em julho de 2022, João Pessoa (PB) foi escolhida para coordenar, no âmbito da América Latina e Caribe, o segmento Artesanato e Arte Popular da Rede Mundial de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. A Figura 1 apresenta a identidade visual de João Pessoa como Cidade Criativa da UNESCO.

FIGURA 1 – Identidade Visual de João Pessoa (PB) como Cidade Criativa da UNESCO



Fonte: Figura disponível em <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/>

O caminho pautado pelo crescimento inclusivo, tanto externamente (entre cidades) quanto internamente (entre os cidadãos), pode influenciar mudanças sobre as escolhas realizadas em termos de mercado e, sobretudo, em termos de políticas públicas. O equilíbrio entre o atendimento às demandas para soluções de problemas – por vezes de curto prazo – e a criação de projetos voltados a uma prospecção de futuro é desafiador; nessa perspectiva, é interessante compreender como a coparticipação entre o conjunto de atores institucionais envolvidos no campo influenciam nessa execução.

No ano de 2015, a ONU, por meio da Resolução A/RES/70/1, adotou, para os 15 anos seguintes, propósitos intitulados 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável' (ODS), além de 169 metas, a serem alcançados pelos países. Assim, a Agenda 2030, como foi denominada, propõe um compromisso para que se exerça uma participação ativa para buscar enfrentar as dificuldades, a qual a população global está envolvida. Nesse contexto, o papel da economia, da cultura e da criatividade é crucial para o atingimento desses referidos objetivos, através da transformação da sociedade a partir do alinhamento dos programas da UNESCO, sendo esta uma agência da ONU. Ao tratar da Rede Mundial de Cidades Criativas, pode-se citar o objetivo '1- Erradicação da Pobreza', tema de fundo na delimitação desta pesquisa, ao proporcionar um crescimento socialmente inclusivo em que os mais pobres possam ter a oportunidade de ascender social e economicamente (GEORGE et al., 2016).

Além desse objetivo, pode-se citar ainda os seguintes: '8- Trabalho decente e crescimento econômico', '9- Indústria, inovação e infraestrutura', '12- Consumo e produção responsáveis', e por englobar todo o contexto, consequentemente, o objetivo '11- Cidades e comunidades sustentáveis'. A preferência por ideias inovadoras e, ao mesmo tempo, inclusivas, pode demonstrar a intenção em delinear novos caminhos para potencializar o crescimento dos menos privilegiados da sociedade (GEORGE; MCGAHAN; PRABHU, 2012). Com isso, cria-se no mercado a oportunidade de uma nova atividade econômica, apresentada como inovação, que pode se tornar um meio de subsistência para o respaldo econômico dos profissionais envolvidos. O artesanato que é pautado pela criatividade abarcando elementos culturais e simbólicos que resultam na produção de sentido, agregam valor aos produtos e ganham espaço no mercado valorizando a criação (HOWKINS, 2001; SWEDBERG, 2009).

A presente pesquisa contribui para a avaliação e discussão sobre até que ponto a prática dos atores institucionais influencia no papel do artesanato como meio para redução

da pobreza, por meio do empreendedorismo cultural e da adaptação a novas tendências. Pautado pelo Institucionalismo Organizacional de base sociológica e pela perspectiva das interações entre cultura e economia, buscou compreender a responsabilidade (e o compromisso) dos atores institucionais no desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES.

A Economia Criativa com enfoque nos produtores de artesanato pode ser um artifício para iniciativas importantes que envolvem questões sociais, as quais estão conectadas a questões econômicas e que podem modificar o ambiente, se bem trabalhadas. Há indícios de que, a partir do ofício criativo, pessoas possam ser realocadas no mercado de trabalho, outras sejam acolhidas através dos pequenos negócios, assim demonstrando como o artesanato pode ser o meio para o crescimento. Pela complexidade do campo, além dos artesãos, os atores institucionais – enquanto agentes sociais – têm um papel de destaque, pois, com suas decisões tomadas, estimulam (ou não) o amadurecimento do campo (DRAZIN; KAZANJIAN; GLYNN, 2008).

O empreendedorismo cultural pode ser definido a partir da relação entre as habilidades, a identidade, elementos culturais e o aspecto social, ao impulsionar o olhar coletivo sobre a responsabilidade social, além de buscar mudanças nas formas de organizar (LOUNSBURY; GLYNN, 2019; NAUDIN, 2017). Identifica-se que, por meio do empreendedorismo, os atores remodelam as normas do contexto, sendo responsáveis pelo avanço alcançado, demonstrando ainda a necessidade de serem considerados de uma maneira estratégica.

Nesse processo, o artesanato se apresenta como um caminho fruto da demanda da cidade de João Pessoa (PB), por ser uma cidade que recebe muitos turistas e produtos típicos da região são buscados por esse público.¹ O trabalho artesanal é apresentado como uma atividade prática individual que denota delicadeza e transmite emoção, realizada com dedicação, criando um valor, a partir desses elementos (SUDDABY; GANZIN; MINKUS, 2017). A abordagem do papel do artesão-empREENDEDOR leva em consideração não apenas seu papel como trabalhador, mas também a sua função na sociedade, em busca da vivência dessa realidade.

A partir das singularidades de um campo é possível perceber se o contexto é propício para o despertar de novos aspectos e a possibilidade de que perdure, sendo assim é uma oportunidade para o surgimento do empreendedorismo institucional. Hardy e Maguire (2017) apontam que atores que ocupam posições dominantes no campo podem

¹ Fonte: Dados disponíveis em <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/>

ser empreendedores institucionais e iniciar processos de mudança, até por facilitar o acesso a recursos. Para a realização do empreendedorismo institucional é necessário estruturar uma conexão entre os processos que ocorrem dentro de uma organização; dessa forma, o trabalho institucional é uma vertente também relacionada à mudança e que combinada com o empreendedorismo institucional pode ser um recurso utilizado para auxiliar esse tipo de ação.

Hampel, Lawrence e Tracey (2017) apresentam o trabalho institucional como uma construção coletiva em constante transformação, influenciado tanto pelos atores quanto pelas instituições, através do aprendizado que cada parte envolvida em seu meio pode proporcionar. Dessa maneira, o conceito é apoiado em uma perspectiva de manutenção e modificação das práticas existentes por consequência do papel exercido. Alicerçado no Institucionalismo Organizacional, estudos sobre trabalho institucional podem elucidar questões sobre a inserção social enquanto condição de mudança (WILMOTT, 2011).

Essa seria a base para resgatar a memória e reforçar o senso de pertencimento ao ambiente; mediante a criatividade, os indivíduos demonstram como são membros ativos na formação da ação, gerando significado às suas atividades. Para isso, é necessário constatar o alcance da influência dos fatores humanos e culturais dos atores sociais envolvidos no contexto e seu significado na perspectiva de mudança e persistência (JUNIOR; DA CUNHA, 2013). Sendo assim, as interações e articulações provenientes de um conjunto de diferentes atores institucionais (Gestão Pública, Comunidade Científica, Entidade de Apoio Profissional) pode ser um dos mecanismos de ação disponíveis a serem realizados, visando transparecer esse processo.

Neste sentido, é importante criar estratégias que possam servir como resposta às necessidades da sociedade, contribuindo para a descoberta de soluções que possam mobilizar a capacidade de agência dos atores, além de abrir a possibilidade para novas oportunidades de crescimento, a partir do envolvimento que esses podem exercer. Com base no contexto apresentado, a presente pesquisa almejou investigar **como ocorre a atuação dos atores institucionais no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a atuação dos atores institucionais envolvidos no contexto de desenvolvimento de iniciativas de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB).

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o contexto de criação e o histórico de desenvolvimento de iniciativas de economia criativa de artesanato em João Pessoa (PB);
- Caracterizar as ações dos atores institucionais voltadas ao processo de desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB);
- Analisar a atuação dos atores institucionais envolvidos no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB).

1.3 Justificativas

Este estudo visou relacionar Economia Criativa, EmpREENDEDORISMO Cultural e Estudos sobre Artesanato (*Crafts Studies*) a partir de uma visão institucionalista de base sociológica, com o objetivo de, a partir da articulação dessas abordagens teóricas, aprofundar a reflexão relevante sobre conceitos. É premissa do estudo o argumento de que as ações de empREENDEDORISMO cultural têm se caracterizado como estratégias eficientes de impacto social². O desafio, então, envolveu realizar uma discussão em pontos fundamentados na vivência prática da gestão, com o intuito de apresentar soluções para grandes questões e desafios sociais, a exemplo da pobreza e desigualdade socioeconômica (GEORGE et al., 2016).

² O conteúdo deste estudo foi desenvolvido a partir de projeto de pesquisa submetido e aprovado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB), intitulado como "Economia Criativa e Redução da Pobreza" (Edital nº 09/2021 Demanda Universal – FAPESQ/PB). O objetivo central deste projeto envolveu compreender como as iniciativas de economia criativa contribuem para a redução da pobreza na cidade de João Pessoa (PB). Para fins de elaboração deste estudo, almejou-se abordar o papel dos atores políticos no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES naquela municipalidade, pois outro estudo do referido projeto se ocupou de investigar o papel da ação artesã-empREENDEDORA *per se* no fomento de iniciativas criativas.

O trabalho artesanal (*crafts*) compreende o domínio de habilidades que, ao serem materializadas, denotam conhecimento e dedicação com o cuidado humano, seja ele coletivo ou individual (SUDDABY; GANZIN; MINKUS, 2017). O empreendedorismo surge como uma alternativa para mudança no quadro social, ao compreender que um posicionamento que alcance o objetivo 1 da ONU, voltado para a redução da pobreza, pode auxiliar a transformar uma sociedade.

Há representação de destaque na economia para iniciativas de empreendedorismo, impulsionadas pela criatividade, que representam uma possibilidade de mudança de realidade, tanto que atores institucionais têm reforçado suas ações, com iniciativas para propulsão desses projetos. Mutch (2007) ressalta que oportunidades geradas mediante essas atividades podem facilitar o empreendedorismo institucional e, por esse motivo, se torna essencial compreender com mais detalhe o seu funcionamento para buscar melhores resultados. Esta área de pesquisa ainda não está consolidada e, portanto, existem lacunas a serem preenchidas e nos demonstram possibilidades para estudo.

De forma destacada, a lacuna encontrada na literatura diz respeito a quantidade incipiente de publicações que discutam o empreendedorismo em indústrias criativas, em especial na área de práticas tradicionais e artesanato (LOUNSBURY; GLYNN, 2019). Outra lacuna diz respeito à escassa produção científica em realidades empíricas de países em desenvolvimento (HANANIA; VLASSIS, 2017). Ao final, também verificou-se haver potencial contemporâneo para realização de mais pesquisas que congreguem questões institucionalistas e culturalistas aplicadas à economia criativa (REIS et al., 2017).

Ao relacionar a questão econômica com a atividade artística, questiona-se a capacidade produtiva não industrial de um artesão. A monetização dos seus produtos pode ser uma dificuldade na construção de um mercado capaz de um desenvolvimento sustentável (SWEDBERG, 2006). No entanto, é necessário refletir a melhor forma de explorar essa tensão para que, em um equilíbrio das duas forças, se alcance um resultado apropriado. A formação de futuros profissionais deste ramo pode estar diretamente relacionada à esfera a qual a atividade específica está envolvida, por conta da vivência em situações de aprimoramento do ofício e o contato com os diferentes gêneros do artesanato que exercitam a habilidade manual do produtor.

Para recorrer ao modo de ação que se adeque como respaldo no estudo, a relação entre os papéis e os tópicos aqui apresentados demanda uma compreensão sobre o *modus operandi* do campo artesanal, de modo a se poder refletir sobre como a interação entre atores institucionais pode viabilizar a realização de projetos, cursos e pesquisas

importantes para a sensibilização artística e cultural. Os agentes propulsores de políticas públicas desempenham papel relevante, ao poderem facilitar a concepção de um diálogo com os profissionais, a partir da diversidade de operações disponíveis de modo a auxiliá-los – políticas públicas sendo aqui entendidas como um conjunto programático de ações voltadas para setores específicos da sociedade (GOMES, 2011).

O trabalho institucional denota a compreensão de como a ação do ator pode suscitar novas realidades na organização, podendo originar um novo tipo de processo, ou até reavivar um processo existente, mas que estava amortecido. Ao estudar variadas organizações de trabalho, identifica-se que a influência das instituições em questões sociais engloba a associação entre o simbólico, relacional e material. Tudo isso indica complexidade na investigação sobre instituições, denotando a dificuldade e a dimensão desse contexto (HAMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017). Dessa forma, a possibilidade de preencher essa lacuna demonstra a importância do estudo em encontrar elementos que auxiliem a aprofundar o conhecimento sobre a questão.

É visando suprir as demandas dos artesãos-empREENhedores que se delimita o alcance deste estudo, voltando-se a analisar o papel de atores institucionais na possibilidade de influenciar as práticas de apoio e auxílio à atividade artesã-empREENhedora na municipalidade elegida enquanto *lócus* empírico, diante de seu contexto contemporâneo. Visou-se, assim, abordar e discutir, por exemplo, os instrumentos desses agentes avaliando em que etapa da cadeia produtiva suas ações impactam, por entender que eles, em alguma medida, são potenciais promotores de políticas públicas que fomentam e dão sustentação ao processo criativo, ao incentivarem o desenvolvimento da produção artesanal.

Ao compreender que a realidade é socialmente construída, podendo ser criada ou modificada mediante ações, interações e interpretações que formam complexos significados, concebe-se que ela resulta desse conjunto de elementos em interação. A implementação desses processos, considerando a demanda apresentada, auxiliam na institucionalização dos programas. A institucionalização, por sua vez, é o processo de internalização de uma determinada prática que influencia elementos de campos e de organizações (SCOTT, 2014). Por esses elementos, oportunizar-se-á ponderações sugestivas sobre ações que os diferentes atores institucionais possam realizar, buscando obter resultados relevantes nesses domínios.

1.4 Estrutura da dissertação

Esta pesquisa está constituída por cinco capítulos. No primeiro é apresentada a Introdução, como preâmbulo para o entendimento geral do conteúdo. No segundo capítulo é exposto o referencial teórico, demonstrando de forma aprofundada o norteamento conceitual. Avançando para o terceiro capítulo, estão apresentados os procedimentos metodológicos. Articulando conceitos teóricos aos dados coletados durante a pesquisa, segue-se com o quarto capítulo o qual é abordada a apresentação e análise dos resultados. Por fim, o quinto capítulo, conclui-se com as considerações finais retomando pontos apresentados inicialmente.

2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

2.1 Economia Criativa

Num breve apanhado histórico, identifica-se Schumpeter (1984) defendendo a tese de que a inovação é fator central para o desenvolvimento econômico, gerando um elo causal que promoveria a ruptura dos sistemas para os países em desenvolvimento. Keynes também sustentava a importância do financiamento público das artes (MIGUEZ, 2007), em decorrência de ser uma atividade democrática, a qual pode ser realizada a qualquer momento por diversos perfis de pessoas, tendo como forma uma questão igualitária. Desse modo, as oportunidades se estendem na busca da transformação da sociedade de forma sustentável e consciente.

A educação cultural "configura espaços alternativos de atuação para fazer frente às tradições elitistas que persistem exaltando uma distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massa, entre cultura burguesa e cultura operária [...]" (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 37). A medida da relevância que é proporcionada pela identidade local, através da cultura, é uma característica que pode, também, ser um meio de captar a ideia de personalização.

A criatividade pode ser definida como a capacidade de inovar, criar algo novo, seja individualmente ou coletivamente, dentro ou fora de um contexto delimitado (AMABILE, 2017). Canalizando a estética e a necessidade do modo de vida capitalista, Howkins (2001) apresenta a definição de economia criativa que é delineada pela relação entre criatividade, capital e quantidade. Os produtos que possuem valor significativo têm importância pelo criador, pela marca, pelo conceito, pela funcionalidade, dentre outros; com isso para quem trabalha com criatividade, através de um critério financeiro padrão, conseguir estimar, mensurar e definir preços é difícil (KOLB, 2015).

O objetivo nesse ramo é o produto criativo, o bem tangível que surge através da ideia abstrata, no entanto o aspecto singular da tradição, da emoção, da experiência precisa ser valorizado. A consolidação da identidade cultural fortalecendo novos modelos de negócios, alterando a lógica de mercado, proporcionando a criação de novos empregos e a geração de renda demonstra o diferencial da economia criativa na sociedade. A legitimação deste contexto na prática está relacionado ao significado que os atores institucionais querem aplicar a essa realidade representativa.

As políticas públicas são necessárias para um desenvolvimento consistente e sustentável, pois tão importante quanto colocar à disposição no mercado, é o estímulo ao consumo através de uma educação multicultural (GOMES, 2011). Com esse ponto de vista, incorporando espaço de negócios para produtos e serviços culturais e a dimensão que é influenciada por esse cenário, não se pode negar o potencial da economia criativa como estratégia de melhoria social.

Nesta dimensão, os trabalhadores que estão envolvidos nesse processo de criatividade podem ser caracterizados para que seja possível desenvolver habilidades necessárias para dar suporte a uma política cultural institucional:

Meu ponto aqui é ressaltar que as bases da classe criativa são econômicas. Eu a defino como uma classe econômica e defendo que o seu papel econômico sustenta e molda os hábitos sociais e culturais, bem como o estilo de vida de seus membros. A classe criativa é formada por pessoas que agregam valor econômico através da criatividade [...]. Minha definição de classe enfatiza o modo como as pessoas se agrupam e estabelecem identidades baseadas principalmente no papel econômico que desempenham. Preferências sociais e culturais, hábitos de consumo e identidade social, tudo isso vem daí (FLORIDA, 2011, p. 68).

Sem isentar cada ente de suas responsabilidades institucionais, cada vez mais as questões sociais têm se desenvolvido em um modelo de integração entre o Estado e a sociedade civil, como forma de driblar o problema da gestão pública. Por estar mais próxima da realidade prática, a população é demandada na busca de soluções para problemas sociais, como auxílio aos tomadores de decisão. Essa atitude oportuniza a sistematização de ideias, a informação explícita das dificuldades, esse processo, com uma estruturação acertada, pode até resultar na criação de políticas públicas.

O diálogo com a sociedade faz com que o Estado se envolva prioritariamente em pautas que são de interesse público e que precisam ser mais consideradas. A criação de políticas públicas em prol da valorização e conscientização de um setor social, além de agregar valor a esse grupo, impulsiona a consideração sobre as necessidades suscitadas. Com esse alinhamento, a prática se torna base para uma melhor orientação sobre o contexto social facilitando a gestão (EMMENDOERFER et al., 2021).

Howkins (2001) identifica que as pessoas que trabalham com economia criativa possuem cinco características em comum, sendo elas: (i) visão, (ii) foco, (iii) percepção financeira, (iv) orgulho e (v) urgência. A disposição desses atributos demonstra a perspectiva de potencializar a atuação desses trabalhadores no processo de renovação da

realidade social que eles enfrentam, relacionando criatividade com a economia para obter um resultado diferenciado.

Ao reforçar a ideia de que com o apoio de atores institucionais, já que através de suas ações há um impulsionamento da cadeia produtiva, é possível fomentar e desenvolver o potencial da contribuição de objetos frutos dessa economia criativa para a sociedade. Na construção ou transformação do campo, os atores institucionais possuem um papel de destaque nesse processo ao serem os responsáveis por promover iniciativas de envolvimento dos trabalhadores com novas possibilidades (FLIGSTEIN, 2007).

A propagação de ações contínuas formativas, normativas, culturais, com o objetivo de fortalecer de forma específica esses profissionais, pode estar relacionada à capacidade operacional dos atores em desenvolver esses grupos. Dessa maneira, o papel dos atores institucionais envolvidos nesse processo precisa ser ativo para que seja possível auxiliar, com um trato colaborativo, os agentes que trabalham com a economia criativa na evolução de seus interesses.

2.1.1 Artesanato

A arte de produzir um objeto fomenta-se desde o início dos tempos devido ao anseio de atender as necessidades do ser social. O artesanato englobava vários contextos, principalmente o familiar, onde a arte era ensinada a cada geração denotando uma forma de sustento, mas também uma oferta educacional. Nessa conjuntura, a atividade era vista apenas como a prática de uma habilidade operacional primitiva aprendida a partir do ensinamento transmitido ao longo de gerações (SUDDABY; GANZIN; MINKUS, 2017), ocorrendo, assim, a partir das demandas da sociedade, ao passo que o processo de desenvolvimento de ocupações específicas foi se consolidando.

Com a revolução industrial, o ofício artesanal passou a se tornar obsoleto, pois cresciam as formas organizacionais mecanizadas como as fábricas, e agora a produção ocorria em larga escala. O modo de ação voltado para a impessoalidade estava refletindo na ocupação mecanicista voltada à produtividade organizacional, deixando de refletir sobre as demais circunstâncias. Assim, os indivíduos passaram a atuar a partir de um olhar constituído de atividades padronizadas, confrontando o ideal de liberdade que valoriza a criatividade do artesanato.

A ênfase na estrutura burocrática enfatizava uma questão econômica restrita; já a visão artesanal legitima o simbolismo humano no processo, embora não pudesse ser multiplicado de forma industrial. Isso configura um dilema que os atores enfrentam entre uma lógica de produção que valoriza a criatividade, frente a uma lógica estrutural que evidencia a busca pela eficiência através da padronização. Dessa forma, levanta a reflexão sobre como as práticas administrativas devem ser desenvolvidas.

A partir da concepção weberiana, aponta-se que o desencantamento do mundo surge a partir de uma visão fincada em uma justificativa racional e o consequente afastamento da vertente cultural (WEBER, 1982; PIERUCCI, 2013). Com o passar do tempo, percebe-se um reencantamento por uma perspectiva artística junto a um contexto simbólico, a qual não só fascina novamente, mas também retorna com um novo significado adaptado a uma configuração atual (SUDDABY; GANZIN; MINKUS, 2017). Enquanto as organizações estavam, naquele momento, configuradas no paradigma racional, em torno de uma abordagem técnica para o trabalho, o artesanato, alternativamente, se baseia na autenticidade da realização de tarefas com ênfase para a produção humana.

O artesanato envolve mão-de-obra, matéria-prima e método, sempre tentando repassar o conhecimento por gerações, e também repensando a prática para adequar aos avanços da sociedade (BENNETT, 2018). Há no artesanato potencial em beneficiar a coletividade através da criação de empregos e da possibilidade de um novo olhar para o ambiente de trabalho, diferente da nova vertente de digitalização mundial. O fortalecimento do artesanato atende, também, a pauta da sociedade relacionada à sustentabilidade, englobando suas três vertentes: econômica, social e ambiental. O ofício artesanal também pode ser um meio para se expressar politicamente, através de movimentos de luta envolvidos com a arte (BELL; MANGIA; TAYLOR; TORALDO, 2018).

A portaria nº 1.007-SEI, de 11 de junho de 2018, da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços institui o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. Primeiramente, é interessante comentar-se sobre a definição legal de artesanato (Art. 19) como sendo "toda produção resultante da transformação de matérias-primas em estado natural ou manufaturada, através do emprego de técnicas de produção artesanal, que expresse criatividade, identidade cultural, habilidade e qualidade".

Nesse aspecto, pode-se perceber que o tema do artesanato é bastante atual e merece reflexões teóricas importantes, a começar pela caracterização dessa forma de se expressar. A mais importante está constante na própria definição, pois o artesanato pode ser entendido como o conjunto de conhecimentos e habilidades empregados na produção de objetos visando desempenhar certas funções, de acordo com um propósito prático previamente especificado (COLLINGHOOD, 2007). É dessa natureza prática que se diferencia arte de artesanato. Dessa maneira, enquanto o trabalho artístico pode especializar-se, inclusive, em contradizer quaisquer formas de aplicabilidade (LUCY-SMITH, 1981), a peça artesanal pressupõe planejamento e propósito prático.

Ademais, é preciso ponderar algumas questões que merecem uma reflexão teórica mais aprofundada. Primeiramente, não é devido encarar o artesanato como mercadoria num sentido estritamente utilitarista, não obstante o seu propósito prático. Muito além da técnica, o artesanato traz em si crenças, valores e traços culturais que estão intrinsecamente instalados em cada peça produzida (ADAMSON, 2010). Até mesmo sua irregularidade na produção deve ser considerada característica de sua constituição, pois, diferentemente do produto industrial – que é produzido em série –, o objeto artesanal reclama certa unicidade, ou seja, cada peça é produzida de forma individual, podendo conter pequenas irregularidades se comparadas a outras confeccionadas por um mesmo artesão.

Não se pode negar que o artesanato está em constante processo de mudança, na mesma medida em que as condições sociais se alteram. A tecnologia também emerge como um fator impactante nas iniciativas de economia criativa de artesanato (AKRAM, 2022), tendo em vista que a incorporação de tecnologias digitais tem permitido que os artesãos alcancem um público mais amplo e diversificado, por meio do comércio eletrônico e das redes sociais, contribuindo para a expansão do alcance de suas criações.

Ritmo e tempo possuem no artesanato uma coexistência diferente, um absorver do tempo de maneira mais humana que influencia no seu uso. Uma vez que "o tempo humano está presente 'no pensar' e 'no fazer', que provoca também uma apreciação mais profunda 'do usar', ou seja, o artesanato rememora um ritual do fazer, e estimula um ritual de fruição" (KRUCKEN, 2012). Por último, tem-se a questão da autoralidade, sendo esse é um direito ainda pouco discutido aqui no Brasil, principalmente em se tratando de artesanato.

É preciso estar atento para identificar se algum artesão e/ou grupo que está utilizando de um repertório cultural, artístico ou técnico que lhe é próprio, de forma que

esses saberes e expressões possam ser encarados como patrimônio a ser resguardado por meio de uma patente (HOWKINS, 2001). A carta patente alcançaria seu objetivo primordial, que é proteger o artesão e sua criação, colocando-o em igualdade de condições com as corporações, pois, sem tal exclusividade amparada pelo Direito Autoral, facilita-se o plágio do tipo de criação autoral (CARVALHO, 2009).

Diante do exposto, cabem algumas provocações. Primeiro, como a comunidade local influencia no aparecimento e desaparecimento de formas de trabalho artesanais? Segundo, como o artesanato pode evoluir e persistir ao longo do tempo, apesar do avanço tecnológico e da modernização da sociedade (DAILY, 2018)? Por último – e a que o presente estudo se atém –, qual é o papel que os atores institucionais exercem na redução da pobreza através do desenvolvimento do artesanato?

2.2 Empreendedorismo Cultural

Em um mundo globalizado, dominado pela velocidade da internet, uma atividade tão antiga quanto o artesanato continua sendo uma grande geradora de emprego e renda, modificando socioeconomicamente a dinâmica de muitas regiões. O que se pretende neste tópico é traçar uma breve descrição da trajetória do artesanato dentro da dinâmica contemporânea indicando, a partir dela, como as práticas dirigidas à promoção dessa atividade favorecem a inserção dos modos de vida no contexto capitalista.

Empreender é o processo de inovar para modificar o ambiente que se está envolvido, de maneira individual ou coletiva (RINDOVA; BARRY; KETCHEN, 2009). Reis (2007) vem afirmando que a cultura exerce influência no desenvolvimento econômico e regional. A elaboração da proposta de ação de um empreendedor está envolvida em um esforço para construir algo diferente do que está apresentado no campo, que pode envolver uma mudança econômica, normativa, política, além de uma série de fatores que precisam fazer sentido para que sejam legitimados.

O empreendedor cultural materializa os significados através de nomes, imagens e tradições, infundindo-os por meio do uso da linguagem, os quais podem ser institucionalizados a partir de conhecimento histórico e cultural (LOUNSBURY; GLYNN, 2001). A diferenciação é a particularidade que engloba a caracterização do produto, estando representada na imagem que algo apresenta, na região onde é elaborado, construindo a identidade e enfatizando o que o empreendedor cultural realiza. A internet

veio como uma grande aliada, multiplicando a visibilidade da produção artesanal brasileira, sempre associada aos circuitos de consumo internacional e/ou à atividade turística (MARQUESAN; FIGUEIREDO, 2014).

Ao se tratar de empreendedorismo cultural, os recursos culturais, linguísticos e simbólicos são os elementos que compõem o processo de desenvolvimento de uma inovação gerada. É interessante refletir sobre o impacto que abrange o papel dessa abordagem visando compreender a influência em experiências de sucesso. Movimentos que se propuseram a revalorizar o artesanato – como o movimento *Arts and Crafts* – tiveram seus impactos nesse processo de promoção da inovação. No contexto regional, o Programa de Formação do Jovem Artesão elaborado pelo Museu do Homem do Nordeste no ano de 2004, passou a compor o grupo das atividades permanentes do Museu como maneira de estimular a continuidade da profissão (FUNDAJ, 2010).

Pesquisas recentes mostram que o Brasil se destaca com altos índices de empreendedorismo em termos mundiais (SEBRAE, 2019), tendo em vista o potencial inovador da população de suscitar novas possibilidades, se adaptando ao cenário político-econômico do país, fundamentando-se em estratégias de produção de produtos feitos à mão. O Brasil está na lista dos 10 países em desenvolvimento que mais exportam artesanato no mundo, tendo como maior demanda produtos como tapetes, *souvenirs*, bordados e trabalhos em vime (UNESCO, 2018). É importante destacar que o Brasil, dentre esses países, possui a maior taxa média anual de crescimento (24,80%) para as exportações de esculturas, gravuras e adereços.

Ao tratar sobre a própria indústria brasileira, em termos regionais, é possível perceber que o Nordeste ocupa a segunda colocação na quantidade de empreendimentos criativos, abrigando 22% das empresas do país, ficando abaixo apenas da região Sudeste, que contém 55% (BRITISH COUNCIL, 2020). No entanto, é necessário uma análise minuciosa frente aos índices de encerramento dos empreendimentos brasileiros, pois há indícios de que a cultura empreendedora ainda está atrelada à ideia de "empreendedorismo de necessidade", onde negócios são criados sem uma completa gestão e profissionalização, contribuindo para seu fechamento em curto período de tempo:

Ao analisar a sobrevivência por setor, o levantamento mostrou que a maior taxa de mortalidade é verificada no comércio, onde 30,2% fecharam as portas em cinco anos. Na sequência, aparecem indústria de transformação (com 27,3%) e serviços (com 26,6%). As menores taxas de mortalidade estão na indústria extrativa (14,3%) e na agropecuária (18%) (SEBRAE, 2023).

As políticas públicas relacionadas à cultura devem ser idealizadas de modo a estimular esforços significativos em resguardar a importância da singularidade regional e desenvolver o interesse em participar desses processos (LOUNSBURY; GLYNN, 2019). A união de ações nos vários âmbitos é medida urgente que pode contribuir significativamente com a expansão de um empreendedorismo cultural consistente, que possa gerar desenvolvimento local e propagação da cultura sustentável, incentivando a promoção e variedade de iniciativas voltadas ao campo criativo (GEHMAN; SOUBLIÈRE, 2017).

Essas iniciativas visam (re)valorizar o trabalho do artesanato promovendo benefícios coletivos e emancipatórios à população, sendo uma fonte de receita, emprego, preservação cultural e sustentabilidade. É sob essa problemática que a presente pesquisa vem analisar a influência dos atores institucionais envolvidos no contexto de iniciativas de desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB).

2.2.1 Empreendedorismo Institucional

O contexto do campo onde as organizações estão inseridas perpassa pelos fatores estratégicos que influenciam os mercados (LI; FENG; JIANG, 2006). Com o objetivo de buscar novas formas organizacionais para seguir no caminho do crescimento, a mudança se torna uma oportunidade para impulsioná-lo. Com isso, surgem os empreendedores institucionais, que são indivíduos que agem numa orientação de transformação, através de estratégias inovadoras para realizar a construção de outras lógicas em campos organizacionais (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). A mudança na lógica institucional demonstra que existiam lacunas não atendidas pela forma atual de funcionamento da organização e, assim, há possibilidade para que novas atividades sejam desempenhadas buscando atender a nova demanda criada.

O empreendedorismo institucional consiste na criação de um novo modelo de negócio, alterando os critérios existentes e influenciando, conseqüentemente, o *modus operandi* do ambiente, o que inclui atuais e novas organizações. A interferência na infraestrutura institucional pode ser coletiva ou individual, e pretende superar barreiras operacionais do campo organizacional, sobrepondo as incertezas integrantes do processo. É relevante compreender que agentes sociais enquanto seres críticos e independentes, responsáveis por uma modificação no ambiente, são uma exceção à realidade a qual eles

se relacionam, de modo que iniciar mudanças nessa ordem e nível de alcance não se configura exatamente como algo simples (LI; FENG; JIANG, 2006; ALDRICH, 2010).

A posição e a função dos indivíduos nas instituições proporcionam condições que oportunizam um ambiente favorável para iniciar um processo de mudança. Pessoas dotadas de capacidade de agência a ponto de mobilizarem capital dentro das organizações têm mais facilidade em criar novas organizações, ao alterarem o fluxo de recursos e modelos cognitivos existente (DIMAGGIO, 1988; BATILLANA; LECA; BOXEMBAUM, 2009). A agência humana pode ser definida como a capacidade de um ator social de realizar uma ação, não necessariamente a partir de uma intenção imputada a essa ação. Assim, inicia-se a discussão sobre condicionantes e limitadores estruturais no âmbito social, haja vista que a estrutura na qual o sujeito está envolvido possui influência – mas não determinação – na realização de uma ação (SCOTT, 2014).

O paradoxo da agência imersa é a afirmação de que o indivíduo sempre está imerso em um campo social que o retroalimenta a partir das mesmas experiências (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Dessa forma, surge o questionamento sobre como o sujeito poderia mudar uma instituição na qual ele está inserido e detém poder sobre ele. Ao refletir sobre essa indagação, Abdelnour, Hasselbladh e Kallinikos (2017) indicam que essa visão pode ser superada com a exposição do indivíduo a mais de um campo organizacional, pois uma tal diversidade auxiliaria o ator a evoluir e propor mudanças. Acrescenta-se ainda que o desenvolvimento também pode se dar a partir de um aprofundamento no conhecimento que envolve o campo, de modo que, com esse novo aprendizado, o indivíduo passa a interpretar a sua realidade de maneira diferente.

Para detalhar e auxiliar na compreensão sobre como o futuro empreendedor institucional consegue refletir além do contexto em que está inserido e despertar para o olhar crítico sobre a realidade, é importante ressaltar a reflexividade e os dois pontos que a envolvem. O primeiro, o panorama da reflexividade agencial, é voltado ao indivíduo como agente, e reflete a influência da posição do ator no campo e a sua inserção em outros contextos; já o segundo, o da reflexividade autônoma, demonstra a pessoa de forma independente, que utiliza da linguagem (i.e., o discurso, a narrativa, a retórica), para solucionar problemas e buscar soluções sozinho (MUTCH, 2007).

Ao se discutir o ambiente organizacional como possibilidade para o empreendedorismo institucional, é possível apresentar algumas características: (i) modelo político-econômico estável, pela segurança ao tentar prospectar um cenário futuro e

também pela possibilidade de menos barreiras às novas atividades; (ii) apoio do governo, com estímulo a novas organizações e criação de subsídios; e, (iii) aparato legal, com uma regulação que protege a nova organização e proporciona legitimidade (ALDRICH; RUEF, 2006).

É necessário enfatizar que há realidades em que uma estrutura institucional, baseada em normas legais, valores culturais e processos políticos, de alguma forma, demonstra ao indivíduo que tipo de prática é aceitável no seu meio, influenciando sua liberdade e até a possibilidade de novos empreendedores surgirem. A mudança institucional, assim, se baseia na habilidade de os atores explorarem as contradições inerentes aos elementos mítico-rationais que sustentam as instituições.

2.2.2 Trabalho Institucional

A análise institucional das organizações, no entendimento de Meyer e Rowan (1977), está estabelecida na perspectiva que a organização busca estar em conformidade com os princípios estruturais institucionalizados, com o objetivo de atender aos critérios estáveis do ambiente, pois a promoção desse alinhamento entre o ambiente e a organização resulta em confiança, facilitando, assim, sua legitimidade no campo.

Nesse contexto, é possível perceber que as organizações aparentam ser cada vez mais parecidas, pois são fruto da relação entre regras e o meio, resultando, assim, numa condição de isomorfismo. O estabelecimento da ideia de que uma questão é importante a partir da interpretação de um grupo de indivíduos conectados à estrutura define a legitimidade (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2005). Assim, a persistência consiste na manutenção do contexto de determinada situação, e a mudança está relacionada à alteração na forma que a estrutura pode alcançar. O indivíduo pode transformar a realidade em que vive, a partir das experiências que participa e que compartilha com outros, apesar de sua racionalidade limitada. O fruto da capacidade de interpretação do indivíduo, em conjunto com a bagagem adquirida, pode possibilitar a mudança em instituições, nas quais ele está inserido (OLIVER, 1992).

O trabalho institucional abrange a compreensão de que os atores, enquanto influenciadores da prática, são agentes capazes de criar estratégias para construir, manter e desconstruir instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). A criação da consciência para a evolução na atividade empresarial do setor e reconfiguração das instituições de

mercado advém da contribuição nos processos de mudanças institucionais, do entendimento das condições, e da realização de medidas. O princípio da lógica de trabalho do ator social em sua perspectiva micro e sua capacidade de realizar a ação é o que faz o agente incrementar o campo em que está inserido. Em contextos emergentes, o movimento coletivo de empreendedores impulsiona o aparecimento de novas operações, a partir da dinâmica de agregação de várias atividades (ALDRICH; FIOLE, 1994). O processo para a construção da legitimidade dessas novas organizações denota fatores humanos e culturais para a caracterização da abordagem utilizada em suas próprias ações.

Os atores influenciam institucionalmente por meio de tipos de trabalho identificados em três categorias: simbólico, material e relacional. O simbólico abrange a utilização de símbolos, incluindo signos, identidades e linguagem; o material se configura nos elementos físicos do ambiente institucional, como objetos ou lugares; e, o relacional se preocupa com a construção de redes de interações; todos esses, cada um com sua particularidade, buscam o mesmo objetivo, a saber: influenciar instituições (HAMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2006).

Para compreender a capacidade de os agentes criarem, manterem e desconstruírem instituições é preciso configurar até que ponto a realização da ação acontece. A criação de instituições consiste na formação de um sistema de regras que conferem limites, hierarquia e identidade, por meio de conexões de indivíduos posicionados no campo com processos políticos e econômicos em que estão envolvidos. A busca por legitimidade é comumente identificada como um fator chave para as organizações responderem às demandas de seu ambiente, sendo validadas no que concerne à conformidade, monitoramento e avaliação.

A partir da mudança, um novo empreendimento pode ser criado para atender as necessidades do campo, buscando elaborar elementos que criem confiança (ALDRICH, 2010). É interessante compreender que a manutenção das instituições não está relacionada à rigidez, mas sim a uma permanência crítica, onde a cada análise dos processos, novos modos de agir podem aflorar. Ao ressaltar o aparato normativo de uma instituição, que existe, mas pode não estar tão claro, reforça-se a persistência das regras mesmo em um contexto de mudança.

A desintegração das instituições pode ocorrer a partir de demandas não atendidas pelas já existentes; com isso, os atores estarão envolvidos na destruição do arranjo institucional. Essa desintegração se baseia na separação das regras de todo o mecanismo a que estavam relacionadas, como recompensa, sanção, cultura, norma, ou até um

pressuposto. Então, realizar essa disrupção está voltado para a relação entre os controles e a instituição.

É necessário compreender como os atores se envolvem no trabalho institucional, Hampel, Lawrence e Tracey (2017) dividem isso em três classes. A primeira categoria são os grupos criados dentro de uma organização específica, nele as alianças ocorrem internamente e influenciam a relação com o campo. A segunda são os grupos organizados dentro de um campo específico, que utilizam seu poder para barrar contrariedades aos seus interesses. A terceira categoria são os grupos de atores heterogêneos que, pela diversidade, estão mais suscetíveis ao conflito, que são resolvidos a partir da habilidade de superar inconsistências para conseguir questionar as normas estabelecidas.

2.3 Articulação temática da pesquisa

O ambiente organizacional voltado à cultura se desenvolve com a consolidação do processo de legitimidade pelas partes envolvidas. Dessa forma, há a necessidade de estudar o envolvimento dos atores institucionais nesse meio, e quais as consequências dessa atuação. Economia criativa diz respeito ao distinto conjunto de atividades que se assentam no ato da criatividade, no talento ou na habilidade individual, incorporando propriedade intelectual aos produtos e inserindo o artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais (MIGUEZ, 2007). O estímulo desse movimento de conectar a criatividade à economia é mais um respaldo para que as práticas artísticas se tornem atividade principal.

O artesanato é o processo que envolve a fabricação à mão e autenticidade vinculada a identidade incorporada no ofício artesanal (ADAMSON, 2010). O debate sobre a atividade laboral de artesão é pertinente, ainda mais em uma sociedade a qual a digitalização do trabalho – por meio de tecnologias e equipamentos –, nos faz questionar se há apenas um único caminho para o desenvolvimento de habilidades e de ocupações profissionais.

Estando a cultura em conexão com as práticas organizacionais, ressignificando a atividade econômica em um campo, surge o empreendedorismo cultural. Este é definido como a criação de uma nova configuração econômica a partir da cultura, ressaltando a necessidade do suporte de atores institucionais para reforçar a base estrutural de valor.

Ao relacionar o empreendedorismo voltado para o artesanato, tem-se a expressão voltada para a prática individual denominada artesão-empREENDEDOR.

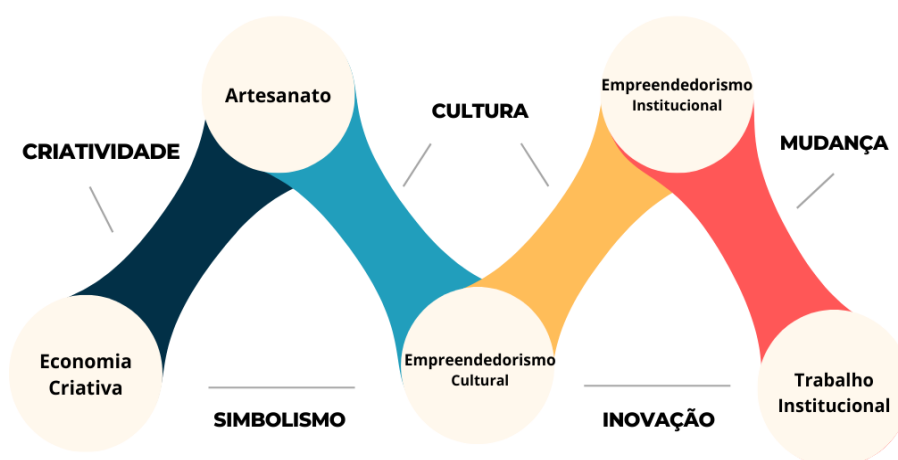
Ao tratar sobre empreendedorismo institucional, envolve-se a proposição de um novo modelo no ambiente. A mudança no campo organizacional, pode envolver organizações existentes e até influenciar a criação de novas, a partir do novo parâmetro formulado. Os atores estão imersos em uma estrutura que conduz a formulação do sistema de significados que estão compostas em seu imaginário. No entanto, a literatura sobre o assunto demonstra que a interação com outras realidades favorece a possibilidade de rompimento e alcance de um novo modelo (LECA; NACCACHE, 2006).

O trabalho institucional possibilita a mudança nas instituições, baseada na criação, manutenção e destruição, analisando as práticas realizadas pelos atores. Essa perspectiva desponta na compreensão da maneira como a ação dos agentes aprimora ou desagrega as estruturas sociais. Nisso, destaca-se o papel da agência humana, ressaltando como o trabalho desenvolvido pelo indivíduo pode influenciar o campo organizacional mais amplo.

Os atores institucionais são indicados como encorajadores dos empreendedores, apontando o pilar da cultura como um diferencial para o equilíbrio entre crescimento econômico e a relação social (BROUILLETTE, 2014). As instituições legitimam certas atitudes ao compreender como isso pode influenciar o meio e, assim, até mesmo reconfigurar o ambiente organizacional.

Portanto, esta pesquisa assume que a prática dos atores institucionais influencia o desenvolvimento do artesão-empREENDEDOR em João Pessoa (PB), por meio de políticas públicas, econômicas e acadêmicas. Ao compreender os problemas da sociedade, os atores buscam com o trabalho institucional realizar mudanças, seja criando, mantendo ou interrompendo instituições, que possam impactar positivamente a realidade social. Sendo assim, na Figura 1 está apresentada de forma sintetizada os temas que compõem o arcabouço teórico do trabalho.

FIGURA 2 – Síntese dos temas abordados na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

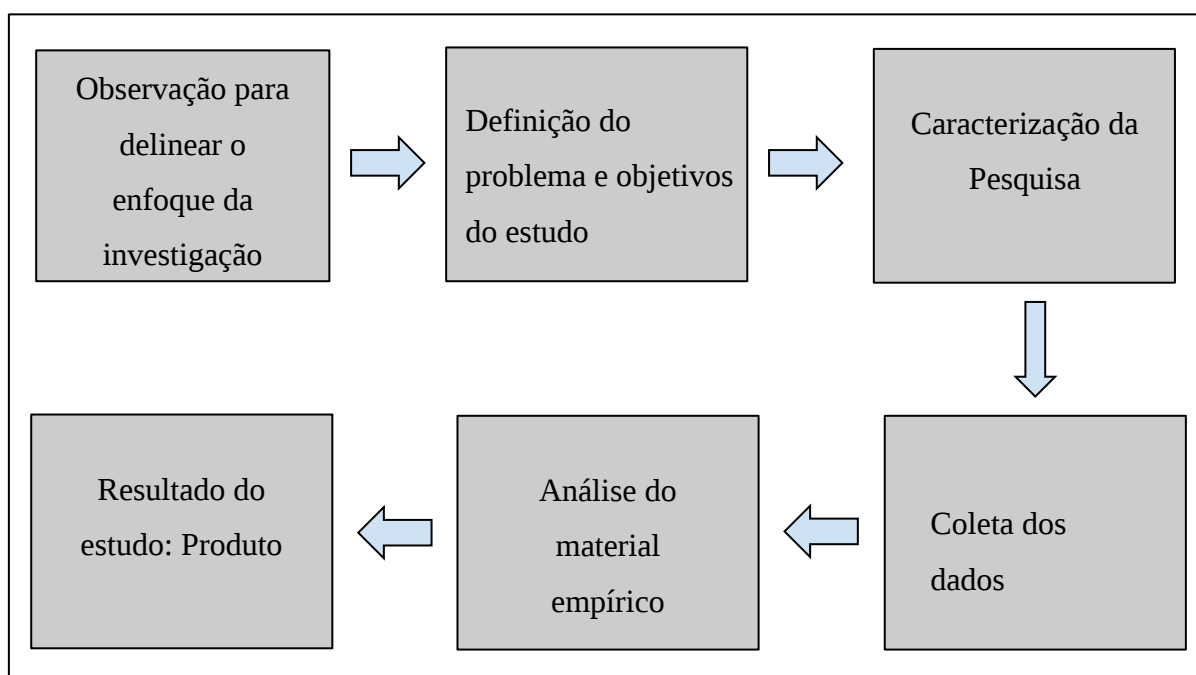
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da pesquisa

O desenvolvimento de uma pesquisa no campo das Ciências Sociais compreende encontrar respostas para o problema definido inicialmente, sendo realizada com uma finalidade (YIN, 2016). Esta pesquisa se baseia na possibilidade de que o trabalho institucional, sob uma perspectiva do empreendedorismo cultural em iniciativas de economia criativa, demonstre a atuação dos atores institucionais e a dinâmica dos seus papéis na promoção de melhoria da condição de vida por meio do artesanato.

O fluxograma, disposto na Figura 3, apresenta os aspectos metodológicos para auxiliar a visualização das informações sistematizadas contendo o esquema sintetizado do desenvolvimento de uma pesquisa. Inicialmente, deve ocorrer a observação para delinear o enfoque da investigação, ao encontrar uma questão a ser estudada, ocorre a definição do problema e objetivos do trabalho, para que seja possível realizar o passo seguinte referente a pesquisa exploratória. Isso posto, os próximos passos são a caracterização da pesquisa, coleta de dados, análise do material empírico da pesquisa, e, na sequência, apresenta-se o produto do resultado do estudo.

FIGURA 3 – Etapas das atividades da pesquisa



Fonte: Adaptado de Yin (2016).

A pesquisa seguiu **abordagem qualitativa**, pois buscou compreender o aspecto corpóreo do mundo, a partir de uma interpretação social da realidade. Ao realizar a pesquisa sobre um fato novo, o qual a teoria não sustenta profundamente sua especificidade, utilizar-se da pesquisa qualitativa é um amparo para o investigador (CRESWELL, 2014). Os instrumentos utilizados para materialização das evidências abarcam documentos, fotografias, entrevistas, gravações, entre outros (DENZIN; LINCOLN, 2005). A definição desses materiais consiste em demonstrar o impacto que a pesquisa qualitativa pode gerar, por estar baseada em um sentido de construção, que viabiliza acompanhar a natureza de processos de mudança.

Em uma pesquisa qualitativa, os estudos são conduzidos no ambiente natural de modo a se evitar comportamentos programados, ambientes controlados ou mesmo atitudes irreais, pois isso pode fazer com que o pesquisador obtenha informações que diferem da realidade (CRESWELL, 2014). Nesse sentido, a depender do local, e com quem a pesquisa será realizada, podem ser utilizados (ou não) para a coleta, mecanismos padronizados, já que podem interferir na coerência dos dados.

O caráter descritivo em uma pesquisa pode ser definido como a apresentação de aspectos detalhados de uma determinada realidade, enquanto o exploratório consiste em compreender visões e construir hipóteses. Dessa forma, **esta pesquisa possui caráter descritivo e exploratório**, complementando as informações que cada tipo pode contribuir. Uma pesquisa qualitativa necessita de um objeto, um material ou dado a ser analisado e é nesse contexto que o **nível de análise** concebido para o estudo foi o de **campo**, em virtude de os atores institucionais a serem estudados atuarem em práticas relacionais abrangentes, e a **unidade de análise** compreendeu a **atuação dos atores institucionais**, na condição de agentes sociais, em relação ao desenvolvimento de artesãos-empreendedores em João Pessoa (PB).

Quanto à natureza dos dados, concebeu-se trabalhar com **dados de ordem primária e secundária**. A técnica para coletar dados foi decidida com a intenção de apreender material empírico a partir de diferentes tipos de fontes. Além da própria recomendação para esse método de pesquisa escolhido, isso também proporciona confiabilidade ao estudo. Sendo assim, foram realizados os seguintes procedimentos de coleta de dados: **entrevistas, observações, pesquisa documental e conversas informais**.

No campo das Ciências Sociais, o método, o material e a análise englobam o conjunto de mecanismos que confere confiabilidade à pesquisa qualitativa (MERRIAM, 2009). Na realização de um estudo estão caracterizados os seguintes elementos: (i) literatura, (ii) dados coletados, (iii) análise do pesquisador, e (iv) contribuição após a interpretação. Isso demonstra a profunda integração entre a bibliografia, pesquisa de campo e o pesquisador, de modo a se alcançar um resultado consistente. O Quadro 1 a seguir resume todo o desenho metodológico da pesquisa.

QUADRO 1 – Síntese do percurso metodológico

Problema		Como ocorre a atuação dos atores institucionais no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)?		
Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Tipos de Fonte	Técnicas de apreensão	Métodos de Análise
Compreender a atuação dos atores institucionais envolvidos no contexto de desenvolvimento de iniciativas de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB).	Identificar o contexto de criação e o histórico de desenvolvimento de iniciativas de economia criativa de artesanato em João Pessoa (PB)	Primárias e Secundárias	Entrevistas, Observações, Pesquisa Documental e Conversas Informais	Análise de conteúdo qualitativa
	Caracterizar as ações dos atores institucionais voltadas ao processo de desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)			
	Analisar a atuação dos atores institucionais envolvidos no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)			

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

3.2 Lócus e sujeitos da pesquisa

O lócus da pesquisa foi a cidade de João Pessoa, capital da Paraíba (PB), e terceira capital mais antiga do Brasil. A escolha justifica-se, pois, João Pessoa (PB) é uma cidade integrante da Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em inglês intitulada como *UNESCO Creative Cities*

Network (UCCN), no domínio criativo "artesanato e arte popular", e a única cidade brasileira nesse segmento.

Em 2017, João Pessoa (PB) foi reconhecida como cidade criativa pela UNESCO, após a participação em um processo seletivo que exigiu uma rigorosa documentação, detalhando sua política cultural, sua capacidade de comercialização de produtos, seu investimento nos artistas locais, seus planos e projetos de futuro, e a proposta do poder público em sua execução.

A rede possibilita a interação entre as mais de 200 cidades criativas ao redor do mundo de maneira técnica, estratégica e inovadora, proporcionando um fomento da economia local, por meio de exposições e eventos internacionais. A rede desenvolve ações nas sete áreas da economia criativa, segundo classificação da UNESCO: Artes Digitais, Artesanato e Arte Popular, Cinema, *Design*, Gastronomia, Literatura e Música. No Brasil, atualmente, 12 cidades distribuídas entre as 05 regiões do País estão integradas a *UCCN* nos variados segmentos, oportunizando o desenvolvimento local através das ações de: fomento para atividades do turismo e da economia criativa, incentivo a criação de novos empreendimentos e encorajamento a conexão entre pessoas e organizações.

Nesse sentido, surge o compromisso da cidade de João Pessoa (PB) em gerar oportunidades para o desenvolvimento do artesanato, buscando soluções que promovam transformação social e a conquista efetiva de direitos, a partir da atuação de diversos e distintos atores. O campo de atuação de cada ator na sociedade é o que culminou na escolha, compreendendo que o governo, a academia e o mercado, cada um em sua vertente, agem em prol do desenvolvimento sustentável.

Na pesquisa qualitativa o universo consiste no conjunto com o qual poderíamos obter as informações relevantes para a pesquisa; assim, é evidente que a população a ser considerada depende do assunto a ser tratado. Já a amostra consiste em uma parte do todo que é delimitada estrategicamente para ser manejada pelo pesquisador a partir de uma escolha intencional de critérios. A dificuldade táctica é que a amostragem represente o mais fielmente a visão do todo para refletir confiança e veracidade na pesquisa (YIN, 2016).

Os atores institucionais escolhidos visando coleta de dados são vinculados a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) da Paraíba, nas instâncias pertinentes a atividade econômica em questão. O critério considerado para seleção dos sujeitos da pesquisa, por serem profissionais especializados, foi a

representatividade do indivíduo frente a gestão das ações de economia criativa em João Pessoa (PB), além da relevância de seu papel no órgão.

Segundo Hancock e Gile (2011), ao selecionar um indivíduo para participar de sua pesquisa, o pesquisador deve escolher um que disponha de informações relevantes para o trabalho. Sendo assim, a escolha dos atores foi realizada conforme critérios mencionados; no entanto, durante o contato com os participantes foi surgindo indicações de outros sujeitos, dessa forma aponto que também foi empregada a técnica "bola de neve" (*snowball*).

Os sujeitos escolhidos para a realização das entrevistas foram três (03) representantes ligados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de João Pessoa (PB) – SEDEST, um (01) representante do SEBRAE Paraíba, um (01) representante da coordenação do Programa do Artesanato Paraibano (PAP) e três (03) representantes da UFPB, dentre Laboratório de Inovação Cultural (LABIN) e Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC). No total foram entrevistados oito (08) sujeitos no período entre os meses de janeiro e março de 2023. O Quadro 2 a seguir demonstra de forma sumarizada os sujeitos selecionados para as entrevistas, contendo o código de identificação utilizado, o órgão vinculado e o tempo de entrevista.

QUADRO 2 – Sujeitos da Pesquisa

Código	Órgão	Tempo de Entrevista
E1	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDEST	01:15:27
E2	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDEST	00:43:18
E3	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDEST	00:45:55
E4	Programa do Artesanato Paraibano – PAP	00:34:49
E5	SEBRAE PB	00:36:42
E6	UFPB – LABIMEC	00:19:16
E7	UFPB – LABIMEC	00:22:25
E8	UFPB – LABIN	00:23:46

Total de tempo das entrevistas	05:01:38
---------------------------------------	-----------------

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A saturação de dados em uma pesquisa qualitativa diz respeito à similaridade de informações coletadas das que já se têm, ao ponto de não se obter novos elementos (HANCOCK; GILE, 2011). O parâmetro de saturação pode variar a depender dos objetivos da pesquisa, há casos em que mesmo quando não são coletadas informações adicionais, é necessário continuar para obter diferentes detalhes sobre o fenômeno. Ao tratar sobre a pesquisa em questão, mesmo com o não esgotamento do tema, o conteúdo coletado nas entrevistas realizadas tem material relevante suficiente para realização da análise.

3.3 Apreensão do material empírico

A pesquisa qualitativa tem por característica a compreensão, interpretação e análise dos dados, preservando as subjetividades e intersubjetividades. A vantagem da utilização da pesquisa qualitativa neste trabalho se dá pela possibilidade de destaque do aspecto particular, sem ignorar as propriedades gerais relacionadas ao todo. Para reconhecer de forma aprofundada a possibilidade de efetivação da pesquisa, é essencial uma aproximação prévia ao campo.

Em vista disso, em março de 2022, a pesquisadora e autora da pesquisa participou do evento denominado "Festival de Verão Cidades Criativas 2022", no qual foi possível obter um contato inicial com alguns atores, os quais foram posteriormente entrevistados e também indicaram mais sujeitos relevantes para coletar informações. É importante mencionar que também ocorreram conversas informais com outros atores dos órgãos envolvidos que, embora não tenham relação direta com esta pesquisa, auxiliaram a entender o processo do desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB).

No decorrer do ano de 2022, a aproximação com o campo foi se estendendo e assim, através desse movimento, foi possível identificar as ações que estavam sendo desenvolvidas pelos atores, o que também ajudou a entender como essa atuação contribui para o desenvolvimento da região. A partir do constante contato com os atores envolvidos no contexto da pesquisa, a pesquisadora pôde coletar dados relevantes e obter uma visão mais clara das atividades realizadas. Essa aproximação foi fundamental para uma troca

de informações mais efetiva e uma maior interação entre a pesquisadora e os sujeitos relevantes, que permitiu compreender o impacto das ações no desenvolvimento da região e coletar as informações necessárias.

Além disso, foi realizada uma pesquisa nos *websites* oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP); Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Isso possibilitou a coleta de dados confiáveis e relevantes, a compreensão das ações desenvolvidas pelos atores e a análise de sua contribuição para o desenvolvimento da região. Também foi realizada uma busca nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*, para encontrar discussões, proposições, soluções e/ou reflexões sobre o tema estudado apresentadas nesses espaços interativos e pudessem enriquecer ainda mais a pesquisa.

A utilização de um tipo de triangulação é importante para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados obtidos, o tipo escolhido para esta pesquisa foi a triangulação de dados. Neste sentido, as técnicas utilizadas para a apreensão do material empírico foram: entrevistas, pesquisa documental, além dos registros de conversas informais. Essas técnicas foram selecionadas com base na capacidade de fornecer as informações necessárias, conforme a abordagem metodológica adotada na pesquisa e para alcançar os objetivos deste trabalho. É especialmente a variação de técnicas em pesquisas qualitativas, onde se busca compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelos participantes a determinados fenômenos, um diferencial (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em uma entrevista o pesquisador coleta informações por meio de perguntas dirigidas a indivíduos relevantes para o estudo. A utilização dessa técnica tem como propósito compreender significados que os participantes atribuem e coletar informações que não estão disponíveis (SEIDMAN, 2011). A partir de entrevistas é possível coletar material empírico de fonte primária, obtendo informações dos participantes de um modo acessível.

As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado permitindo flexibilidade aos entrevistados para uma compreensão em conjunto, sendo suscitado, como consequência das perguntas, discussões em conjunto. As entrevistas foram gravadas através de aplicativo de celular, com a permissão dos entrevistados, para realização de transcrição.

Os pesquisados foram informados sobre o conteúdo e o objetivo da pesquisa, além do propósito da realização da entrevista com o respondente.

A partir dos objetivos específicos e das categorias de análise foi construído o questionário para realização da entrevista (Apêndice A), com o objetivo de direcionar o alcance dos dados necessários à pesquisa de forma precisa. Como o instrumento de entrevista foi preparado antes do acesso ao campo, também foi um referencial para conhecer de forma mais aprofundada a realidade frente a expectativa encontrada na literatura sobre os temas abordados na pesquisa. O Quadro 3 sintetiza, de forma emoldurada, a relação entre os objetivos específicos e as perguntas do roteiro da entrevista.

QUADRO 3 – Objetivos específicos relacionados às perguntas do instrumento

Objetivos Específicos	Perguntas do Instrumento
Identificar o contexto de criação e o histórico de desenvolvimento de iniciativas de economia criativa de artesanato em João Pessoa (PB)	1, 2, 3
Caracterizar as ações dos atores institucionais voltadas ao processo de desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)	4, 5, 6, 7, 8, 9
Analisar a atuação dos atores institucionais envolvidos no desenvolvimento de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)	10, 11, 12, 13, 14

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Assim, para complementar o que foi coletado e, conseqüentemente, aumentar a confiabilidade da pesquisa, foi utilizada outra técnica de pesquisa, a pesquisa documental, para a qual foi coletado material empírico de fonte secundária. Tal técnica de pesquisa busca identificar informações presentes nos documentos a partir de problemas de pesquisa ou hipóteses de interesse. Através da pesquisa documental, é possível reunir documentos relevantes para um determinado tema ou área de estudo, analisar e sintetizar suas informações e contextualizá-las de acordo com os objetivos da pesquisa (CRESWELL, 2014).

Ressalta-se nessa parte que a pesquisa documental não se confunde com pesquisa bibliográfica. A diferenciação reside na natureza das fontes, pois a pesquisa bibliográfica se ocupa em reunir as contribuições científicas de diferentes autores sobre o tema, enquanto a pesquisa documental analisa apenas materiais que ainda não receberam

tratamento analítico (OLIVEIRA, 2007). Nesse tipo de proposta, pontos assistemáticos são analisados em virtude de um aspecto, possibilitando a identificação de padrões, tendências, contradições e lacunas nos documentos encontrados.

A pesquisa documental englobou como fontes: dados provenientes de Instituições de Pesquisa, cartilhas SEBRAE, relatórios publicados pela UNESCO, decretos, leis ordinárias e portarias, por meio das quais se analisou dispositivos voltados para artesanato e o empreendedorismo, não só sobre a ação para o desenvolvimento, mas também sobre instâncias ligadas a esses temas. Após análise do material, foram selecionadas quinze (15) legislações, dez (10) cartilhas e cinco (5) relatórios considerados relevantes para a pesquisa. O Quadro 4 apresenta detalhadamente as características dos instrumentos legais e normativos utilizados na pesquisa documental.

QUADRO 4 – Instrumentos legais e normativos

Classificação do Dispositivo	Descrição Legal	Objeto
Decreto	Decreto 1.508/1995	Dispõe sobre a subordinação do Programa do Artesanato Brasileiro, e dá outras providências.
Decreto	Decreto 24647/2003	Cria o Programa de Artesanato "PARAÍBA EM SUAS MÃOS" e dá outras providências.
Decreto	Decreto 24839/2004	Dispõe sobre a Criação da Curadoria do Artesanato e dá outras providências.
Decreto	Decreto 32186/2011	Define diretrizes do Programa "Artesanato da Paraíba" e dá outras providências.
Decreto	Decreto 41353/2021	Transforma a 'Casa do Artista Popular Janete Costa' em 'Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa' e adota outras providências.
Decreto	Decreto 43510/2023	Cria o "Centro de Referência do Artesanato Paraibano - CRAP" e dá outras providências.
Lei Ordinária	Lei 8713/2008	Denomina de Janete Costa a Casa do Artista Popular, instalada em João Pessoa, neste Estado.
Lei Ordinária	Lei 12290/2012	Dispõe sobre o Conselho Municipal do Artesanato e dá outras providências.
Lei Ordinária	Lei 10286/2014	Institui o Selo Paraíba de Qualidade Artesanal.
Lei Ordinária	Lei 13180/2015	Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências
Lei Ordinária	Lei 1963/2021	Institui o Programa de Artesanato Municipal - "NOSSO POVO, NOSSA ARTE" e dá outras

		providências.
Lei Ordinária	Lei 14175/2021	Transforma a Secretaria do Trabalho, Produção e Renda – Secretaria do Trabalho em Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Dispõe sobre sua estrutura, seus cargos em comissão e dá outras providências.
Lei Ordinária	Lei 14223/2021	Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios - EU POSSO CRESCER e estabelece outras providências, revogando a Lei nº10.431/2005 e suas alterações posteriores.
Lei Ordinária	Lei 14520/2022	Alteração referente ao Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios - EU POSSO CRESCER.
Portaria	Portaria 1007/2018-SEI	Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Quadro 5 estão catalogadas as Cartilhas SEBRAE sobre artesanato que compõem o material de apoio para auxiliar os artesãos-empresendedores na evolução do seu negócio. Com a consulta a esses materiais foi possível compreender o contexto de criação dos produtos artesanais e como os artesãos-empresendedores são instruídos para a profissionalização do empreendimento.

QUADRO 5 – Cartilhas SEBRAE

Título do Relatório	Ano de Publicação	Nº Páginas
Boas Práticas para embalagem de artesanato	2012	90
Cartilha da artesã e do artesão paraibano	2014	30
Cartilha SEBRAE do artesanato competitivo brasileiro	2016	56
Como criar uma coleção de artesanato?	2016	16
Autodiagnóstico empresarial – Artesanato	2017	30
Dicas para negócios de artesanato	2017	10
Como aproveitar resíduos para criação de peças originais?	2018	16
Empreendedor Individual – Artesanato	2019	10
O microempreendedor individual e a economia criativa	2019	20

Loja de material para artesanato	2022	44
Total de páginas		322

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No Quadro 6 são descritas informações sobre os Relatórios UNESCO que retratam os panoramas da economia criativa e seus serviços no Brasil e no mundo. A utilização de relatórios emitidos por anos anteriores e posteriores a 2017, ano em que João Pessoa (PB) recebeu o título de cidade criativa, possibilita uma análise comparativa dos indicadores e dados, oferecendo uma visão mais completa do desenvolvimento do setor criativo.

QUADRO 6 – Relatórios UNESCO

Título do Relatório	Ano de Publicação	Nº Páginas
<i>Creative Economy Report</i>	2008	357
Relatório de economia criativa: economia criativa uma opção de desenvolvimento.	2010	423
<i>Creative Economy Outlook and Country Profiles: Trends in international trade in creative industries</i>	2015	169
<i>Creative Economy Outlook and Country Profiles: Trends in international trade in creative industries</i>	2018	445
Repensar as políticas culturais: criatividade para o desenvolvimento	2018	249
Total de páginas		1.643

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para ilustrar um retrato detalhado sobre o campo criativo no Brasil, utilizou-se o Mapeamento das Indústrias Criativas no Brasil, **publicado em 2022** para extração de dados quantitativos para auxiliar a análise. O Mapeamento é um estudo publicado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) e, em sua edição mais recente (à luz da data de realização da presente pesquisa), contém **104 páginas** e apresenta para a sociedade um **extrato de 2017 a 2020** sobre a Indústria Criativa, a partir de dados do Ministério do Trabalho e Previdência. Esse mapeamento se mostra significativo na pesquisa porque apresenta detalhadamente as características da Indústria Criativa ao

longo do tempo, isso permite uma visualização clara e organizada das informações. Dessa maneira, é possível identificar tendências, mudanças e evoluções no setor da economia criativa, tanto em âmbito estadual quanto nacional, o que é fundamental para o planejamento estratégico de ações e políticas públicas.

A coleta de dados foi realizada com parâmetros que viabilizaram atingir o objetivo geral da pesquisa que urge sobre compreender a atuação dos atores institucionais envolvidos no contexto de desenvolvimento de iniciativas de artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB). O percurso das tratativas perpassou questões controladas, normatizadas e ordenadas dos instrumentos e o enfoque subjetivo, como a conduta, o enfoque e a tendência do respondente.

3.4 Análise do material empírico

Para a operacionalização desta pesquisa foram coletados dados empíricos de natureza primária, através de entrevistas e de natureza secundária, por meio de pesquisa documental. Além disso, também foram analisados dados socioeconômicos de entidades que contribuem com o desenvolvimento social através de seus índices que, em consonância com este trabalho, contém informações pertinentes para o suporte da análise.

O método utilizado para a investigação do material apreendido foi o de análise qualitativa de conteúdo. Conforme afirma Bardin (2011), a análise de conteúdo tem a finalidade de indicar elementos que não estão claros e prover significados, ressaltando-se que as etapas a serem realizadas serão apresentadas de acordo com as categorias de análise escolhidas para o estudo.

A categorização consiste em selecionar classes temáticas com base nos objetivos de pesquisa e no quadro teórico de referência, tendo como objetivo agrupar as unidades de análise de maneira que permita encontrar relações nos materiais. As categorias de análise foram definidas a priori com base nas teorias que compõem o arcabouço da pesquisa. Já a codificação é a criação de código para classificação dos grupos de análise de forma sistemática e interativa com a teoria da pesquisa (MERRIAM, 2009).

A análise de conteúdo é composta por três fases: averiguação do material empírico, a seleção das unidades de análise e o processo de categorização e codificação (BARDIN, 2011). O primeiro estágio é a familiarização do pesquisador com as evidências coletadas, o que inclui a leitura e releitura dos textos, a reprodução de vídeos ou gravações, e/ou qualquer outra forma de acesso ao conteúdo. A segunda etapa é a

classificação do material recolhido para facilitar o acesso direcionado, por se tratar de um grande volume de conteúdo para manejar. Por último, ocorre a proposição de categorias e códigos, com base em teorias existentes, em padrões identificados na pré-exploração do material ou em outras referências.

A execução do método consistiu em: a) Na fase inicial da análise de conteúdo ocorreu a identificação de tendências ou indicadores que possibilitaram uma maior compreensão do contexto e que serão pontuados na consideração; b) No segundo momento, foram selecionados trechos específicos identificados como relevantes, e a utilização desses recortes para embasar as respostas às indagações apresentadas na pesquisa e também fruto da teoria; c) Por fim, realizou-se os processos de categorização e codificação, classificando as unidades de análise por temas em consonância com a fundamentação teórica e os objetivos da pesquisa. O Quadro 7, a seguir, apresenta a articulação entre as categorias, os códigos e a dimensão teórica da pesquisa.

QUADRO 7 – Categorias de análise, Dimensões Teóricas e Códigos

Categorias de Análise	Dimensões Teóricas	Códigos
Contexto de criação	Campo Organizacional Pilares Institucionais Ambiente Institucional	Regulamentação Políticas Governamentais Paradigma Social
Histórico de iniciativas	Legitimidade Organizacional Processos de Institucionalização Cerimonialismo	Práticas Articulação Crescimento Econômico
Papel dos atores	Economia Criativa Empreendedorismo Cultural Artesanato	Criatividade Cultura Simbolismo
Atuação dos atores	Práticas Institucionais Trabalho Institucional Empreendedorismo Institucional	Mudança Construção de Identidades Inovação Inserção social

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com base no modelo proposto, a partir dessa classificação, procedeu-se à interpretação e análise dos dados encontrados, a aplicação das categorias e códigos criados exerce o papel de direcionar a reflexão dos materiais com o quadro teórico. Para articular a interação entre o material empírico é preciso compreender o material pesquisado, e assim buscar percorrer o caminho apresentado sobre o método de análise.

3.5 Questões Éticas e Limitações da pesquisa

A condução ética de qualidade em uma pesquisa está relacionada aos aspectos que denotam confiabilidade (MERRIAM, 2009). O rigor metodológico é um dos critérios de destaque para validação da pesquisa, sendo a congruência entre as etapas do estudo uma referência nesse processo. Para garantir a consistência da pesquisa, é importante que haja um planejamento adequado, incluindo a definição clara dos objetivos, seleção dos métodos e instrumentos de coleta de dados apropriados e utilização de técnicas de análise que sejam capazes de auxiliar nesse processo (STAKE, 2011).

Há dois elementos importantes para a ética na pesquisa qualitativa, que são o anonimato e a concordância (OLIVEIRA, 2007). De modo a manter a privacidade, os nomes dos participantes serão codificados, tanto na apresentação dos dados quanto em transcrições, assim resguardando a identidade dos entrevistados. Já em relação à concordância, os participantes que aceitaram conceder a entrevista expressaram seu consentimento por escrito.

Os participantes que se disponibilizaram a serem entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) fornecido pela pesquisadora, que contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa. A relação de confiança entre pesquisador e entrevistado deve ser criada para que a pesquisa ocorra de forma natural e satisfatória, além de que seja possível, por meio de conversas informais, obter mais detalhes sobre a situação em questão (CRESWELL, 2014).

Segundo Gibbs (2009), a pesquisa possui dois lados: o de benefício e o de custo, cabendo ao pesquisador, na realização do estudo, buscar reduzir o custo e ampliar o benefício. O alinhamento das diferentes fases da pesquisa, complementares entre si, é importante, pois contribui para dirimir inconsistências nos dados coletados, na análise das informações e/ou nas conclusões inferidas. Foi fundamental para a elucidação das dificuldades, revisar cada etapa do estudo para verificar se todas são consistentes para a pesquisa em sua totalidade.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Contexto histórico da economia criativa em João Pessoa (PB)

João Pessoa é a capital do Estado da Paraíba que, segundo o IBGE, conta com aproximadamente 850 mil habitantes, e com extensão territorial de 210,044 km². Uma cidade marcada por várias referências durante o passar dos anos como "uma das cidades mais verdes do Brasil", "um dos extremos pontos orientais das américas" e "cidade onde o sol nasce primeiro", são algumas das afirmações que refletem de forma significativa a identidade da cidade. Dessa forma, através da criação dessas narrativas, são estimulados o turismo e o consumo da cultura da cidade atraindo turistas para conhecê-la melhor.

João Pessoa (PB) é a terceira cidade mais antiga do Brasil, com sua fundação no ano de 1585. Por ser uma cidade litorânea o que facilitava a entrada, teve influência de vários povos, como índios, portugueses, holandeses, árabes, entre outros, o que resultou em uma cultura tão rica e diversa. Com isso é despertado o interesse para visitação e envolvimento no imaginário dessa representatividade, no entanto além da tradição histórica e das belezas naturais existentes, a atividade criativa também faz parte de seu capital intelectual, possuindo características que expressam a beleza da cultura popular da cidade.

O contexto histórico do surgimento das primeiras iniciativas da economia criativa em João Pessoa (PB) remonta os tempos de sua criação; porém, foi a partir dos anos 2000 que o setor cultural e criativo começou a ganhar reconhecimento e atenção por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral. Nesse período, iniciativas culturais e artísticas começaram a se destacar na cidade, gerando interesse em explorar o potencial econômico desse segmento. A produção artesanal se tornou tão relevante que passa a ser propulsora de melhoria de renda e qualidade de vida para os artesões da cidade.

O turismo tem desempenhado um papel significativo no estímulo ao artesanato pessoense, com a demanda crescente por produtos autênticos e com identidade cultural, atraindo turistas e impulsionando o desenvolvimento de empreendimentos criativos. A inclusão do artesanato na economia criativa também tem permitido a criação de novas oportunidades de negócios, agregando valor e inovação aos produtos tradicionais. A cidade se destaca como um centro comercial e cultural do artesanato regional, promovendo a valorização dos artesões e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

A diversidade geográfica e étnica da Paraíba, utilizando matérias-primas e técnicas variadas, é uma característica importante do artesanato local e que se mostra intrinsecamente ligada às iniciativas de economia criativa. Essa pluralidade de saberes é o que contribui para a preservação da cultura e identidade paraibana, já que cada região possui características naturais variadas e oferecem materiais diferentes (SEBRAE, 2016). No litoral paraibano, pela abundância de coqueiros, é possível encontrar artesanato feito com palha de coqueiro aplicado a produtos como cestas e bolsas. Já na região do Agreste paraibano, o artesanato é influenciado principalmente pela cultura indígena e pelas atividades agrícolas da região, predominando peças feitas em barro, como panelas, filtros e potes. No sertão paraibano, onde as condições geográficas são mais áridas, o artesanato é marcado pela utilização de materiais como madeira e pedra; além disso, a produção de peças em couro, como bolsas e sandálias, também é bastante comum nesta região. O incentivo à comercialização e divulgação desses produtos ocorre por meio da realização de encontros, feiras e exposições culturais, em parceria com entidades locais e a participação em eventos nacionais e internacionais. Ao promover o acesso a esses espaços, oportuniza-se a visibilidade dos produtos, a criação de *networking* e o acompanhamento das tendências do mercado.

A primeira legislação promulgada sobre o artesanato foi o Decreto Estadual nº 24647/2003 que criou o Programa do Artesanato Paraibano (PAP) intitulado "PARAÍBA EM SUAS MÃOS". O entrevistado E1 nos esclarece o panorama à época da publicação: "Na gestão de Cassio Cunha Lima começou o PAP com a Silvia Cunha Lima, primeira-dama, que era uma grande entusiasta do artesanato intermediou esse início do despertar do Governo para o artesanato.". É importante ressaltar a posição de destaque da primeira-dama no âmbito do artesanato, inclusive no artigo 3º do decreto está indicado que ela seria a coordenadora do Programa "PARAÍBA EM SUAS MÃOS".

O instrumento normativo foi assinado em dezembro de 2003 e, em junho do ano seguinte, 2004, ocorreu a primeira edição do Salão do Artesanato Paraibano em Campina Grande (PB), o evento tinha como objetivo estabelecer uma forte ligação entre artesãos, comunidades e identidade cultural local proporcionando troca de experiências entre os artesãos e estimulando o turismo cultural na região. O surgimento de feiras de artesanato e eventos culturais, como o Salão do Artesanato Paraibano, se tornou um marco importante nessa trajetória (DA SILVA, 2012). Assim, o Salão passou a ser a principal feira regional dedicada ao artesanato no estado da Paraíba e atualmente é realizado duas vezes por ano, em meados de dezembro/janeiro/fevereiro em João Pessoa (PB) visando

aproveitar o movimento turístico das férias de verão e do feriado de carnaval, e no período entre junho e julho em Campina Grande (PB), período em que cresce o movimento na cidade por conta da festa de São João.

FIGURA 4 – Exposição no Salão de Artesanato Paraibano



Fonte: Imagem disponível em <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/>

Ao tratar especificamente sobre o que deu início ao processo de João Pessoa (PB) como cidade criativa, a entrevista E5 corrobora com o que o entrevistado E1 também nos relata sobre o episódio que gerou o despertar:

Com uma palestra organizada pelo SEBRAE sobre Economia Criativa, {...}, presente na palestra o secretário executivo de turismo de João Pessoa, Graco Parente, que se interessou pelo tema e nos levou para conversar com a Secretaria de Planejamento da Prefeitura, Daniela Bandeira, e a Primeira dama do Município, Maria *(entrevistada disse o nome incorreto)* Cartaxo.

Essas circunstâncias e episódios relatados contribuem para o desenvolvimento contínuo da economia criativa em João Pessoa (PB), proporcionando oportunidades de crescimento econômico e valorização cultural para os artesãos-empREENhedores. A partir da ideia de que a realidade é socialmente construída, as políticas criadas pelos atores institucionais configuram as visões e saberes dos indivíduos, dando forma às suas percepções e entendimentos do mundo ao seu redor (BERGER; LUCKMANN, 2003), o que demonstra a relevância do papel dos agentes, pois podem direcionar as práticas dos artesãos.

Para auxiliar de forma quantitativa os atores institucionais, criou-se a categoria do PIB Criativo que se refere ao Produto Interno Bruto gerado pela indústria criativa de um local, representando a contribuição do setor para a economia, incluindo a criação de empregos, a geração de renda e a atração de investimentos. Ter um PIB Criativo sólido traz benefícios para a sociedade como um todo, como a preservação da cultura e da identidade de um país, a melhoria da qualidade de vida, o aumento do turismo e a diversificação da economia (FIRJAN, 2022).

De acordo com Florida (2011), a classe criativa desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico, uma vez que é responsável por impulsionar o crescimento por meio de suas ideias e inovações, ao aplicar a criatividade em seus negócios. As entrevistadas E3 e E4 foram questionadas sobre o incentivo aos artesãos-empREENhedores e responderam sobre a importância desse estímulo. Segue um trecho da fala da entrevistada E3:

O artesanato em João Pessoa vai muito além de uma atividade cultural tradicional, ele representa uma transformação social, gera oportunidades de trabalho e empodera famílias inteiras. Muitos desses artesãos são pessoas que antes estavam desempregadas ou em situação de vulnerabilidade social. Eles encontraram uma forma de ganhar dinheiro e se sustentar através do trabalho manual [...]. (E3).

Em complementaridade ao que comenta a entrevistada E3, a entrevistada E4 continua na mesma linha de pensamento: "[...] A economia também está presente no artesanato, promovendo a geração de empregos, garantindo renda e impactando positivamente a vida das pessoas."

Para demonstrar o papel do setor criativo na geração de riqueza e desenvolvimento econômico nos últimos anos, foi utilizado o Mapeamento das Indústrias Criativas no Brasil da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN). Esse documento é divulgado desde 2008, e demonstra análises que dão suporte para otimizar o planejamento das ações, a perspectiva de investimento contínuo e avaliar o desenvolvimento da economia criativa no país.

A 7ª e mais recente edição do mapeamento foi publicada em 2022, com informações que compreendem os anos de 2017 a 2020, e apresenta a evolução do campo nesse período por meio de indicadores de ações voltadas ao trabalho criativo (FIRJAN, 2022). Ao decorrer do documento são apresentados recortes detalhados de cenários sobre

a dinâmica específica da Indústria Criativa, demonstrando a configuração por segmento e por região, com diferentes perspectivas e a relação de encadeamento de dados.

O Mapeamento das Indústrias Criativas no Brasil abrange duas vertentes principais: a Ótica da Produção e a Ótica do Mercado de Trabalho. A riqueza gerada diretamente pelos estabelecimentos voltados para a Indústria Criativa é demonstrada através da Ótica da Produção. Por outro lado, os profissionais criativos que atuam não só na Indústria Criativa, mas em qualquer atividade econômica são avaliados pela Ótica do Mercado de Trabalho, que leva em consideração também a remuneração.

No ano de 2020, a riqueza gerada por setores criativos, que englobam trabalhadores vinculados a estabelecimentos criativos e demais profissionais envolvidos, alcançou o total de R\$ 217,4 bilhões. No período apreendido pelo Mapeamento de Indústria Criativa entre 2017 a 2020, a participação do PIB criativo no PIB total brasileiro obteve crescimento, aumentando de 2,61% para 2,91%, atingindo uma participação considerável como uma das fontes de geração de renda da população, conforme indicado a seguir na Tabela 1.

TABELA 1 – Participação do PIB criativo no PIB total brasileiro

Ano	2017	2018	2019	2020
Participação do PIB Criativo (%)	2,61	2,69	2,83	2,91
Riqueza Gerada (em bilhões de reais)				217,4

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Os dados apresentados sobre a riqueza gerada pelos setores criativos no Brasil entre 2017 e 2020, e a participação do PIB criativo no PIB total brasileiro, evidenciam a crescente importância desse segmento como fonte de geração de renda para a população. Ao verificar o recorte regional, das 12 (doze) cidades brasileiras que compõem a Rede de Cidades Criativas da UNESCO, 6 (seis) fazem parte das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Isso se reflete no que é apresentado no Mapeamento, o qual demonstra que no total de vínculos criativos, essas duas regiões têm na área de Cultura uma maior parcela. A participação do PIB Criativo no PIB total do estado da Paraíba é de 1,1%, tendo se mantido o mesmo de 2017 a 2020.

Ainda sobre o estado da Paraíba, dentre o número total de estabelecimentos criativos, os que estão relacionados à cultura perfazem 13,6%. A remuneração média dos profissionais criativos aumentou 5,3% no período representado no Mapeamento (2017 a 2020). A evolução da média salarial dos trabalhadores criativos demonstra a valorização dessa classe profissional no mercado econômico geral; no entanto, é possível perceber que no período pesquisado esse panorama não foi registrado em boa parte dos estados brasileiros.

A identificação de tendências e padrões também oferece *insights* valiosos para os empreendedores da indústria criativa, algo importante para interação entre os interessados em compreender e impulsionar o potencial da economia criativa no Brasil. Assim, com a constatação do aumento de estabelecimentos criativos relacionados à cultura na Paraíba, os atores focaram em tomar medidas de apoio e fomento específicas para esse setor, estimulando o desenvolvimento econômico e a criação de novas oportunidades de emprego e renda para os artesãos-empREENDEDORES.

O Poder Público se beneficia desses dados para desenvolver políticas e incentivos que fortaleçam ainda mais a indústria criativa na região. Com o aumento da remuneração média dos artistas criativos no período de 2017 a 2020, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) representa outro ator que contribuiu para a profissionalização da classe criativa ao capacitar os artesãos-empREENDEDORES a desenvolverem abordagens para aperfeiçoar estratégias de seus negócios mediante melhores práticas de gestão, e conseguir avaliar de forma acertada e consciente a situação atual, realizando (i) oficinas sobre direitos autorais de modo a auxiliá-los a compreender quais são e que tipo de obra pode buscar esse registro, e (ii) consultorias para suporte a formalização, viabilizando-os conhecer direitos e deveres do ofício, e refletir sobre seus riscos e benefícios. Assim, essas ações auxiliam os artesãos-empREENDEDORES a identificarem e planejarem os passos sobre: precificação dos produtos, marketing, vendas, finanças, gestão de estoque, comunicação, atendimento ao cliente, entre outros.

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio de suas pesquisas e projetos inovadores, oferece conhecimento teórico, dando condições para o crescimento e modernização dos artesãos-empREENDEDORES da região. Através dos laboratórios, com o Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC) ao aplicar técnicas de Inteligência Artificial na análise de dados econômicos, e com o Laboratório de Inovação Cultural (LABIN) ao oferecer estrutura para criação dos produtos e um espaço de compartilhamento de ideias; permite um ambiente para

discussão sobre uma melhor compreensão das tendências do mercado, preferências do consumidor e identificação de oportunidades de negócio.

Ao acessar e analisar os instrumentos legais e normativos, as cartilhas SEBRAE, os relatórios UNESCO e o Mapeamento FIRJAN, foi possível obter uma compreensão detalhada de como a economia criativa vem se institucionalizando ao longo do tempo, e como ela tem contribuído para o desenvolvimento da cidade de João Pessoa (PB). A partir dessas informações, os atores institucionais alinham suas estratégias para favorecer o desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES e cooperar para a consolidação de uma economia criativa mais próspera e dinâmica na cidade.

Um dos principais colaboradores nesse cenário foi o poder público municipal, que passou a investir em políticas e programas para apoiar os artesãos-empREENDEDORES locais. O setor também se beneficiou da parceria entre a Universidade Federal da Paraíba e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que proporcionaram capacitações e consultorias para os empREENDEDORES criativos, fortalecendo a cadeia produtiva local (DE OLIVEIRA FRAGA; EMMENDOERFER; DA COSTA MENDES, 2015).

4.2 Caracterização das ações dos atores institucionais

Ao investigar o contexto de criação e o histórico de desenvolvimento de iniciativas de economia criativa de artesanato em João Pessoa (PB), foi possível identificar os atores institucionais que atuam nesse processo. O conhecimento e as ações coordenadas da Gestão Pública, do SEBRAE e da Universidade Federal da Paraíba demonstram a importância da sinergia entre a academia, sociedade civil e o governo no âmbito da economia criativa abordada neste estudo. Esse grupo desempenha um papel de destaque no campo como agente social, pois impulsiona, fomenta e respalda as dinâmicas organizacionais e institucionais que compreendem a expressão dos diferentes artesãos e suas identidades.

Com essa articulação, as instâncias pertinentes a cada órgão relacionadas à economia criativa fortalecem o caminho para novas oportunidades, e estimulam a inclusão do tema nos ambientes de decisão, a partir da influência que eles exercem pela atividade econômica correspondente. O compromisso da participação dos atores institucionais para atingirem um propósito comum ressalta a compatibilidade dos objetivos de cada tipo de ator, mesmo com atividades diferentes, mas que se adequam na

busca de uma sociedade que avance nos termos da economia criativa que se almeja desenvolver. A entrevistada E3 evidencia quanto esse aspecto integrativo é importante para a UNESCO:

Isso é um compromisso que a UNESCO exige, para montar um dossiê tem que haver a participação do poder público, da iniciativa privada e da academia. Nesse sentido, pensamos logo que o SEBRAE e a UFPB teriam que ser parceiros de primeira hora, como o foram. (E3).

A entrevistada E4 corrobora e acrescenta:

Sem falar no que a UNESCO pede, se a cidade pretende participar de uma rede, precisa mostrar que sabe trabalhar em cooperação, né? Então, é fundamental detalhar como as ações internas em conjunto acontecem e a continuidade disso. (E4).

Dessa maneira, foram delineados grupos de atores institucionais, a partir de sua atividade e do modo com que influenciam o campo, resultando em: (i) Gestão Pública; (ii) Entidade de Apoio Profissional; e, (iii) Comunidade Científica. A Gestão Pública com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), a Entidade de Apoio Profissional com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) da Paraíba, e a Comunidade Científica com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vide apresentado visualmente na Figura 5:

FIGURA 5 – Apresentação visual dos atores institucionais



Fonte: Figura cedida pelo entrevistado E1 (2023).³

³ O Entrevistado E1 informou que a criação da figura foi baseada no que a UNESCO cita no modelo de proposta como os possíveis atores envolvidos. No caso de João Pessoa (PB), não há representação de sociedade e especialistas atuantes no processo. O formulário modelo para submissão de propostas pode ser consultado em: <https://en.unesco.org/creative-cities/content/2023-call-applications>.

A Prefeitura participa com o aprimoramento de ações inovadoras em consonância com os propósitos institucionais de desenvolvimento, favorecendo a materialização das características da cultura local, resultando em oportunidades econômicas para o artesão-empREENDEDOR. A necessidade de construir uma interação entre a administração da organização e seus envolvidos para legitimar a ação municipal de trabalho relacional e também para promover engajamento para o mesmo objetivo é muito importante (HAMPEL; LAWRENCE; TRACEY, 2017). Sobre a inserção do SEBRAE-PB, a entrevistada E5 nos informa:

A proposta de parceria com o SEBRAE foi pensada pelo contato mais direto que nós temos com os pequenos empreendedores, então nosso papel é oferecer formações, informar sobre oportunidades e desenvolver projetos que possam ajudar a descobrir e incentivar novos talentos da arte popular paraibana. (E5)

A disseminação de conhecimento reaviva o talento do artesão em potencial, estimula o cumprimento das regulações e desperta o surgimento de novos empreendedores. Em relação ao papel da Universidade Federal da Paraíba, o entrevistado E1 nos indica:

Tivemos reuniões com a reitora, era quem estava na época da submissão, pró-reitores, coordenadores, eles toparam e o projeto começou. A ideia inicial era que a UFPB atuasse com pesquisas, na implementação do Laboratório de Inovação Cultural (LABIN) e na realização de eventos. (E1)

Em conjunto, o Poder Público, o SEBRAE e a Universidade Federal da Paraíba potencializam o crescimento sustentável da indústria criativa em João Pessoa (PB), promovendo a inovação, a valorização dos profissionais criativos e o fortalecimento do turismo cultural na região. O conhecimento de cada ator institucional envolvido é fundamental para construir meios e instrumentos que visam tanto a consolidação da atividade produtiva quanto a melhoria da qualidade de vida dos artesãos-empREENDEDORES e, conseqüentemente, contribuir para a redução da pobreza em João Pessoa (PB), resultando em maior inclusão social.

4.2.1 Gestão Pública

Ao tratar da cidade de João Pessoa (PB), a Gestão Pública é representada pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), instância máxima do executivo da cidade

que realiza a gestão dos serviços aos cidadãos. Dessa forma, é ela a responsável pela criação, desenvolvimento e implantação de políticas públicas voltadas ao fomento da economia criativa. Diante desse cenário, a Prefeitura de João Pessoa (PMJP) desempenha um papel fundamental no apoio aos artesãos-empresendedores formulando políticas públicas para o artesanato, pois tem competência para criar legislações, regulamentar o espaço público e apoiar a realização de eventos turísticos e culturais. As ações da Gestão Pública têm um impacto direto no atendimento às especificidades e necessidades dos artesãos-empresendedores, e direciona a prioridade que vai ser conferida ao setor. O entrevistado E1 nos relata como iniciou esse processo para João Pessoa (PB) se tornar uma cidade criativa:

Uma palestra que demos aqui em João Pessoa a convite do SEBRAE em maio de 2017 percebemos que seria um momento propício para retomar o que foi ventilado com Cássio Cunha Lima, mas que não foi adiante à época. Foi marcada uma reunião com a primeira dama, Máisa Cartaxo, com a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Turismo para discutir o interesse da Prefeitura, em função disso o SEBRAE nos contratou para criar o dossiê. (E1)

Ao tratar sobre João Pessoa (PB) como cidade criativa, a Prefeitura é responsável pelo preenchimento da proposta, a preparação da candidatura e pela concepção do plano de ação quadrienal. Assim sendo, ela é base de todo o processo de integração da cidade à rede de cidades criativas, se destacando por isso como um dos principais atores.

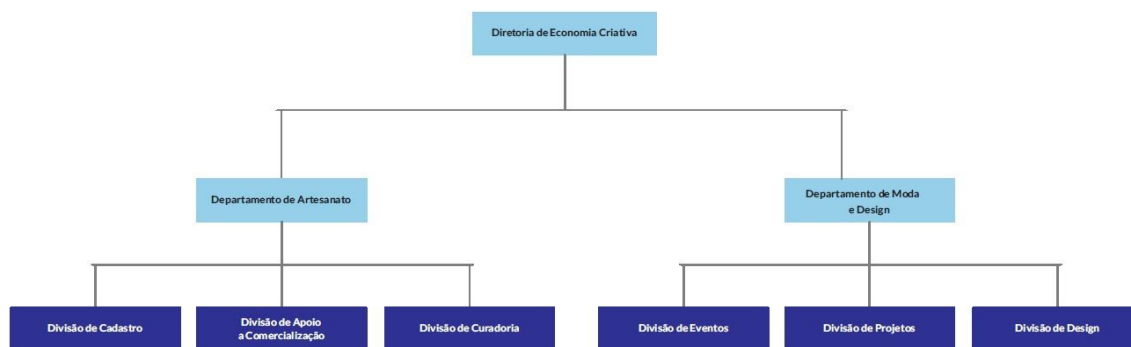
Inicialmente, a economia criativa gravitava enquanto responsabilidade da Secretaria de Turismo (SETUR), da Secretaria do Trabalho, Produção e Renda (SETRAB), e da Secretaria de Planejamento (SEPLAG). Posteriormente, com a promulgação da Lei Ordinária nº 14.175 de 06 de julho de 2021, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST) passou a compor o organograma da Prefeitura. A SEDEST tem por finalidade planejar e executar políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de fomento à produção agrícola, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico de João Pessoa (PB). De acordo com o entrevistado E1, a criação da SEDEST demonstra como a gestão pública está em consonância com os projetos da ONU e UNESCO:

Com a criação Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho e também da Diretoria de Economia Criativa nela inserida formaliza-se a preocupação do poder público em agir em consonância com os objetivos da UNESCO e da ONU, pois assim teríamos um setor específico só para tratar disso. (E1)

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST) presta serviços relacionados à qualificação aos micros e pequenos empresários, desburocratização de serviços para empresas, inserção e incentivo à economia criativa, dentre outros. A partir dessa reestruturação, há uma maior valorização da classe criativa, com uma estrutura específica composta por uma diretoria de economia criativa e um departamento de artesanato. Os trabalhos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST) são balizados por seis programas estratégicos, sendo eles: "EU POSSO", "EU POSSO TRABALHAR", "EU POSSO APRENDER", "EU POSSO SEMEAR", "EU POSSO CRESCER" e "EU POSSO CRIAR".⁴

O programa EU POSSO CRIAR lida diretamente com o desenvolvimento da Economia Criativa de João Pessoa (PB) através do Artesanato, da Moda e do *Design*, dando suporte a cultura através do fortalecimento da moda autoral, do consumo consciente, reconhecimento e oportunidade aos produtores locais. A Figura 6 apresenta o organograma do programa e detalha administrativamente onde está inserida a Economia Criativa no contexto de responsabilidade autoritativa do órgão PMJP.

FIGURA 6 – Organograma do Programa EU POSSO CRIAR



Fonte: Figura cedida pela entrevistada E3 (2023).

Muitas das ações realizadas pelos atores institucionais têm participação da prefeitura, seja pelo Governo Estadual, Governo Federal ou até das outras instâncias

⁴ Os seis programas estratégicos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST) envolvem políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de fomento à produção agrícola, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico de João Pessoa (PB). Nesta pesquisa será analisado e discutido apenas o "EU POSSO CRIAR", por estar relacionado diretamente a Economia Criativa.

como o SEBRAE e a UFPB. A Rede de Cidades Criativas, como o nome já pressupõe, trata sobre o âmbito da cidade, no caso dessa pesquisa a de João Pessoa (PB); no entanto, as decisões que envolvem artesanato e arte popular são tomadas de um modo mais amplo, por órgão Estadual ou Federal, e impactam diretamente em como a Prefeitura lida com isso.

O entrevistado E1 fala sobre como os equipamentos culturais existentes na cidade de João Pessoa (PB) foram importantes na avaliação para o reconhecimento como cidade criativa:

Durante 2 ou 3 meses fizemos visitas em todos os equipamentos culturais da cidade para avaliar o seu potencial e estruturar o dossiê. Ao constatarmos que a capital paraibana trabalha com maestria seus ativos culturais, decidimos seguir adiante, pois havia chance de recebermos o título.

Dentre os inúmeros equipamentos culturais que compõe a cidade atualmente, destacam-se: o Centro de Referência do Artesanato Paraibano (CRAP), o mais recente criado ainda no ano de 2023, e que também sedia o Programa do Artesanato Paraibano (PAP); o Museu do Artesanato Paraibano - Janete Costa, no qual é possível conhecer um acervo com produtos fabricados com fibras, cerâmica, madeira, rendas, entre outras obras; e, o Celeiro Espaço Criativo, que integra exposição e comercialização, além de oficinas, palestras, lançamentos, e outras atividades. Existem, ainda, o Mercado do Artesanato Paraibano (MAP), Casa do Artesão Paraibano e o Centro de Artesanato de Tambaú Júlio Rafael, todos também na capital João Pessoa (PB).⁵ Apesar dos diversos equipamentos culturais existentes que a cidade precisa ter, é necessário na proposta comprometer-se a entregar novos espaços para ampliar a perspectiva e fomentar o artesanato local.

Ao tratar sobre eventos, em João Pessoa (PB) são realizadas feiras, salões e outros eventos específicos de artesanato, onde os artesãos podem expor e vender seus produtos diretamente ao público consumidor. Os eventos ocorridos nos últimos anos foram: Feira Internacional de Economia Criativa, Seminário Internacional de Economia Criativa, e Salão de *Design* da Paraíba (DOS ANJOS; DE ARRUDA TORRES; DA MOTA SILVEIRA, 2021). Um dos maiores e mais tradicionais eventos ocorridos na cidade é o Salão do Artesanato Paraibano que, em 2023, alcançou sua 36ª edição, e que nasceu junto

⁵ Fonte: Dados disponíveis em <http://pap.pb.gov.br/>.

com o decreto nº 24647/2003, o primeiro decreto governamental que trata sobre artesanato na Paraíba.

O Salão de Artesanato da Paraíba é um espaço de exposição e comercialização de produtos artesanais onde os artesãos têm a oportunidade de mostrar seu trabalho e seus produtos para um público amplo. A feira proporciona uma experiência cultural aos visitantes como uma oportunidade de vivenciar e apreciar a pujança e a diversidade do artesanato paraibano, ao mesmo tempo em que apoia, inclusive financeiramente, a preservação e o reconhecimento da cultura popular e da habilidade dos artistas locais. Assim, por meio do Salão, a Paraíba reafirma sua identidade cultural e valoriza seu patrimônio artesanal.

Além de ser um local de negociação e venda de uma variedade de produtos, o Salão do Artesanato Paraibano busca promover a valorização do trabalho dos artesãos locais e a preservação da cultura e das tradições populares. A feira também oferece atividades culturais priorizando artistas paraibanos, como apresentações musicais, danças folclóricas e mostras de artes visuais. O evento também contribui para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades artesãs, uma vez que propicia a geração de renda e o fortalecimento das atividades artesanais locais.

Em relação às premiações, a Prefeitura visa identificar e promover artesãos para motivá-los a buscar cada vez mais um elevado grau de excelência em seus trabalhos. Alguns exemplos de concursos são: Prêmio Criativo e o Prêmio de Excelência Artesanal da Paraíba. Esse apoio da gestão pública denota aos artesãos a visibilidade de seu trabalho e a possibilidade de uma honraria extra além do reconhecimento do próprio prêmio. É o caso da Premiação de Excelência Artesanal da Paraíba, na qual, além da premiação, o artesão seria inserido em um catálogo virtual e também da garantia pelo Conselho Mundial de Artesanato para a América Latina (WCC/LA). Existem, ainda, premiações de órgãos nacionais e internacionais para as quais a Prefeitura busca incentivar a participação dos artesãos-empREENhedores de João Pessoa (PB), seja na divulgação ou em auxílio para participação. O Prêmio do Conselho Mundial de Artesania – Região América Latina é um exemplo disso, haja vista que em uma edição foram premiados quatro (04) produtos brasileiros, sendo três (03) deles paraibanos.

Para difundir, promover e conscientizar sobre a importância do artesanato e de seus talentos, foi promulgada a Lei Ordinária nº 10286/2014 que instituiu o Selo Paraíba de Qualidade Artesanal. Esse selo é concedido por um comitê especializado que identifica as características do produto, observa o atendimento às legislações existentes, e delibera

se os produtos estão em conformidade com as melhores práticas de transformação manual.

Essa certificação conferida a produtos paraibanos produzidos de forma artesanal, originários da Paraíba, visa atribuir um grau de excelência aos produtos dessa atividade econômica, pois se torna um identificador para elementos que assegurem as características dos produtos e transmitam essas vantagens para a sociedade. Para os compradores, pode ser considerado um sinal de qualidade, com a certeza de que a produção é fabricada manualmente, além de atribuir ao produto uma característica única e autêntica, por isso proporciona uma vantagem competitiva ao produtor, já que dá a possibilidade de legitimação a um produto avaliado.

Outra ação com o objetivo de contribuir para o reconhecimento do artesanato, de iniciativa do Governo Federal, foi a instituição da Carteira Nacional do Artesão, prevista pela Lei nº 13.180/2015 e pela Portaria Nacional – SEI/2018. A partir do Cadastramento Único do Artesanato Brasileiro, o trabalho de artesãos e/ou trabalhadores manuais, foi regulamentado e a profissão reconhecida. A Carteira Nacional do Artesão tem validade de seis (06) anos, é válida em todo o território nacional e garante vantagens, como o acesso a incentivos fiscais, a facilidade para o microcrédito, entre outras.

No pilar da cooperação e intercâmbio nacional e internacional, pode-se destacar a atuação dos artesãos-empresendedores paraibanos em eventos de artesanato realizados em outros estados, como Fenearte em Pernambuco, a Feira Nacional de Artesanato no Ceará (FENACCE) e o Salão do Artesanato - Raízes Brasileiras no Distrito Federal. Ressalta-se, também, a participação da gestão pública em reuniões, conselhos e encontros nacionais e internacionais, inclusive com a presença do próprio Prefeito em algumas dessas ocasiões, vide a Conferência Internacional das Cidades Criativas, a Jornada Mundial de *Design*, o Encontro da Rede Brasileira de Cidades Criativas (ECriativa) e o Encontro das Cidades Criativas do Nordeste.

Essas estratégias, quando combinadas, contribuem significativamente para aumentar a visibilidade e valorização dos artesãos-empresendedores pessoenses, favorecendo o seu acesso ao mercado e gerando desenvolvimento econômico e social para a região. Nesse sentido, a Gestão Pública exerce o papel de direcionar esses artesãos-empresendedores para o alcance das possibilidades proporcionadas por suas ações e atendimento às obrigações que lhes competem.

O poder da gestão pública como ator principal é ampliado pela influência das instituições, que moldam não apenas o comportamento dos indivíduos, mas também a

estrutura e dinâmica do próprio setor (SCOTT, 2014). Portanto, pode-se compreender que a gestão pública desempenha um papel central e indispensável no cenário do artesanato local, atuando como o principal articulador de esforços para viabilizar a expansão, a preservação e o fortalecimento do setor artesanal na cidade.

4.2.2 Entidade de Apoio Profissional

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem um papel fundamental no estímulo ao desenvolvimento da indústria criativa na cidade de João Pessoa (PB). Por meio de programas de capacitação, consultorias e incentivos ao empreendedorismo, o SEBRAE pode impactar positivamente os negócios criativos na região, fortalecendo-os e tornando-os mais competitivos no mercado. Ao viabilizar conhecimento e ferramentas para suas práticas de negócio, o SEBRAE capacita os empreendedores da indústria criativa a aprimorarem a lógica de mercado, além de fomentar a inovação e a colaboração entre os atores do setor.

Além de ministrar soluções educacionais para empreendedores, oferecendo programas de capacitações, treinamentos e consultorias personalizados para impulsionar os negócios criativos locais, o SEBRAE tem procurado adaptar conceitos e boas práticas internacionais à realidade brasileira e local. Embora a indústria criativa seja influenciada por tendências globais, é essencial que as estratégias de gestão sejam contextualizadas para as especificidades locais e regionais. Nesse sentido, o SEBRAE busca equilibrar a inovação e a padronização, a fim de oferecer soluções que atendam às necessidades locais e estimulem o desenvolvimento sustentável da indústria criativa na cidade. Diante do aumento da participação do PIB criativo no estado da Paraíba, o SEBRAE busca também desempenhar um papel significativo no processo de impulsionamento do empreendedorismo, fomentando a competitividade e o desenvolvimento sustentável das pequenas empresas, fortalecendo a economia e o progresso de João Pessoa (PB).

Ao longo da pesquisa pode-se perceber também que à medida que o Estado passou a assumir de forma efetiva a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais, percebeu-se que os custos desse processo de desenvolvimento poderiam superar os benefícios do controle. O processo de crescimento dos artesãos e do seu reconhecimento enquanto empreendedores, lança um novo olhar sobre o setor público através da governança, que enfoca a inovação e os resultados como uma maneira de alcançar eficácia e atender às necessidades da população.

"O apoio do SEBRAE visa contribuir com ações relacionadas ao financiamento de cursos, eventos e oficinas voltadas para a economia criativa", conforme apontado pela entrevistada E5. Isso evidencia que o SEBRAE desempenha um importante papel de parceria no desenvolvimento e promoção de projetos e atividades, fortalecendo a economia criativa de João Pessoa (PB).

A presença do elemento normativo referido por Scott (2014) pode ser identificada no incentivo do SEBRAE aos artesãos-empresendedores para atenderem às normas e regulamentos, além de se formalizarem, ao ser possível regularizar o seu empreendimento por meio do registro como Microempreendedor Individual (MEI). Compreende-se o MEI como o profissional autônomo que passa a ser oficialmente reconhecido como um pequeno empresário (SEBRAE, 2019). Além de assegurar os benefícios trabalhistas vinculados à previdência social, a burocracia e os encargos relacionados ao pagamento de tributos são significativamente reduzidos.

Com o cumprimento das obrigações legais e fiscais, os artesãos passam a ter acesso a editais, concessão de linhas de crédito, e podem revender seus produtos para empresas, em eventos, e para instituições públicas. A formalização também pode ser vista como uma forma de proteção para os artesãos-empresendedores, pois, estando em conformidade com a legislação, eles se desoneram de possíveis penalidades e sanções relacionadas à informalidade.

O artesanato também está diretamente relacionado a vários segmentos, dentre eles o turismo e, nessa interação, alguns destinos chegam a ser reconhecidos pelos produtos que retratam a cultura local e que criam uma demanda por produtos com essa mesma identidade local, ao fazerem uso de matérias-primas locais, elementos culturais e técnicas típicas de cada região (SEBRAE, 2023). Na condição de MEI, o artesão pode fornecer sua produção para lojas que vendem produtos artesanais, como *souvenirs*, inserindo-se assim em alguma cadeia produtiva. Compreendendo, então, o SEBRAE, que essa classe de trabalhadores é valorizada, promovendo diversas iniciativas para apoiá-los.

A Rota dos Ateliês de João Pessoa (PB) é uma das iniciativas criativas que englobam a produção associada ao turismo, idealizadas e organizadas pelo SEBRAE-PB desde 2012, em 19 cidades. Atualmente, o projeto contempla aproximadamente 200 produtos turísticos. Em João Pessoa (PB), a Rota dos Ateliês foi concebida em 2017 compreendendo 12 ateliês de artistas plásticos e 2 galerias de arte com o apoio do SEBRAE Paraíba foi um grande passo para fortalecer o turismo de experiência na Paraíba, diversificar a oferta de roteiros e fomentar atividades culturais. Por meio da

parceria entre o SEBRAE e os artistas locais, foi possível transformar o potencial criativo em uma oportunidade de negócio, através das oficinas de arte, os visitantes têm a oportunidade de aprender novas técnicas e vivenciar a experiência de criar suas próprias obras. A entrevistada E5 destacou que o novo roteiro agrega valor interferindo de maneira muito positiva no desenvolvimento dos artesãos e em sua valorização como empreendedores:

A ideia de criar essa rota nasceu dentro do projeto de Turismo de Experiência do SEBRAE Paraíba. O turismo e os artistas locais são beneficiados, pois os visitantes se hospedam, consomem no comércio local e têm a chance de comprar obras. Além disso, a interação com os visitantes proporciona um enriquecimento cultural e a troca de experiências. (E5)

O turismo cultural possui um impacto positivo no desenvolvimento sustentável da região, promovendo a conservação do patrimônio cultural e a preservação das tradições locais. Com o sucesso da Rota dos Ateliês, o projeto de Turismo de Experiência do SEBRAE pretende expandir a ideia estruturada para outras regiões do estado, fortalecendo o turismo cultural e impulsionando a economia criativa em toda a Paraíba.

Na vertente da capacitação profissional, o SEBRAE, em parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), criou o curso "Trilha do Artesão Empreendedor" com o objetivo de qualificar os artesãos-empREENhedores tanto aspectos técnicos do artesanato como também gestão de negócios. O formato do curso se baseia na ideia de que os conteúdos devem ser apresentados de forma concisa e direta, de modo a oferecer informações importantes em um curto espaço de tempo, através da metodologia de trilhas de conhecimento.

A formação é dividida em módulos, que ocorrem completamente a distância para desenvolver uma identidade empreendedora, conhecer as ferramentas ideais para investir em sua ideia e ensinar o artesão a crescer de forma estruturada. Dentre os assuntos, se destacam as práticas e soluções para o artesanato, orientações sobre acesso a microcrédito consciente, apresentação dos benefícios do marketing digital de acordo com o modelo de negócio e fidelização de clientes. As trilhas disponibilizam conteúdo para iniciantes que querem empreender e, para quem já possui um negócio, também são disponibilizadas ideias de negócio, conteúdo exclusivo para o artesão brasileiro e orientações sobre o sistema de informações cadastrais do artesanato, Carteira Nacional do Artesão e emissão de notas fiscais (SEBRAE, 2023). O entrevistado E5 pontua sobre a importância do conhecimento para o artesão:

Percebemos que executar capacitações, como cursos, oficinas ou ciclos de palestras é fundamental para a formação do artesão. O artesanato acaba sendo não só técnica, mas saber usar a criatividade para criar novos produtos. Para ter essa intuição precisa de referência, o que pode ser despertado com o estudo. (E5)

Apesar dos benefícios proporcionados pelo SEBRAE, algumas lacunas ainda podem ser identificadas em sua atuação. Uma delas é a necessidade de maior divulgação das ações do SEBRAE ou de enfrentar dificuldades de acesso devido a barreiras geográficas. A participação das micro e pequenas empresas criativas nas iniciativas promovidas é essencial; no entanto, a falta de comunicação pode atrapalhar alguns empreendedores, resultando em menor aproveitamento dos recursos oferecidos.

Outra lacuna seria elaborar com antecipação um planejamento de atividades de capacitação, propondo um calendário semestral ou anual para melhor organização alinhada entre os envolvidos. Os artesãos também poderiam ser questionados sobre quais formações gostariam de receber, assim poderiam contribuir para a efetivação da participação nas ações.

De modo geral, o SEBRAE, como um órgão de suporte para micro e pequenas empresas, considera o empreendedorismo uma atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, gerando empregos e promovendo a inclusão social. Ao discutir sobre a economia criativa, fica evidente o envolvimento do SEBRAE desde o início do processo de tornar João Pessoa (PB) uma cidade criativa, o que demonstra a importância de estimular o setor criativo.

4.2.3 Comunidade Científica

É fundamental a participação da comunidade científica na construção de um espaço que, além de possibilitar a formação do profissional acadêmico, possa se credenciar junto à sociedade como local propício à produção do conhecimento que vise auxiliar a resolver problemas sociais, e recomende soluções sustentáveis para redução das desigualdades.

Uma das parcerias de maior relevo foi assinada em 2019 entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Essa iniciativa está inserida no conjunto de ações do programa João Pessoa Cidade Criativa,

da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Este acordo de colaboração foi firmado para estabelecimento e início das operações do Laboratório de Inovação Cultural (LABIN), que objetiva propor, desenvolver e implementar políticas públicas direcionadas à promoção da economia criativa.

Em âmbito interno, essa parceria foi articulada pelo Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (IDEP) e apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC) da Universidade. O entrevistado E8 acrescentou: "Como a UFPB tem *campus* em outras cidades pelo Estado, ainda havia a possibilidade de aproveitar isso como potencial para realizar ações em mais locais".

Por meio de suas pesquisas e projetos inovadores, o LABIN contribui para impulsionar a criatividade, a inovação e a sustentabilidade dos empreendimentos criativos na cidade. Ao oferecer suporte técnico especializado, o laboratório auxilia as empresas e profissionais criativos a desenvolverem soluções mais eficientes e competitivas para a criação dos seus produtos utilizando-se da estrutura e das pesquisas da UFPB, fortalecendo, assim, todo o setor.

Ao respeitar as técnicas tradicionais e valorizar o saber popular na condução das atividades de produção, demonstra-se a busca pelo uso consciente das tecnologias para agregar valor ao produto, sem comprometer a autenticidade e a identidade cultural do artesanato. Desse modo, o compromisso com o equilíbrio entre tradição e modernidade, garante a preservação das raízes culturais e, ao mesmo tempo, aproveita os avanços tecnológicos disponíveis. A entrevistada E2 destaca a importância da criação do LABIN: "Faz parte de uma tendência internacional, a criação de laboratórios de design e inovação cultural para apoiar os artesãos no processo de criação."

No entanto, é importante destacar que, para maximizar seu impacto, o LABIN precisa superar algumas lacunas em sua atuação. Uma delas é a necessidade de uma maior conexão entre o laboratório e o setor criativo local. Estabelecer parcerias sólidas e canais de diálogo com as empresas e empreendedores da indústria criativa é fundamental para entender suas demandas e desafios reais, garantindo que as pesquisas e soluções desenvolvidas pelo LABIN sejam realmente aplicáveis e alinhadas com as necessidades do mercado.

Além disso, é essencial que o LABIN busque formas de tornar suas inovações e conhecimentos mais acessíveis às pequenas e médias empresas da indústria criativa. Isso inclui proporcionar a realização de eventos e oferecer orientações práticas que possam ser facilmente aplicadas no cotidiano dos negócios criativos. A disseminação de boas práticas

e tecnologias acessíveis pode impulsionar a competitividade e o crescimento do setor na cidade, favorecendo um ecossistema criativo mais vibrante e colaborativo. Uma outra questão é a indefinição de um espaço físico, conforme abordado pela entrevistada E2:

Primeiro pensou-se o LABIN com sede estabelecida na própria UFPB, em um segundo momento acreditávamos em espaços compartilhados de várias instituições, fomos para um espaço no Celeiro Criativo. Mas estamos reorganizando e vamos nos mudar para o Centro de Referência do Artesanato Paraibano, com um espaço específico para o LABIN lá. (E2)

Ao refletir sobre infraestrutura, recursos e serviços, percebe-se a necessidade de se criar um ambiente propício para o surgimento e desenvolvimento de projetos inovadores. Na tentativa de resolver essas principais lacunas apresentadas, o LABIN pode fortalecer sua atuação e se consolidar como um importante agente catalisador do desenvolvimento da indústria criativa na região, gerando benefícios tanto para os empreendedores e profissionais criativos quanto para a sociedade como um todo.

Não obstante, foi possível perceber a dificuldade de avançar em ações mais concretas que busquem impactar diretamente o desenvolvimento dos artesãos-empREENhedores. Ressalta-se que as parcerias com os poderes públicos poderiam potencializar as capacidades de ambos os atores, trazendo ainda mais benefícios para a expansão da economia criativa na cidade de João Pessoa (PB). Segundo o entrevistado E8:

A colaboração na produção e o incentivo ao conhecimento são importantes para o artesão, mas isso é (a) longo prazo. Ter que atender as necessidades dele (artesão) e dos gestores em um curto espaço de tempo porque precisa apresentar resultados dificulta o manejo de quem está à frente do laboratório. (E8)

Em síntese, percebe-se que a comunidade acadêmica, representada pela Universidade Federal da Paraíba, tem papel importante na estruturação e no fomento à educação, ciência e tecnologia na cadeia produtiva do artesanato. Por meio do Laboratório de Inovação Cultural (LABIN) conclui-se que, sustentado por uma rede de colaboradores com competências complementares, é possível auxiliar na criação de produtos que sejam significativos, unindo elementos de memória e identidade, ao mesmo tempo em que impulsionam a economia criativa da região.

Com o intento de compreender melhor as demandas e necessidades dos artesãos-empREENhedores, surgiu a preocupação com a disponibilização de informações sobre

histórias, produtos e formas de organizar essa atividade produtiva. A sistematização de dados permite identificar as principais mudanças e avanços ao longo dos anos, além de possibilitar uma avaliação contínua das atividades desenvolvidas, de forma a garantir sua relevância e efetividade. Desse modo, a falta de informações atualizadas dificulta a formulação de políticas públicas eficientes e o direcionamento adequado dos recursos, bem como a implementação de ações e iniciativas para promover a economia criativa na cidade de João Pessoa (PB).

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por ser uma instituição de destaque na área de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias avançadas, mais uma vez foi requisitada para auxiliar a lidar com esse desafio. Assim, sucedeu a articulação com o Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC), que realiza atividades voltadas para a interseção entre estatística e economia, e pode trazer informações para aprimorar os negócios criativos. O entrevistado E7 comenta o papel do LABIMEC:

Pela qualificação da nossa equipe, somos convidados para estruturar uma pesquisa de campo, e, na sequência, gerar informações. Acredito que esse é o papel da pesquisa na Universidade, identificar um problema da sociedade, trabalhar em cima dele e propor uma estratégia para tentar solucionar. (E7)

Complementa o entrevistado E6 sobre a articulação com a sociedade:

O laboratório tem expertise em manipulação e análise de dados, e potencial para gerar impactos significativos na indústria criativa em João Pessoa e na realidade dos atores envolvidos, através de soluções baseadas em Inteligência Artificial adaptadas à necessidade. (E6)

Com uma abordagem baseada em dados e análises avançadas, o LABIMEC pode auxiliar os atores da indústria criativa a tomarem decisões melhor embasadas, impulsionando a competitividade e a sustentabilidade dos negócios locais. Além disso, a utilização de Macroeconomia Computacional pode proporcionar modelos mais precisos e abrangentes de previsão econômica, contribuindo para o planejamento estratégico dos formuladores de políticas públicas da municipalidade em questão. A criação de soluções tecnológicas customizadas para as necessidades específicas dos artesãos-empREENhedores, promovendo a transferência de conhecimento e tecnologia, impulsiona

a produtividade do setor resultando em maior eficiência, redução de custos e otimização dos processos. Desse modo, a entrevista E2 ressalta a possibilidade de mais uma parceria:

Temos a preocupação de criar um observatório para produzir e difundir informações sobre economia criativa. Dada a importância da Universidade nesse processo seria interessante instituir um convênio para a participação da Universidade nisso também. (E2)

Apesar do potencial significativo do LABIMEC-UFPB para impactar positivamente a economia criativa de João Pessoa (PB), existem algumas lacunas que merecem atenção para maximizar seus benefícios. Uma das principais lacunas é a necessidade de uma maior conexão entre o LABIMEC e os artesãos-empREENhedores da região. Embora as pesquisas e projetos desenvolvidos no laboratório possam ser deveras relevantes para o setor, muitas vezes há uma falta de comunicação efetiva entre a academia e o mercado. É fundamental estabelecer parcerias sólidas e canais de diálogo contínuo para entender as demandas e necessidades reais do setor criativo, garantindo que as soluções desenvolvidas pelo laboratório sejam aplicáveis, acessíveis e atendam aos desafios enfrentados.

Além disso, um esforço para ampliar a divulgação dos resultados de pesquisas e projetos desenvolvidos pelo LABIMEC pode também trazer impactos significativos. É importante que a sociedade em geral, não apenas o setor criativo, compreenda os impactos positivos e as possibilidades oferecidas pelo laboratório. A divulgação adequada dessas informações pode despertar interesse, engajamento e colaborações com outras instituições e setores produtivos, enriquecendo a troca de conhecimento e ampliando o alcance das inovações desenvolvidas.

Tratando-se da UFPB, de modo geral, uma outra possibilidade para a instituição contribuir seria proporcionar, com o envolvimento do SEBRAE, a capacitação de profissionais locais, oferecendo cursos, *workshops* e treinamentos. Dessa forma, a indústria criativa em João Pessoa (PB) poderia contar com uma mão-de-obra mais qualificada e atualizada, preparada para enfrentar os desafios da economia digital e promover a inovação contínua nos diversos segmentos criativos. Ao abordar essas lacunas, os laboratórios podem fortalecer ainda mais sua atuação e se tornarem uma referência ainda mais relevante para a indústria criativa em João Pessoa (PB), contribuindo de maneira mais efetiva para o desenvolvimento econômico e social da região.

Em suma, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) exerce uma importante atuação por meio do Laboratório de Inovação Cultural (LABIN) e do Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC), ao proporcionar um ambiente propício que contribui para o desenvolvimento do artesão-empREENDEDOR de João Pessoa (PB). Portanto, é evidente a representação dessas importantes ferramentas de apoio para o avanço no papel de promover a colaboração na criação dos produtos artesanais e no auxílio informacional para a formulação de políticas públicas voltadas ao fomento do artesanato.

4.3 Análise da atuação dos atores institucionais

As ações de cada ator envolvido – a UFPB, por meio do LABIN e do LABIMEC, o SEBRAE e o Poder Público – podem ser analisadas e discutidas a partir do trabalho institucional e do empreendedorismo institucional subjacente às suas atuações. Segundo Meyer e Rowan (1977), o ambiente organizacional está delineado em dois aspectos: técnico e institucional. O técnico está voltado para processos e resultados, buscando a eficiência, enquanto o institucional está focado nas regras e estruturas, com o propósito de alcançar a legitimidade. Apesar de aparentar que as duas facetas do ambiente organizacional estão em extremidades diferentes, entende-se que elas são concomitantes.

No contexto do artesanato em João Pessoa (PB), a gestão pública emerge como um ator de extrema relevância, desempenhando um papel central na condução e no desenvolvimento desse setor produtivo. Pode-se afirmar que o poder público se configura como o ator principal devido a sua função na definição de políticas, no estabelecimento de diretrizes e na promoção de ações que impactam diretamente as iniciativas artesanais na cidade. A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio de suas instâncias e órgãos, exerce uma influência direta sobre o ambiente em que o artesanato prospera. As políticas públicas implementadas refletem a preocupação em fomentar e preservar o patrimônio cultural local, alinhando-se aos objetivos da economia criativa.

Uma das razões pelas quais a gestão pública ocupa um lugar de destaque é sua capacidade de articular ações em diversos níveis. Desde a promoção de feiras e eventos culturais até a regulamentação de espaços de comercialização, a intervenção governamental é muitas vezes essencial para a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável do artesanato. É notório que as políticas públicas também

podem atuar como um catalisador do turismo cultural que, por sua vez, estimula a demanda por produtos artesanais.

É possível perceber que o processo de tornar João Pessoa (PB) uma cidade criativa foi concebido a partir de um esforço primário da Prefeitura, estando os outros atores participando da ação por sua especificidade, conforme o Entrevistado E1 nos indica "Os projetos e ações pactuados com a UNESCO devem ser geridos através do Programa João Pessoa Cidade Criativa, que deve ser conduzido por um grupo gestor com participantes da prefeitura, SEBRAE e academia".

Entretanto, é importante observar que, apesar de sua importância, a gestão pública também enfrenta desafios. A burocracia, a falta de recursos e a dificuldade em adaptar-se rapidamente às demandas e tendências do mercado podem impactar a efetividade das ações implementadas. O campo organizacional é constituído pelas relações sociais entre organizações que nele se posicionam e se reconhecem entre si; no campo se configuram regras, valores e mitos racionais que permeiam as decisões das organizações que estão interligadas a ele (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006). Por isso, a colaboração com outros atores, como universidades e organizações privadas, é crucial para garantir uma abordagem abrangente e exitosa.

Em um contexto mais amplo, a gestão pública tem a capacidade de criar um ambiente favorável para a economia criativa, proporcionando o fortalecimento do artesanato e, por consequência, gerando impactos positivos no desenvolvimento econômico e cultural de João Pessoa (PB). Assim, a gestão pública, nesse contexto, assume o papel de instância institucional reguladora e legitimadora das práticas relacionadas ao artesanato, pois, ao destacar a importância das normas, valores e crenças compartilhados na influência das práticas organizacionais na definição de políticas, regulamentos e programas de incentivo, ela reflete a busca por legitimidade e conformidade com as expectativas da sociedade e dos demais atores institucionais.

Uma leitura institucional sobre o papel da gestão pública no artesanato em João Pessoa (PB) revela que essa atuação é mais do que apenas um processo burocrático. Ela é permeada por uma busca por legitimidade, que visa garantir que as ações dos artesãos-empREENhedores estejam em consonância com as normas e valores sociais estabelecidos. A legitimidade é um fator importante para permanência da organização no ambiente, e o ambiente é formado pelas organizações que se estabeleceram através dos mitos racionais (ROSSONI, 2015).

Tal qual a análise institucional destaca, as instituições não são estáticas, e podem ser moldadas pela interação entre os atores. Por isso, deve-se ressaltar que a administração é dinâmica, e a cada interação entre as partes podem surgir novos modos de estrutura organizacional. Portanto, o engajamento colaborativo entre a gestão pública, universidades e organizações privadas pode influenciar a criação, a mudança e a alteração das normas institucionais que regem o campo do artesanato pessoense. Nesse sentido, a gestão pública se apresenta não apenas como uma entidade reguladora, mas também como um agente influente na construção e evolução das instituições que sustentam o setor do artesanato em João Pessoa (PB).

Para uma análise institucional, faz-se necessário resgatar os pilares que compõem as instituições: regulativo, normativo e cultural-cognitivo (SCOTT, 2014). Os elementos regulativos referem-se a leis, regulamentos e normas formais que são estabelecidos por autoridades governamentais, fornecem estrutura e direção para as organizações. Os elementos normativos são compostos por normas sociais, padrões culturais e expectativas sociais que são compartilhados e internalizados por membros de um grupo e influenciam as práticas e comportamentos das organizações, estabelecendo padrões de conduta aceitáveis e não aceitáveis. Os elementos cultural-cognitivos são compostos por valores, crenças e ideologias que são compartilhados por membros de uma organização ou sociedade, fornecendo uma base de significado e identidade para as organizações, influenciando as metas e objetivos que são perseguidos.

À luz desse esquema conceitual, é possível compreender os elementos-chave que compõem a estrutura e o funcionamento das instituições, bem como relacioná-los às formas de trabalho institucional, que variam de acordo com a natureza e o propósito dos atores diante das instituições. A boa governança depende do fortalecimento desses pilares e da promoção de práticas institucionais eficientes, éticas e responsáveis, de modo que cada indivíduo deseja estar em uma posição que o permita orientar o ambiente, e ter capacidade para legitimar práticas, a partir das que ele considera importantes.

O trabalho institucional se refere às atividades e esforços realizados por indivíduos e organizações para a criação, manutenção e alteração de instituições (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). A ideia central é que as várias formas de trabalho institucional podem estar presentes na atuação dos atores institucionais em diferentes graus, funcionando de forma a moldar a existência, o funcionamento e o desenvolvimento das instituições em uma sociedade.

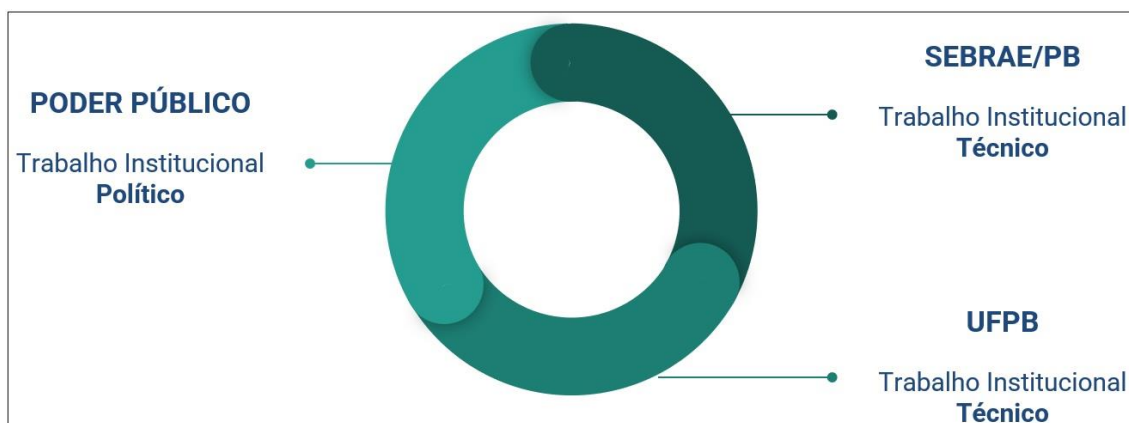
O Poder Público, por sua vez, representa um **trabalho institucional político**, realizado através da negociação política, tomada de decisão, criação de políticas públicas e estabelecimento de instrumentos legais. Da mesma forma, com a observação e imitação de boas práticas adotadas por outras instituições, o Poder Público busca replicar modelos bem-sucedidos de desenvolvimento da indústria criativa em outras localidades – algo que também pode ser explicado como reflexo das condições isomórficas entre campos organizacionais (DIMAGGIO; POWELL, 1983; WOOTEN; HOFFMAN, 2017).

O SEBRAE representa um **trabalho institucional técnico**, no sentido de que busca criar regras e direcionamentos por meio de incentivos, apoios técnicos e regulamentações que visam ao fortalecimento dos artesãos-empREENhedores. Através de consultorias, capacitações e programas de apoio financeiro, o SEBRAE busca persuadir e induzir os artesãos a adotarem práticas de gestão mais eficientes e a explorarem oportunidades de mercado, alinhando suas ações aos objetivos e diretrizes estabelecidos pela instituição. Dessa forma, o SEBRAE busca impulsionar o desenvolvimento dos artesãos-empREENhedores ao criar incentivos para a adoção de boas práticas gerenciais e comerciais.

A Universidade Federal da Paraíba, através do LABIN e do LABIMEC, representa também um exemplo de **trabalho institucional técnico**. Esses laboratórios têm como objetivo compor o mapa cognitivo do campo, criar esforços de teorização de práticas e conceitos que regem o desenvolvimento da indústria criativa e o apoio aos artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB). Essas práticas incluem a elaboração de programas de capacitação, metodologias de análise de dados, diretrizes para inovação e tecnologia aplicada a criação de produtos. Ao construir esses conhecimentos, a UFPB incentiva uma reflexão sobre a forma de criação existente e sinaliza uma complementariedade no agir.

A Figura 7 ilustra a interação entre os atores e o tipo de trabalho institucional realizado por cada um deles.

FIGURA 7 – Atores e seus tipos de trabalho institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A interação relacional entre os pilares normativo, regulativo e cultural-cognitivo de instituições descritos por Scott (2014) e as categorias do trabalho institucional – técnico, político e cultural – apresentadas por Lawrence e Suddaby (2006) é analisada a partir da compreensão de que esses pilares e dimensões estão entrelaçados e se influenciam mutuamente. Ainda assim, é possível, em alguma medida, demonstrar a presente associação entre uma categoria de trabalho institucional e o pilar institucional de maneira individual.

O trabalho político está relacionado à formulação de regras e estruturas que governam as interações, portanto, quando ocorre uma reformulação no pilar regulativo, é preciso que haja um trabalho político que impulse essa mudança. Já o trabalho cultural está integrado à transmissão de crenças, significados e valores; e à promoção de sua internalização nas práticas diárias. Assim, ao tratar das narrativas e comportamentos dos indivíduos, questões que influenciam diretamente a cultura institucional, para que ocorra uma redefinição dessas normas e valores, a ação deve ser realizada considerando-se alcançar o pilar cultural-cognitivo. Para ocorrer uma mudança no pilar normativo, é necessário um trabalho técnico que questione e modifique as normas, condutas e procedimentos existentes. O trabalho técnico está associado a esse pilar, pois é responsável por desenvolver e disseminar os conhecimentos considerados aceitáveis para realizar atividades.

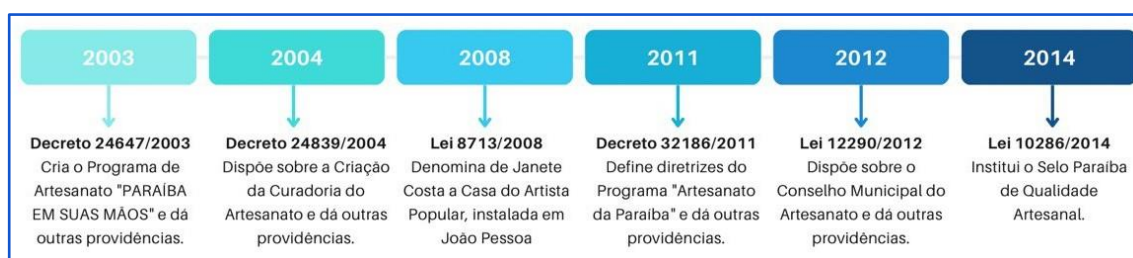
Para entender e promover uma mudança institucional efetiva, é necessário considerar essa interconexão entre as diferentes dimensões e pilares das instituições, isso significa que uma mudança em uma dimensão institucional pode afetar outras dimensões, criando uma dinâmica complexa e interdependente. No entanto, quando ocorre uma

mudança abrangente nos três pilares, é possível que ocorra uma sinergia entre eles, facilitando a institucionalização da mudança. Nesse caso, a legitimidade pode estar relacionada ao papel ativo da organização frente às fontes a qual a organização gerou uma nova demanda aos critérios existentes e influência; consequentemente, o *modus operandi* do ambiente e, inclusive, de outras organizações (SUDDABY; BITEKTINE; HAACK, 2017).

Tudo isso sugere que, para a mudança ser eficaz, o apoio oferecido pelos atores deve ser voltado para a economia criativa de maneira que, ao compreender a realidade prática, seja possível favorecer o suporte que resulte em um aprendizado em conjunto (NEWBIGIN, 2011). A utilização de estratégias que estimulem o empreendedorismo e a criação de novos negócios na economia criativa facilita o desenvolvimento desse setor e pode trazer novas perspectivas de crescimento para os artesãos-empREENDEDORES.

Isso é demonstrado ao se reparar na irregularidade temporal entre uma criação de legislação sobre artesanato e outra. Um exemplo disso é que no período entre 2003 e 2016 – um intervalo de tempo de 13 (treze) anos – foram publicados 6 (seis) instrumentos normativos sobre o assunto. Por outro lado, a partir da concretização de João Pessoa (PB) como cidade criativa no ano de 2017, até o presente ano de 2023 – um intervalo de tempo de 6 (seis) anos – já ocorreram 5 (cinco) promulgações, inclusive algumas em um mesmo ano. As figuras 8 e 9 demonstram a diferença:

FIGURA 8 – Linha do tempo das legislações entre 2003 e 2016



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

FIGURA 9 – Linha do tempo das legislações entre 2017 e 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Acerca da integração dos atores, foi possível evidenciar que não há mecanismos efetivos nas políticas públicas que reforcem a integração formal entre os atores como instituições. Ao incluir essa representatividade no processo decisório, é possível ampliar a diversidade de perspectivas e experiências consideradas na formulação e implementação das políticas, tornando-as mais adequadas e eficientes.

A interação ocorre basicamente de duas formas: (i) a primeira seria mais voltada para o informal, na qual pessoas envolvidas em cada órgão tem uma relação de amizade e se comunicam entre si; e, (ii) a segunda seria pela especificidade de cada ator e a natureza da atividade a ser realizada, se é algo mais voltado para gestores, artesãos ou algo mais técnico. Isso requer uma reflexão no sentido de criar um canal eficiente de interação desses atores institucionais, pois a atuação conjunta – UFPB, SEBRAE e o Poder Público – foi fundamental para impulsionar o setor e torná-lo uma importante fonte de geração de renda e desenvolvimento social na cidade.

4.4 Discussão

O campo organizacional é influenciado pelo contexto econômico, político e social e, a depender de como estão estabelecidos, esses fatores podem criar pressões e demandas que influenciam a dinâmica entre os diferentes atores envolvidos e a tomada de decisões. Dessa forma, cada indivíduo deseja estar em uma posição que o permita orientar o ambiente institucional, e ter capacidade para legitimar práticas, a partir das que ele considera importantes (DIMAGGIO, 1988).

A busca por legitimidade ocorre em diferentes âmbitos: individual, organizacional e societal (DEEPHOUSE et al., 2017). No âmbito individual, as pessoas buscam ser vistas como legítimas pelos outros em suas interações sociais. No âmbito organizacional, as organizações buscam ser reconhecidas como legítimas por seus *stakeholders*, como clientes, investidores e comunidade. No âmbito societal, as instituições buscam ser legitimadas pelos membros da sociedade em geral. A participação da sociedade é fundamental para garantir a efetividade das políticas públicas. A implementação de diretrizes depende não apenas das escolhas democráticas e do momento econômico, mas também do envolvimento ativo na formulação, monitoramento e avaliação dessas políticas. O acompanhamento por parte da sociedade ajuda a garantir que as ações estabelecidas sejam de fato colocadas em prática.

O empreendedor institucional busca não apenas criar um negócio para si mesmo, mas também gerar impacto positivo na região em que está inserido, de maneira que sua preocupação concerne promover mudanças coletivas em uma posição que o permita orientar o ambiente, e ter capacidade para legitimar suas ações (BATILLANA; LECA; BOXEMBAUM, 2009). O empreendedorismo institucional enfatiza o papel dos indivíduos e dos atores sociais na construção estrutural do fenômeno social ao creditar a importância de transformação das instituições a essa ação. Dessa forma, as instituições são criadas, mantidas ou interrompidas, a partir da influência de fatores sociais por configurações regulatórias, pela identidade construída entre os profissionais, o ator e o campo, e pela associação de novos conceitos a incorporação de práticas existentes (MUTCH, 2007).

A ação humana está associada a capacidade de uma pessoa agir socialmente sem obrigatoriamente ser atribuída uma intenção específica a essas ações. A ação humana é realizada dentro do contexto, que engloba um conjunto de regras e recursos envolvidos na estrutura do campo organizacional (SCOTT, 2014). Ao identificar a habilidade de um indivíduo para realizar diferentes ações é destacada a importância de reconhecer, na prática, o desafio de estar inserido em influências mútuas, já que agência e estrutura social estão interligadas.

O empreendedor institucional busca desenvolver uma visão crítica, capaz de identificar as forças e relações que influenciam o campo institucional. Essa postura permite vislumbrar e identificar caminhos futuros alternativos, que podem superar as limitações e desafiar as forças existentes (HARDY; MAGUIRE, 2008). As práticas devem criar um diálogo entre a estrutura institucional vigente e as práticas

empreendedoras, estimulando a transformação e a criação de novas formas de empreendedorismo. Essa abordagem compreende a agência humana ou a estrutura social, não de maneira separada, pois ambas interagem e se influenciam de forma combinada e abrangente.

Na presente pesquisa, é possível enquadrar a atuação dos atores institucionais a partir do conceito de empreendedor institucional, ao explorarem oportunidades que envolvem mudanças sociais e levam a transformações políticas, econômicas e socioculturais. Ao conduzirem o processo de mudança ativamente, participando desde o seu início e moldando coletivamente o que é definido como importante – mediante a credibilidade e o conhecimento das relações desenvolvidas –, esses atores promovem, investem e reforçam o artesanato como um recurso dominante do setor criativo da cidade de João Pessoa (PB). Enquanto empreendedores, são impulsionados por uma visão de longo prazo e buscam criar impacto social, através da introdução de inovações em práticas e processos organizacionais, identificando oportunidades de mudança e mobilizando recursos e pessoas para alcançar seus objetivos (BATILLANA; LECA; BOXEMBAUM, 2009).

A articulação entre artesãos-empreendedores e o estabelecimento de redes de cooperação também têm sido usados como forma de compartilhar conhecimento e recursos, fortalecendo o setor como um todo (BELL; MANGIA; TAYLOR; TORALDO, 2018). A utilização de espaços identificados na pesquisa como de uso colaborativo para criação, produção e comercialização, têm se mostrado como uma forma eficaz de conexão. Essa parceria pode impactar positivamente o artesanato local com ganhos competitivos, especialmente de crescimento econômico, aumentando o acesso a mercados consumidores e ampliação de vendas.

Cada vez mais a capacitação tem sido fundamental para aprimorar as habilidades empresariais e o suporte em demandas práticas do artesão-empreendedor, aumentando sua competitividade no mercado, de modo que culminam em um aperfeiçoamento de seus produtos (BENNETT, 2018). A partir da análise das falas dos entrevistados, foi possível perceber a preocupação do SEBRAE em sempre reforçar a realização das atividades. A entrevistada E4 pontua sobre o papel do SEBRAE no processo de João Pessoa (PB) como cidade criativa: "Bom, no primeiro momento financiou o dossiê e segue com a realização de cursos e oficinas.". Dessa forma, com uma atualização do respaldo técnico e cultural utilizado para suas criações, espera-se uma maior facilidade na preservação das tradições e a incorporação de elementos contemporâneos em suas criações.

Os fatores institucionais, como a ação direta dos governos na criação de um ambiente favorável ao empreendedorismo, têm impacto significativo nos esforços empresariais. O nível de empreendedorismo em uma sociedade é influenciado pelas normas e regulamentos que governam a alocação de recompensas. Os governos podem facilitar o funcionamento dos mercados removendo barreiras à entrada e regulamentações desnecessárias em ambientes institucionais desfavoráveis aos negócios, elementos estes que fazem os empreendedores se sentirem desencorajados a iniciar novos empreendimentos. Regras excessivas e processos burocráticos podem requerer recursos significativos para o cumprimento, desestimulando o potencial empreendedor. Logo, um ambiente institucional favorável tende a eliminar essa barreira e estimular o empreendedorismo.

No caso do artesanato em João Pessoa (PB), a gestão pública atua como uma instituição voltada para o pilar regulativo, estabelecendo padrões, regras e diretrizes que orientam as ações dos artesãos e dos empreendedores nesse domínio. Ao fazer um levantamento das normas jurídicas que impactaram a atividade do artesão-empendedor, é possível perceber as diversas iniciativas do poder público em incentivar a cultura no país. É possível citar o Decreto 1.508/95, o Decreto 24.647/2003 e a Lei nº 13.180/2015 que, enquanto normas, foram fundamentais para a regulamentação e profissionalização da atividade artesanal.

O Decreto 1.508, de 31 de maio de 1995 dispõe sobre a subordinação do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), e aborda especificamente a proteção do artesanato tradicional e regional, estabelecendo diretrizes para a preservação e valorização das manifestações culturais e artísticas relacionadas ao artesanato. O decreto reconhece a importância do artesanato como parte do patrimônio cultural brasileiro e estabelece medidas de proteção e promoção desse segmento. Ele delimita a forma como o artesanato deve ser reconhecido, levando em consideração aspectos culturais, técnicos, estéticos e históricos.

Além disso, o decreto estabelece a criação de um registro específico para o artesanato tradicional e regional, promovendo a identificação e documentação dessas manifestações. Isso contribui para a preservação da autenticidade e originalidade das peças artesanais, bem como para a proteção dos direitos dos artesãos. A necessária cooperação entre órgãos governamentais e entidades culturais na promoção do artesanato, a divulgação das manifestações culturais relacionadas, e a criação de ações de capacitação e valorização dos artesãos tradicionais, são objetivos almejados por essa normativa.

Já a Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, trata sobre o reconhecimento legal da profissão de artesão, estabelecendo benefícios importantes para os profissionais desse setor, a começar pelo reconhecimento oficial aos artesãos de sua atividade como uma profissão legítima, conferindo maior *status* e dignidade ao trabalho realizado. Outra conquista significativa foi a possibilidade de que os artesãos se inscrevam no Regime Geral de Previdência Social, o que lhes permite acessar direitos previdenciários, como aposentadoria por idade e invalidez, auxílio-doença e salário-maternidade.

Importante ressaltar ainda que a Lei nº 13.180 prevê, também, a possibilidade de concessão de benefícios fiscais e tributários para os artesãos, o que pode incluir isenção ou redução de impostos, contribuindo para a melhoria da competitividade e rentabilidade do setor. Com a criação de programas de promoção do artesanato, pode-se perceber um grande desenvolvimento e fortalecimento dessa atividade, além de incentivar a participação em feiras, exposições e eventos relacionados.

Importante destacar também o Decreto 24.647 de 2003, legislação que instituiu o Programa do Artesanato Paraibano (PAP), intitulado "PARAÍBA EM SUAS MÃOS", visando à valorização, promoção e desenvolvimento do artesanato paraibano. Através desse programa, diversos incentivos são oferecidos aos artesãos, tais como capacitação, apoio na comercialização e acesso a feiras e eventos. Portanto, pode-se perceber que a valorização do artesanato promovida pela lei contribuiu para o desenvolvimento cultural e econômico de comunidades, estimulando a preservação de tradições culturais e o fortalecimento da identidade regional.

Ao cooperar para pôr a cultura em evidência, demonstrando a sua importância na promoção do desenvolvimento social, econômico e individual, o empreendedor cultural promove a diversidade, o diálogo e a inclusão através da cultura (NAUDIN, 2017). Diante disso, percebe-se que o papel do empreendedor cultural é um de agente transformador, portanto, não apenas formula e desenvolve projetos culturais, mas também busca envolver a comunidade e promover a participação, criação e o acesso às atividades culturais.

Dessa forma, em relação a regulamentação, essas leis refletem os esforços para reconhecer e apoiar o trabalho dos artesãos-empresendedores, criando um ambiente mais favorável para o desenvolvimento de suas atividades e contribuindo para a valorização do artesanato como importante manifestação cultural e econômica ao fomentar a geração de emprego e renda, promover a integração dos artesãos-empresendedores em cadeias produtivas, e ampliar o mercado de comercialização de produtos artesanais. A facilitação

de acesso a crédito foi outra conquista presente na lei que fomentou sobremaneira o empreendedorismo cultural no país, alcançando a realidade pessoense. A facilitação do acesso dos artesãos a linhas de crédito e financiamento específicas para investir em melhorias na produção, aquisição de materiais e expansão dos negócios foi importante para a criação de novos negócios.

Juridicamente, é preciso levar em consideração que um decreto é definido como um ato administrativo normativo emitido por chefe do poder executivo, de competência individual e exclusiva, seja da União (presidente), dos Estados (governadores) ou dos municípios (prefeitos). O decreto é uma norma jurídica que cria e determina a execução de dispositivos legais. Quando um executivo governa por decreto, isso significa que ele toma decisões e implementa políticas sem a participação, a consulta ou aprovação de outros órgãos legislativos.

Por esse motivo, pode-se demonstrar um traço personalista no modo de administrar, pois o governante está agindo de forma autoritária e centralizando o poder, sem levar em consideração o interesse comum, a necessidade de representação e a participação da sociedade. O intervalo entre uma legislação e outra, entre uma ação e outra também pode ter sido causado por mudanças de gestão e prioridades diferentes de cada uma. Isso, talvez, elucide a distância temporal entre a criação do Decreto do Programa do Artesanato Paraibano (PAP) em 2003, e a proposta de João Pessoa (PB) como cidade criativa apenas em 2017, quase quinze anos depois.

Dessa forma, esse tipo de atitude pode ser interpretado como uma imposição de uma concepção que apenas o chefe de estado entende como prioritária. A legitimidade é essencial para que as estratégias adotadas por um governo sejam aceitas por outros representantes e pela população; no entanto, sem o envolvimento de outras instituições, as ações do executivo podem parecer arbitrárias e não refletir o consenso. Além disso, pode minar a legitimidade das políticas governamentais implementadas frente à falta de apoio em suas decisões, visto que a decisão não foi deliberada com o devido respaldo dos órgãos democráticos. A institucionalização é o processo de internalização de uma determinada prática, que influencia os elementos de uma organização (SCOTT, 2014). Ao perceber o valor que esse mecanismo traz ou pode trazer, os sujeitos da organização decidem institucionalizar, já que denota um entendimento de que é a melhor maneira de se realizar as práticas.

A presente pesquisa identificou que as políticas governamentais, às vezes, surgem através de acordos institucionais. Dessa maneira, possuem uma natureza relativamente

instável, em face das alterações entre mandatos, estratégias e diretrizes dos agentes da administração pública. Assim, o artesanato se torna um artifício suscetível a ser influenciado por elementos políticos, o que pode levar a mudanças frequentes nas diretrizes e nos objetivos de programas institucionais responsáveis pela sua promoção, resultando em falta de consistência nas ações e nos resultados alcançados ao longo do tempo. Essa insegurança pode afetar a eficácia e a estabilidade do programa, pois a valorização da atividade criativa ocorreria de acordo com a decisão de cada gestão. Diferentes governos podem ter visões e estratégias diversas em relação à cultura, o que muitas vezes resulta em uma mudança de prioridades e direcionamentos políticos. Isso pode levar a uma dificuldade em prever quais serão as políticas e os programas implementados, tornando difícil para os empreendedores culturais planejarem seus projetos de longo prazo.

Quando um novo governo assume o poder, é comum que ocorra uma reestruturação do setor público, o que pode resultar no fechamento de agências, programas e projetos existentes (NAUDIN, 2017). Assim, alterações nas políticas e nas organizações responsáveis pelo financiamento e apoio às atividades culturais pode afetar diretamente os empreendedores culturais que contavam com esses recursos para desenvolver seus projetos e negócios.

Além disso, a falta de continuidade nas políticas e a instabilidade causada pelas mudanças de governo também podem dificultar o estabelecimento de parcerias e colaborações com outras organizações e setores, pois, muitas vezes é necessário reconstruir confiança e estabelecer novos relacionamentos a cada mudança de governo. Destarte, isso deve ser encarado com atenção, pois a implementação de políticas eficazes requer um monitoramento constante, bem como capacidade de adaptação de forma a promover institucionalmente uma atividade empreendedora como a do artesanato (HARDY; MAGUIRE, 2017).

A estabilidade fornecida por esses elementos regulativos, normativos e cultural-cognitivos é essencial para a vida social, pois permite previsibilidade e confiança nas interações sociais. Além disso, essa estabilidade também fornece significado, uma vez que os valores e crenças compartilhados dão sentido às práticas e atividades realizadas. Essa busca ocorre por meio da adoção de práticas, valores e crenças que são consideradas legítimas dentro do contexto em que as organizações se encontram.

Dessa forma, na mesma proporção que uma prática foi institucionalizada, ela também pode ser desinstitucionalizada. É importante entender que uma prática

institucionalizada pode se desinstitucionalizar por não estar cumprindo com o esperado. Se essa atitude não está sendo recompensadora, pode ser que não seja mais interessante mantê-la, ou ainda, a desinstitucionalização pode ocorrer por fatores técnicos, que estejam influenciando a eficiência da iniciativa prática. Uma possibilidade também é por mudança no poder ou de interesses, seja interno ou externo a uma organização (OLIVER, 1992).

Em 2021, ano em que foram criadas algumas legislações e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDEST), o prefeito de João Pessoa (PB) era Cícero Lucena, e a esposa dele, Maria Lauremília Lucena, foi vice-governadora da Paraíba durante o primeiro governo de Cássio Cunha Lima, governo em que ocorreu a criação do Programa do Artesanato Paraibano (PAP). Dessa forma, destaca-se segundo a fala do entrevistado E1 apresentada anteriormente, que o envolvimento de Silvia Cunha Lima, primeira-dama do Governo, na época da criação do PAP, agora em 2021, pode ter tido influência da primeira-dama da cidade no seguimento do artesanato em evidência nas políticas.

O cerimonialismo é definido como exteriorização de uma imagem de que ocorre uma prática na organização, mas, na verdade, internamente ela não é realizada (SCOTT, 2014). O cerimonialismo também pode estar associado a figuras de autoridade que são projetadas como símbolos, no entanto pessoas que não tem uma função política desempenham um papel crucial em uma dada narrativa. Dessa forma, compreender como o cerimonialismo se combina com a atuação dos "invisíveis influentes", indivíduos dos bastidores que influenciam os rumos políticos, é essencial para uma análise mais aprofundada da política e dos mecanismos de poder na sociedade contemporânea. Ao apreciarmos os diferentes papéis desempenhados pelos que estão à frente e pelos que estão nos bastidores, podemos entender melhor a complexidade das relações de poder e como elas moldam a tomada de decisões e as dinâmicas sociais em nossa realidade.

O debate institucional sobre o empreendedorismo cultural é de extrema relevância no contexto da economia criativa, especialmente quando se trata de questões de legitimidade e institucionalização. A economia criativa é caracterizada por sua natureza inovadora, envolvendo setores criativos e culturais que geram valor econômico a partir da criação de bens e serviços criativos (MUZZIO; CARVALHAL BARBOSA, 2018). Nesse contexto, a discussão sobre como as instituições interagem com o empreendedorismo cultural é fundamental para impulsionar o desenvolvimento sustentável desses setores.

Na economia, a criatividade e a inovação são responsáveis pela criação de novos modelos de negócios (DRAZIN; KAZANJIAN; GLYNN, 2008). Além disso, a inovação tecnológica também impacta a cultura, transformando a forma como as pessoas a consomem e se relacionam com ela. É essencial que atores institucionais compreendam e reconheçam o valor econômico e cultural do empreendedorismo cultural, buscando promover políticas e programas que incentivem a sua sustentabilidade e crescimento. Para superar essa questão, é necessário que reconheçam formalmente o empreendedorismo cultural, criando mecanismos para sua integração nas políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico.

Os processos de mudança institucional têm sido caracterizados pela participação constante descentralizada efetuada através da convergência ao longo do tempo das ações autônomas de múltiplos atores. Isto implica que a transformação institucional não é apenas resultado de práticas situadas, mas também surge como o produto do coletivo coordenado das ações de atores distribuídos (GEHMAN; SOUBLIÈRE, 2017). Através de parcerias estratégicas com instituições de ensino, organizações não-governamentais e setor privado, é possível impulsionar o empreendedorismo, proporcionando oportunidades de capacitação e acesso a novos mercados.

Ao disseminar conteúdo sobre a arte manual da Paraíba, conferindo um *status* de exclusivos às peças artesanais, é possível atrair paulatinamente a atenção de um público cada vez maior, que tenha interesse em produtos únicos e feitos à mão. Atualmente, os consumidores estão interessados em adquirir produtos que tenham uma história, que sejam sustentáveis e que estejam conectados a uma comunidade. Como comenta a entrevistada E4: "É um diferencial, uma peça criada cheia de autenticidade, com qualidade e personalidade. O ganho econômico acaba sendo uma forma dos artesãos serem recompensados pelo seu talento, dedicação e criatividade."

Nesse sentido, através da difusão de informações, ao posicionar a atividade artesanal como uma forma de preservação cultural e tradição local, é possível incentivar o empreendedorismo local e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região. O empreendedorismo também pode ser um caminho potencial para a redução da pobreza, ao se tornar um meio para superar as limitações e restrições impostas por estruturas sociais e econômicas, pois oferece transformação socioeconômica, promove inclusão e mitiga desigualdades (RINDOVA; BARRY; KETCHEN, 2009). Nessa perspectiva, possui aspecto emancipatório ao incentivar a autonomia e liberdade dos

indivíduos, além da importância de criar oportunidades para si mesmo e para outrem, gerando empregos, promovendo inserção social (TRACEY; PHILLIPS; JARVIS, 2011).

Na cultura, a criatividade e a inovação resultam na criação de novos bens simbólicos, servindo como uma ferramenta para o desenvolvimento econômico e social. Essas expressões artísticas têm o poder de influenciar a sociedade, criando tendências, movimentos e estilos culturais, até para despertar em novos talentos, o valor simbólico embutido na atividade artesanal, é necessário que haja um encantamento por esse meio cultural. As instituições desempenham um papel fundamental na criação de redes de colaboração, na disseminação de informações e no acesso a financiamento e mercados.

A discussão institucional com o empreendedorismo cultural envolve a criação de um ambiente propício à inovação e ao crescimento de empreendimentos que digam respeito ao âmbito da cultura. O empreendedor cultural tem a capacidade de contestar, rejeitar ou adotar identidades e características associadas a comportamentos empreendedores normatizados (NAUDIN, 2017). Ao tratar sobre o contexto do artesanato em João Pessoa (PB), percebe-se o envolvimento da Gestão Pública, SEBRAE e UFPB, atores institucionais identificados na pesquisa, influenciando o contexto de surgimento e fortalecimento desse setor.

O artesanato, enquanto atividade empreendedora, desempenha um papel significativo na geração de empregos e no impulso ao crescimento econômico. Essa prática, que combina habilidades manuais e criatividade, pode ser considerada uma forma de empreendedorismo cultural que não apenas preserva tradições culturais, mas também contribui para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades:

Para muitos analistas, nos dias atuais, a produção artesanal atenderia a novos nichos de mercado, a partir de uma forma de ressurgimento do interesse e da valorização do objeto artesanal e natural em grupos sociais específicos. O artesanato é apontado como um produto diferenciado pela carga cultural e pela identidade societária da qual é portador, ou, em uma linguagem estritamente econômica, um produto com um valor agregado (KELLER, 2014, p. 331).

O artesanato é uma expressão cultural que reflete a história, os costumes e as tradições de uma comunidade. Assim, quando o artesanato é valorizado, isso contribui para a preservação do patrimônio cultural e para a construção da identidade local (AKRAM, 2022). O incentivo ao artesanato de João Pessoa (PB) pode estimular a formação de novos artesãos, a criação de cooperativas e associações de produtores, a realização de feiras e festivais culturais, o comércio local de peças artesanais e a

divulgação da cidade como destino turístico. Todos esses fatores contribuem para o desenvolvimento econômico da região, fortalecendo a economia local e impactando positivamente na realidade das pessoas. A valorização do patrimônio cultural e a construção de identidade, aliadas ao potencial turístico e econômico, promovem o desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista cultural quanto socioeconômico (LUCKMAN, 2015).

FIGURA 10 – Exemplo de trabalho artesanal



Fonte: Imagem disponível em <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/>

Nesse contexto, o artesanato enquanto atividade empreendedora pode contribuir substancialmente para a geração de empregos e para o crescimento econômico. Além de preservar tradições, essa prática pode fortalecer as bases de comunidades locais e regionais, proporcionando uma alternativa de trabalho e renda que se alinha com o potencial cultural e criativo do país. Dessa forma, pode-se perceber que a promoção dessa prática não apenas cria oportunidades de trabalho direto e indireto, mas também estimula o turismo, valoriza a cultura local e contribui para a diversificação econômica, fortalecendo a sustentabilidade e a resiliência das comunidades em um contexto econômico em constante mudança.

As práticas comunitárias e coletivas no empreendedorismo cultural podem proporcionar um sentimento de pertencimento e colaboração, à medida que os empreendedores trabalham em conjunto com membros da comunidade para criar e promover atividades culturais, afluindo o senso de preservação e valorização do patrimônio cultural. O empreendedor cultural, através de uma ação econômica fortemente orientada por elementos morais, enfatiza valores e ética, colocando-os no centro das

práticas; assim, ao retirar o foco da vertente econômica, proporciona aos envolvidos um vínculo mais profundo com suas tradições culturais (NAUDIN, 2017).

Nos aspectos sociais, a criatividade e a inovação promovem a diversidade e a pluralidade, nesse sentido novas culturas e subculturas podem surgir a partir de ideias inovadoras e diferentes formas de se expressar. Além disso, a inovação tecnológica também pode ter um impacto social significativo, mudando a forma como nos comunicamos, trabalhamos, nos relacionamos e vivemos nossas vidas. Portanto, a criatividade e a inovação são motores de mudanças, impulsionando o progresso e construindo um futuro mais dinâmico, desempenham um papel crucial na transformação da economia, da cultura e dos aspectos sociais.

As políticas públicas de incentivo à economia criativa e ao turismo cultural também têm se mostrado como oportunidades para fortalecer o setor. O valor simbólico e cultural do artesanato no desenvolvimento da vivência criativa demonstra o potencial do setor criativo. Com isso, as práticas voltadas ao empreendedorismo cultural não podem ser reduzidas a uma perspectiva puramente econômica, pois também envolve a promoção do acesso à cultura, o fortalecimento da identidade e da diversidade cultural e o enriquecimento da vida em comunidade.

Além disso, esse debate pode envolver a questão da diversidade e inclusão no setor criativo. É importante que as instituições promovam políticas e programas que incentivem a participação de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens, pessoas com deficiência e comunidades indígenas e tradicionais. Dessa forma, é possível construir um ambiente mais inclusivo e representativo, a partir do desenvolvimento sustentável, ampliando as possibilidades de inovação e criatividade no setor criativo.

Em síntese, a relação entre a discussão institucional com o empreendedorismo cultural é fundamental para impulsionar o desenvolvimento da economia criativa. Questões de legitimidade e institucionalização devem ser consideradas, garantindo o reconhecimento e a integração do empreendedorismo cultural nas políticas públicas e estratégias de desenvolvimento econômico. Além disso, é importante criar um ambiente propício à inovação e à inclusão, permitindo que o setor criativo floresça e contribua efetivamente para o crescimento econômico e social. A colaboração entre instituições, artesãos-empREENhedores, substrato cultural e demais atores, é essencial para construir um cenário vibrante e sustentável para a economia criativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender o contexto de iniciativas de desenvolvimento dos artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB) e a atuação dos atores institucionais envolvidos. Adotando uma perspectiva institucionalista de base sociológica, o trabalho considerou os atores institucionais relevantes ao campo organizacional do artesanato pessoense, evidenciou os tipos de trabalho institucional que estão sendo praticados por eles, e contemplou os processos de empreendedorismo institucional e cultural que estão sendo desenvolvidos. A análise empreendida evidencia que a prática dos atores institucionais influencia no desenvolvimento dos artesãos-empREENhedores de João Pessoa (PB) por meio de políticas públicas e outras medidas econômicas, sociais e educativas.

Primeiramente, foram identificados os atores institucionais relevantes ao contexto da pesquisa, sendo eles: a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Laboratório de Inovação Cultural (LABIN) e do Laboratório de Inteligência Artificial e Macroeconomia Computacional (LABIMEC); a Entidade de Apoio Profissional com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e o Poder Público por meio da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Por conseguinte, foi apresentada a normativa inicial do artesanato em João Pessoa – Decreto nº 24.647/2003 –, que instituiu o programa de artesanato "PARAÍBA EM SUAS MÃOS". Ademais, em 2004 ocorreu o 1º Salão de Artesanato da Paraíba – evento de artesanato mais importante da Paraíba até hoje – com artesãos de diversas regiões do estado reunindo todos os tipos de artesanato paraibano. Além disso, através das falas dos entrevistados foi possível identificar o episódio que deu início ao processo de João Pessoa (PB) como cidade criativa, a partir da estruturação com a Prefeitura e a articulação com os outros atores envolvidos.

Caracterizando as ações dos atores institucionais voltadas ao processo de desenvolvimento de artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB), constatou-se que os atores relevantes ao contexto da pesquisa usufruem de suas conexões para realizar, cada um adaptado a sua atividade, ações que promovem e incentivam o artesanato da região. Sendo assim, utilizam-se de modo coerentemente consciente, por meio do posicionamento dos atores, dos seus atributos para afetar os padrões e alcançar as dimensões regulativa, normativa e cultural-cognitiva.

Ademais, as políticas públicas implementadas desempenham um papel significativo nesse cenário. A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) tem promovido ações para o estímulo da economia criativa, oferecendo incentivos, apoio à comercialização e espaços de exposição para os artesãos-empresendedores. Essas políticas públicas têm sido fundamentais para a profissionalização e fortalecimento do setor artesanal, permitindo que os artesãos-empresendedores prosperem e contribuam para o desenvolvimento econômico local.

O SEBRAE, a partir da sua ampla experiência no apoio a micro e pequenas empresas, contribui para o aprimoramento dos negócios criativos e o fortalecimento da indústria artesanal através de programas de capacitação, assessorias e consultorias especializadas. Tem um destaque como ator institucional de grande relevância, pois está presente no processo de João Pessoa (PB) como cidade criativa desde a concepção, assim conhecendo a realidade dos artesãos-empresendedores do município, e direcionando ações para o seu desenvolvimento.

A UFPB tem desempenhado um papel relevante no apoio aos artesãos-empresendedores, na abordagem prática voltada para a realidade local, estabelecendo uma conexão direta entre a academia e os artesãos, o que fortalece a relação entre teoria e prática. Logo, a UFPB oferece suporte ao processo de criação dos produtos, através do conhecimento técnico e conceitual, por meio do LABIN, e com o potencial de abordagem baseada em dados e análises avançadas, que pode fornecer insights valiosos para o planejamento e tomada de decisões, por meio do LABIMEC.

Ao analisar a atuação dos atores institucionais envolvidos no desenvolvimento de artesãos-empresendedores em João Pessoa (PB), verificou-se que, no geral, os **atores** que operam nesse processo **possuem a capacidade** de **afetar** as dimensões, **criando** restrições ou incentivos que **definem** as regras formais e informais, podendo **reestruturar** as relações sociais, **moldar** a dinâmica institucional e **regular** o comportamento dos envolvidos no ambiente.

Ao decorrer dos achados da pesquisa, percebe-se que a cidade de João Pessoa (PB) possui um contexto rico e diversificado no que diz respeito à economia criativa de artesanato. Com uma história cultural profundamente enraizada, o artesanato sempre desempenhou um papel essencial na identidade local, sendo uma forma de expressão cultural e uma fonte de geração de renda para muitas famílias. As iniciativas de economia criativa de artesanato na cidade foram desenvolvidas ao longo dos anos, impulsionadas

pelo desejo de preservar tradições e promover a valorização dos saberes e técnicas artesanais.

Dessa forma, as manifestações culturais tradicionais da Paraíba, como o artesanato, refletem a identidade local e regional, através da utilização de técnicas e materiais próprios do contexto histórico acessado, proporcionando um importante meio de expressão para os artesãos e transmitindo valores e tradições aos visitantes e à comunidade em geral. Com a combinação de tradição, inovação e valorização cultural, o artesanato continua a ser uma importante fonte de identidade e prosperidade para a cidade.

Ao longo do tempo, o setor da economia criativa em João Pessoa (PB) passou por diversas mudanças significativas. Com o crescimento do turismo na região, houve um aumento da demanda por produtos artesanais, impulsionando a profissionalização dos artesãos-empresendedores e o desenvolvimento de suas habilidades técnicas e criativas. Nesse contexto, a economia criativa se torna uma forma de reconhecimento e preservação da cultura local, impulsionando o turismo cultural e enriquecendo a experiência dos visitantes. Além disso, as iniciativas de artesanato pessoense têm sido fundamentais para promover a inclusão social e estimular o desenvolvimento econômico.

Na presente análise, pôde-se perceber que tem se desenvolvido um espaço propício à pesquisa e à criação de projetos de impacto social, com enfoque na Economia Criativa em João Pessoa (PB). Essa articulação teve por escopo atuar nas várias etapas do processo produtivo do artesanato, buscando aperfeiçoar a estrutura já existente, inclusive com o desenvolvimento de ferramentas como o Laboratório de Inovação Cultural (criação), a Fábrica Social de Artesanato (produção) e o Celeiro Criativo (comercialização).

Dessa forma, o contexto de criação e desenvolvimento das iniciativas de economia criativa de artesanato na capital paraibana é permeado por elementos geográficos, culturais, tecnológicos e políticos interligados, que enriquecem a tradição, promovem o empreendedorismo local e contribuem para o crescimento econômico sustentável da cidade. Assim, a partir das percepções dos atores institucionais inseridos no contexto local, e a abertura para o exercício de novas ações, decisões voltadas a relevantes realizações ocorreram, permitindo observar convergência entre eles, demonstrando um alinhamento e comprometimento com o setor artesanal local ao investir em sua valorização e fortalecimento como setor econômico, pretendendo fomentar o artesão-empresendedor mediante políticas públicas que tanto fomentaram quanto preservaram o artesanato enquanto bem simbólico e cultural local.

Em resposta ao problema apresentado nessa pesquisa – que indagou como ocorre a atuação dos atores institucionais no desenvolvimento de artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB) –, destaca-se que os atores institucionais envolvidos no processo de desenvolvimento de artesãos-empREENhedores da cidade têm desempenhado papéis complementares e fundamentais para o fortalecimento da indústria criativa na cidade. A atuação dos atores institucionais no desenvolvimento de artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB) ocorre ao **construir e manter** mecanismos (normativos, eventos, instrucionais), de acordo com o conhecimento específico de cada ator envolvido, que interagem na dinâmica das ações realizadas, e ao buscar compreender e aprofundar as barreiras que impedem o desenvolvimento do artesanato, explorando a possibilidade de **realizar mudanças** almejando impactar a realidade social daquela atividade produtiva.

A pesquisa realizada oferece contribuições práticas sobre a atuação dos atores institucionais envolvidos no processo de desenvolvimento de artesãos-empREENhedores em João Pessoa (PB). Foi possível perceber que é importante que as ações dos agentes institucionais sejam integradas e adaptadas às especificidades e desafios enfrentados pelos artesãos-empREENhedores, levando em consideração aspectos culturais e de sustentabilidade do artesanato na região. Entre os desafios, destaca-se a necessidade de inovação constante que, ao mesmo tempo, necessita seguir mantendo e preservando as tradições culturais da localidade (GEHMAN; SOUBLIÈRE, 2017). Isso se mostra como uma questão importante e difícil de se equilibrar: a autenticidade das peças com a demanda contemporânea.

Adicionalmente, a pesquisa pôde identificar que, por vezes, a atuação de cada ator institucional é realizada de maneira isolada, ou até ocorre por fruto da informalidade. No entanto, observou-se que essa integração é essencial para potencializar o impacto positivo das ações, ampliando a capacidade de apoio, fortalecendo a cadeia produtiva do artesanato na região, bem como auxiliando as futuras ações dos atores institucionais (LOUNSBURY; GLYNN, 2019). A colaboração entre esses atores pode potencializar os impactos positivos das suas ações e contribuir para um cenário mais promissor e inovador para o artesanato local.

Ademais, é interessante apontar que apesar das variadas contribuições apontadas, como em toda pesquisa científica também há limitações. Dessa forma, devido a limitação do tempo disponível para a realização da pesquisa, apresento a impossibilidade de alcançar a perspectiva do artesão-empREENhedor sobre o papel dos atores políticos, na condição de agentes sociais, no desenvolvimento do referido setor de atividade

econômica em João Pessoa (PB). Esse delineamento demonstra a possibilidade para a realização de pesquisas futuras abrangendo e detalhando a perspectiva do artesão-empREENDEDOR frente às ações dos atores institucionais, a fim de comparar os resultados do fenômeno em questão baseados em outros cenários.

Outro ponto importante a ser estudado é se a participação dos artesãos-empREENDEDORES no processo de formulação de políticas públicas pode influenciar no planejamento e execução das próprias políticas, já que, ao tempo de realização da presente pesquisa, as circunstâncias são de que não é possível para os beneficiários contribuírem ativamente. Assim, estudos futuros podem se debruçar sobre a alteração circunstancial da oportunidade de expressar suas necessidades e reivindicar seus direitos, indagando de que forma eles assimilariam os preceitos que afetam suas atividades, ou mesmo como eles – os artesão-empREENDEDORES – poderiam trabalhar institucionalmente de modo a lograr êxito em tal alteração participativa para com a definição das próprias políticas públicas que os alcançam. Ainda, de maneira propositiva, indica-se a lacuna na literatura sobre o envolvimento dos atores institucionais em contribuir para que os artesãos-empREENDEDORES se aproveitem das mudanças tecnológicas e do progresso das mídias digitais (AKRAM, 2022), com a finalidade de oportunizar a comercialização de seus materiais além da barreira física, compartilhando os produtos artesanais através do uso de plataformas *online* e redes sociais e, eventualmente, tendo de lidar com o dilema da escala na venda de seu trabalho artesanal.

Por fim, a pesquisa pode auxiliar na construção de uma abordagem gerencial mais adaptada e eficiente para os atores institucionais envolvidos. Com base nas descobertas, eles podem ajustar suas estratégias e metodologias, priorizando ações que tragam resultados concretos para o desenvolvimento sustentável dos artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB). Assim, promover um progresso mais equilibrado, que seja mais justo socialmente e responsável ambientalmente, incentivando e valorizando a diversidade cultural.

Em suma, a pesquisa oferece uma oportunidade única para aprimorar as ações dos atores institucionais, impulsionando o desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB). Com informações embasadas, é possível tornar políticas e programas mais efetivos, capazes de contribuir para um cenário mais próspero e inovador para a indústria criativa na cidade. O impacto positivo das descobertas da pesquisa pode ser sentido não apenas pelos atores institucionais, mas também pelos artesãos-empREENDEDORES.

REFERÊNCIAS

ABDELNOUR, S.; HASSELBLADH, H.; KALLINIKOS, J. Agency and institutions in Organization Studies. **Organization Studies**, v. 38, n. 12, p. 1775-1792, 2017.

ADAMSON, G. Introduction. In: ADAMSON, G. (Ed.) **The craft reader**. New York: Berg, 2010. p. 10-15.

AKRAM, H. Artisans in Ethiopia. In: DANA, L. P.; RAMADANI, V.; PALALIC, R.; SALAMZADEH, A. (Ed.). **Artisan and Handicraft Entrepreneurs: Past, Present and Future**. 1 Ed. Cham, Switzerland: Springer, 2022. p. 33-52.

ALDRICH, H.E. Beam me up, Scott(ie): institutional theorists struggles with the emergent nature of entrepreneurship. In: SINE, W. D.; DAVID, R. J. (Ed.). **Institutions and Entrepreneurship**. 1 Ed. Bingley, UK: Emerald Group Publishing, 2010. p. 329-364.

ALDRICH, H. E. The emergence of entrepreneurship as an academic field: A personal essay on institutional entrepreneurship. **Research Policy**, v. 41, n. 7, p. 1240-1248, 2012.

ALDRICH, H. E.; FIOLE, C. M. Fools rush in? The institutional context of industry creation. **Academy of Management Review**, v. 19, n. 4, p. 645-670, 1994.

ALDRICH, H. E.; RUEF, M. **Organizations evolving**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2006.

AL-DAJANI, H.; MARLOW, S. Empowerment and entrepreneurship: a theoretical framework. **International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research**, v. 19, n. 5, p. 503-524, 2017.

AMABILE, T. M. In Pursuit of everyday creativity. **Harvard Business School Working Paper**, v. 18, n. 2, p. 1-11, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATILLANA, J.; LECA, B.; BOXEMBAUM, E. Agency and institutions: a review of institutional entrepreneurship. **Academy of Management Annals**, v. 3, p. 65-107, 2009.

BELL, E., MANGIA, G., TAYLOR, S.; TORALDO, M. L. (Ed.). **The organization of craft work: identities, meanings, and materiality**. New York: Routledge, 2018.

BENNETT, J. Our future is in the making: trends in craft education, practice and policy. In: LUCKMAN, S; THOMAS, N. **Craft Economies**. 1 ed. London & New York: Bloomsbury, 2018. p. 107-118.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. Portaria nº 1.007-SEI, de 19 de junho de 2018. Institui o Programa do Artesanato Brasileiro, cria a Comissão Nacional do Artesanato e dispõe sobre a base conceitual do artesanato brasileiro. **Diário Oficial da União**, v. 147, n. 1, p. 34-57, 2018.

BROUILLETTE, S. **Literature and the creative economy**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

COLLINGHOOD, R. G. **The principles of art**. New York: Oxford University Press, 2007.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 36-61, 2003.

DAILY, L. 'Buy a hat, save a life': commodity activism, fair trade and crafting economies of change. In: LUCKMAN, S; THOMAS, N. (Ed.). **Craft economies**. 1 ed. London & New York: Bloomsbury, 2018. p. 49-57.

DA SILVA, F. R. M. As relações entre cultura e desenvolvimento e a economia criativa: reflexões sobre a realidade brasileira. **Nau Social**, v. 3, n. 4, p. 111-121, 2012.

DE MEDEIROS BRANDÃO, P.; DA SILVA, F. R. M.; FISCHER, T. Potencialidades do artesanato no desenvolvimento de destinos turísticos criativos e sustentáveis. **Tourism & Management Studies**, v. 1, p. 195-202, 2013.

DEEPHOUSE, D. L.; BUNDY, J.; TOST, L. P.; SUCHMAN, M. C. Organizational legitimacy: six key questions. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T.; MEYER, R. E. (Ed.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. 2. ed. London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage Publications, 2017. p. 27-54.

DENZIN, N. & LINCOLN, Y. **The SAGE handbook of qualitative research**. 3. ed. London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage Publications, 2005.

DE OLIVEIRA FRAGA, B.; EMMENDOERFER, M. L.; DA COSTA MENDES, J.. Turismo, economia criativa e planejamento governamental em dois municípios do interior do Brasil. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 8, n. 18, p. 21, 2015.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-169, 1983.

DIMAGGIO, P. Interests and agency in institutional theory. In: ZUCKER, L. (Ed.). **Institutional patterns and organization**. Cambridge: Ballinger Press, 1988. p. 3-21.

DOS ANJOS, R. A.; DE ARRUDA TORRES, P. M.; DA MOTA SILVEIRA, N. B. Artesanato paraibano: um estudo sobre identidade e território em Associações de Artesãos da Paraíba. **DAT Journal**, v. 6, n. 1, p. 198-212, 2021.

DRAZIN, R., KAZANJIAN, R. K.; GLYNN, M. Creativity and sensemaking among professionals. In: ZHOU, J.; SHALLEY, C. E. (Ed.) **Handbook of organizational creativity**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 2008. p. 263-281.

EMMENDOERFER, M. L.; ARAUJO, J. F. F. E. ; VALADARES, J. L. ; MORAIS, M. C. A. Empreendedorismo em políticas públicas no contexto da economia criativa brasileira. **Revista Reuna**, v. 26, n. 2, p. 91-110, 2021.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022.

FLIGSTEIN, N. Habilidade social e a teoria dos campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 2, n. 47, p. 61-80, 2007.

FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FUNDAJ – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Relatório de gestão do ano de 2009**. Recife: FUNDAJ, 2010.

GEHMAN, J.; SOUBLIÈRE, J. F. Cultural entrepreneurship: from making culture to cultural making. **Innovation: Organization and Management**, v. 19, n. 5, p. 503-524, 2017.

GEORGE, G.; MCGAHAN, A. M.; PRABHU, J. Innovation for inclusive growth: towards a theoretical framework and a research agenda. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 4, p. 661-683, 2012.

GEORGE, G.; HOWARD-GRENVILLE, J.; JOSHI, A.; TIHANYI, L. Understanding and tackling societal grand challenges through management research. **Academy of Management Journal**, v. 59, n. 6, p. 1880-1895, 2016.

GIBBS, G. **Análise dos dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, A. M. Políticas públicas, discurso e educação. In: GOMES, A. (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2011. p. 19-33.

GREER, B. Craftivism: **The art of craft and activism**. Vancouver: Arsenal Pulp, 2014.

HAMPEL, C. E.; LAWRENCE, T. B.; TRACEY, P. Institutional work: taking stock and making it matter. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T. B.; MEYER, R. E. (Eds.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. 2. ed. London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage Publications, 2017. p. 558-590.

HANANIA, L.; VLASSIS, A. For a BRICS agenda on culture and the creative economy. In: NEUWIRTH, R.; SVETLICINII, A.; HALIS, D. C. (EDS.). **The BRICS-Lawyers' Guide to Global Cooperation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 309-332.

HANDCOCK, M.; GILE, K. On the concept of snowball sampling. **Sociological Methodology**, v. 41, n. 1, p. 367-371, 2011.

HARDY, C.; MAGUIRE, S. Institutional entrepreneurship and change in fields. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T.; MEYER, R. E. (Ed.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. 2. ed. London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage Publications, 2017. p. 261-280.

HOWKINS, J. **The creative economy**: how people make money from ideas. London: Penguin, 2001.

JUNIOR, R. S. L.; DA CUNHA, C. R. Atores, trabalho institucional e a institucionalização da estratégia de diversificação em uma cooperativa agroindustrial. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 1, p. 81-98, 2013.

KELLER, P. F. O artesão e a economia do artesanato na sociedade contemporânea. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**, v. 1, n. 41, p. 323-347, 2014.

KOLB, B. **Entrepreneurship for the creative and cultural industries**. Oxford: Routledge, 2015.

KRUCKEN, L. A re-descoberta do lugar e do artesanato. In: **Editoria-Design, Artesanato & Indústria**. Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães, 2012. p. 22-30.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R. Institutions and institutional work. In: S. R. CLEGG; C. HARDY; T. B. LAWRENCE; W. R. NORD (Ed.). **Handbook of organization studies**. London: Sage, 2006. p. 215-254.

LECA, B.; NACCACHE, P. A critical realist approach to institutional entrepreneurship. **Organization**, v. 13, n. 5, p. 627-651, 2006.

LI, D. D.; FENG, J.; JIANG, H. Institutional entrepreneurs. **American Economic Review**, v. 96, n. 2, p. 358-362, 2006.

LOUNSBURY, M.; GLYNN, M. A. Cultural entrepreneurship: stories, legitimacy, and the acquisition of resources. **Strategic Management Journal**, v. 22, n. 6-7, p. 545-564. 2001.

LOUNSBURY, M.; GLYNN, M. A. **Cultural entrepreneurship**: a new agenda for the study of entrepreneurial processes and possibilities. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2019.

LUCKMAN, S. **Craft and the creative economy**. New York: Palgrave MacMillan, 2015.

LUCY-SMITH, E. **The story of craft**: the craftsman role in society. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S.; CRUBELLATE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. spe, p. 9-39, 2005.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 10, n. spe, p. 159-196, 2006.

MARQUESAN, F. S.; FIGUEIREDO, M. D. De artesão a empreendedor: a ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 6, p. 76-97, 2014.

MERRIAM, S. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 95-113.

MONITOR, Global Entrepreneurship. **Empreendedorismo no Brasil**. Relatório Executivo, 2012.

MUTCH, A. Reflexivity and the institutional entrepreneur: a historical exploration. **Organization Studies**, v. 28, n. 7, p. 1123-1140, 2007.

MUZZIO, H.; CARVALHAL BARBOSA, F. No caminho para uma gestão criativa: a percepção dos gestores da economia criativa sobre suas experiências. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 16, n. 3, 2018.

NASSIF, V. M. J. Identificação e exploração de oportunidades sob a perspectiva de projetos culturais em São Paulo-SP: o caso da gestora Regina Rosa Godoy. Empreendedorismo e oportunidades. In: MACHADO, H. P. V. M. (Org.). **Empreendedorismo, oportunidades e cultura**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2013. p. 109-129.

NAUDIN, A. **Cultural entrepreneurship: the cultural worker's experience of entrepreneurship**. New York: Routledge, 2017.

NEWBIGIN, J. **A Economia criativa: um guia introdutório**. Série Economia Criativa e Cultural do British Council. Reino Unido: British Council, 2010.

OLIVER, C. The antecedents of deinstitutionalization. **Organization Studies**, v. 13, n. 4, p. 563-588, 1992.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PIERUCCI, A. F. **O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber**. 3. ed. São Paulo: USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP, Editora 34, 2013.

PUTNAM, L. L.; BANGHART, S. Interpretive approaches. In: SCOTT, C. R.; BARKER, J. R.; KUHN, T.; KEYTON, J.; TURNER, P. K.; LEWIS, L. K. (Ed.). **The**

international encyclopedia of organizational communication. West Sussex: John Wiley & Sons, Inc., 2017. p. 1-17.

RAMOS, Silvana Pirillo. Políticas e processos produtivos do artesanato brasileiro como atrativo de um turismo cultural. **Rosa dos Ventos**, v. 5, n. 1, p. 44-59, 2013.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável:** o caleidoscópio da cultura. Barueri: Manole, 2007.

REIS, P.; SERAFIM, M.; PINHEIRO, D.; ALPERSTEDT, G. O processo de institucionalização da economia criativa no Brasil. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 2, n. 4, p. 52-73, 2017.

RINDOVA, V.; BARRY, D.; KETCHEN, J. Entrepreneurship as emancipation. **Academy of Management Review**, v. 34, n. 3, p. 477-491, 2009.

ROSSONI, L. O que é legitimidade organizacional? **Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 76, p. 110-129, 2015.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWALBE, M. In search of craft. **Social Psychology Quarterly**, v. 73, n. 2, p. 107-111, 2010.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations:** ideas, interests, and identities. 4 ed. London, Thousand Oaks, CA & New Dehli: Sage Publications, 2014.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil.** Planejamento | Gestão Estratégica de Empresas. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 15 de set. 2023.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research:** a guide for researchers in education and the social sciences. 4. ed. New York: Teachers College Press, 2011.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

SUDDABY, R.; BITEKTINE, A.; HAACK, P. Legitimacy. **The Academy of Management Annals**, v. 11, n. 1, p. 451-478, 2017.

SUDDABY, R.; ELSBACH, K. D.; GREENWOOD, R.; MEYER, J. W.; ZILBER, T. B. Organizations and their institutional environments: Bringing meaning, culture, and values back in. **Academy of Management Journal**. v. 50, n. spe, p. 468-469, 2007.

SUDDABY, R.; GANZIN, M.; MINKUS, A. Craft, magic and the re-enchantment of the world. **European Management Journal**, v. 35, n. 3, p. 285-296, 2017.

SWEDBERG, Richard. The cultural entrepreneur and the creative industries. **Journal of Cultural Economics**, v. 30, n. 4, p. 243-261, 2006.

SWEDBERG, R. A sociologia econômica do capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa. In: MARTES, Ana Cristina Braga (Org.) **Redes e sociologia econômica**. 1. ed. São Paulo: EdUFSCar, 2009. p. 161-206.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; JARVIS, O. Bridging institutional entrepreneurship and the creation of new organizational forms: a multilevel model. **Organization Science**, v. 22, n. 1, p. 60-80, 2011.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Tradução: Waltersin Dutra. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WILLMOTT, H. Institutional work: for what? Problems and prospects of institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, 67-72, 2011.

WOOTEN, M.; HOFFMAN, A. J. Organizational fields: past, present and future. In: GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; LAWRENCE, T.; MEYER, R. E. (Ed.). **The SAGE handbook of organizational institutionalism**. 2. ed. London, Thousand Oaks, CA & New Delhi: Sage Publications, 2017. p. 55-74.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Parte I – Informações iniciais

- a) Agradecimentos
- b) Apresentação da pesquisa, informando os objetivos
- c) Confidencialidade das informações
- d) Autorização para gravação
- e) Assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido

Parte II – Informações do(a) entrevistado(a)

- a) Nome
- b) Cargo/Função

Parte III – Questões

1. Como iniciou esse processo para João Pessoa (PB) se tornar uma cidade criativa?
2. Como a gestão pública está em consonância com os projetos da ONU/UNESCO?
3. De onde surgiu a ideia de interagir com SEBRAE e UFPB?
4. De que forma o SEBRAE atua no processo de tornar João Pessoa (PB) uma Cidade Criativa?
5. O curso "Trilha do Artesão Empreendedor" do SEBRAE é obrigatório para realização de alguma etapa?
6. De que forma a UFPB atua no processo de tornar João Pessoa (PB) uma Cidade Criativa?
7. Como foi o trabalho do LABIN? Onde funcionava? Qual alteração terá para nova atuação?
8. O LABIMEC atua nesse processo para processamento de que tipo de dados? Tem relação com o Observatório?
9. Que conhecimento e habilidades você acha que são necessários para começar um empreendimento voltado ao artesanato?
10. Como os artesãos-empREENDEDORES devem ser incentivados (e como estão sendo incentivados) na cidade de João Pessoa (PB)?
11. Que tipo de apoio (financeiro, informação/treinamento, networking, etc.) é oferecido aos artesãos?
12. Como vocês promovem os artesãos-empREENDEDORES?
13. Como a criatividade e a inovação dos artesãos-empREENDEDORES devem ser estimuladas?
14. Quais são os pontos fortes da cidade de João Pessoa (PB)? Você acha que João Pessoa (PB) possui infraestrutura adequada (acessibilidade), apoio administrativo suficiente, treinamento e informação para os artesãos-empREENDEDORES?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO – CMA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) participando da pesquisa de campo referente a pesquisa de mestrado intitulada "ANÁLISE DOS ATORES INSTITUCIONAIS EM INICIATIVAS DE ECONOMIA CRIATIVA DE ARTESANATO EM JOÃO PESSOA (PB)" desenvolvida pela mestranda CLAUDYVANNE DOS SANTOS NASCIMENTO SILVA. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Professor Dr. SAMIR ADAMOGLU DE OLIVEIRA, a quem poderei contatar a qualquer momento que julgar necessário, no Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba ou através do e-mail: samir.oliveira@academico.ufpb.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e, com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é de COMPREENDER A ATUAÇÃO DOS ATORES INSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE ARTESÃOS-EMPREENDEDORES EM JOÃO PESSOA (PB).

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista utilizando um roteiro semiestruturado, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Permito que a pesquisadora obtenha ainda dados, fotografias, filmagens para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos, autorizando que o material e informações obtidas possam ser publicados em trabalhos acadêmicos, aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. No entanto, não devo ser identificado(a) por meu nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

João Pessoa/PB, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE C – RESUMO EXECUTIVO

OBJETIVO

Ao se enxergar o artesanato e a arte popular como ativos criativos, respeitando a cultura e o conhecimento das pessoas, é possível refletir sobre a economia criativa e sua viabilidade de monetização enquanto alternativa para redução da pobreza. Importa saber até que ponto a prática de atores institucionais influencia no papel do artesanato como meio para redução da pobreza, mediante o empreendedorismo cultural e a adaptação a novas tendências da economia e da sociedade. Assim, este trabalho buscou compreender a atuação dos atores institucionais envolvidos no contexto de desenvolvimento de iniciativas de artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB), reconhecida pela UNESCO em 2017 como Cidade Criativa no segmento de Artesanato e Arte Popular.

MÉTODO

Adotando abordagem qualitativa, a pesquisa coletou dados por entrevistas, observações e conversas informais, aplicando-lhes análise de conteúdo qualitativa. Indivíduos e órgãos representativos à frente a gestão das ações de economia criativa em João Pessoa (PB) foram abordados. Adicionalmente, pesquisa documental levantou dados de instituições de ensino e pesquisa, cartilhas do SEBRAE, relatórios da UNESCO, decretos, leis ordinárias e portarias do poder público, analisando dispositivos voltados ao fomento e sustentação do artesanato-empREENDEDORES.

ACHADOS

Os atores institucionais influenciam o desenvolvimento dos artesãos-empREENDEDORES em João Pessoa (PB)

mediante políticas públicas, econômicas e acadêmicas. A Gestão Pública, o SEBRAE e a UFPB, cada um à sua especificidade, favoreceram o contexto de surgimento e fortalecimento da economia criativa de João Pessoa (PB), por trabalhos institucionais praticados das seguintes maneiras: (i) a Gestão Pública, realizando trabalho institucional político, através da negociação política, tomada de decisão, criação de políticas públicas e estabelecimento de instrumentos legais; (ii) o SEBRAE, exercendo o trabalho institucional técnico por meio do apoio técnico e dos incentivos para a adoção de boas práticas gerenciais e comerciais; e, (iii) a UFPB, também realizando trabalho institucional técnico a partir dos esforços de teorização de práticas existentes. Disso, destaca-se o Poder Público, por ser este o ator institucional que sustenta a regulação dessa atividade econômica, possibilitando compreender quais elementos do contexto político repercutem sobre a orientação normativa do setor.

CONTRIBUIÇÕES PARA GESTÃO

Ao promover políticas públicas e ações voltadas ao fortalecimento do setor artesanal, é possível impulsionar a geração de renda, o empreendedorismo local, a valorização cultural e a redução da pobreza, contribuindo para o crescimento local sustentável. É importante que as ações dos agentes institucionais sejam integradas e adaptadas às especificidades e desafios enfrentados pelos artesãos-empREENDEDORES, considerando aspectos culturais e de sustentabilidade do artesanato na região. Assim, é possível tornar políticas e programas mais efetivos, contribuindo para um cenário mais próspero e inovador para a economia criativa na cidade.